IZONE DOS SANTOS DA MATA

O TRABALHO DO ASSISTENTE COMO AGENTE TRANSFORMADOR NO CONTEXTO EDUCACIONAL NO ÂMBITO DO PROJETO "SEM TERRA I": ANALISAR A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL FRENTE AO PROJETO EM SOBRAL-CE.

Orientador: Professor Doutor Emmanuel Sabino

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Instituto de Educação

Lisboa
2017

IZONE DOS SANTOS DA MATA

O TRABALHO DO ASSISTENTE COMO AGENTE TRANSFORMADOR NO CONTEXTO EDUCACIONAL NO ÂMBITO DO PROJETO "SEM TERRA I": ANALISAR A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL FRENTE AO PROJETO EM SOBRAL-CE.

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 20 de fevereiro de 2018, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação nº: 49/2018, de 7 de fevereiro de 2018, com a seguinte composição:

Presidente: Prof.º Doutor Óscar Conceição Sousa

Arguente: Prof.º Doutor José Bernardino Duarte

Coorientadora: Prof.ª Doutora Maria Neves Gonçalves

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Instituto de Educação

Lisboa

2017

“Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem. Lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize”.

Boaventura Santos (2014)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por direcionar a minha vida e me fortalecer diante dos obstáculos, à minha mãe, pelo apoio e compreensão, aos meus familiares, amigos e mestres que colaboraram para a concretização deste sonho.

AGRADECIMENTOS

A Deus. Depois, ao meu orientador, Professor Doutor Emmanuel Sabino, por viabilizar o conhecimento adquirido até o presente momento.

Em especial, à Zélia Cristina da Silva Gomes e Elane Veloso, que colaboraram para a concretude deste trabalho.

À minha querida mãe, que sempre acreditou em mim, aos meus irmãos Ieldo, Ivanilde, Marlene e ao meu cunhado Giuseppe, que sempre me deram forças para não desistir deste sonho, aos familiares, amigos Ana Cleide, Eva Samara, Jeânia, Larissa e Shyrllis, aos colegas do trabalho. Em especial, aos beneficiários do projeto “Sem Terra I”, que se propuseram a responder aos questionários que lhes apresentei.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar como a atuação do Assistente Social pode contribuir para o desenvolvimento das ações socioeducativas no “SEM TERRA I”. Neste estudo buscou-se ainda conhecer as etapas do trabalho técnico social no “SEM TERRA I”, identificar quais são as ações socioeducativas desenvolvidas pelo profissional do Serviço Social e averiguar como as atividades e ações realizadas pelo Assistente Social podem contribuir para a organização comunitária, além de buscar através do seu trabalho a “autonomia e emancipação” do cidadão. A pesquisa fundamentou-se em estudos bibliográficos, documental e pesquisa de campo através da aplicação de questionário a 30 (trinta) pessoas contendo questões fechadas e abertas. A pesquisa é de natureza descritiva com abordagem quantitativa e qualitativa, pois é uma das mais utilizadas nas ciências humanas e sociais, por permitir que o pesquisador tenha ampla liberdade para realizar o estudo. Cabe enfatizar que, o entendimento prático desta dissertação norteou-se a partir da investigação, percepção e análise dos resultados obtidos no transcorrer deste trabalho, buscou ainda abordar o contexto da política habitacional, dando ênfase ao trabalho do Assistente Social no desenvolvimento das atividades socioeducativas na habitação, pois é imprescindível compreendermos que a educação também é uma prática social.

Palavras chave: Habitação. Educação. Serviço Social.

ABSTRACT

This study aims to analyze how the Social Worker's role can contribute to the development of socio-educational actions in SEM TERRA I. This study also sought to know the stages of social technical work in SEM TERRA I, to identify the socio-educational actions developed by the Social Work professional and to investigate how activities and actions can contribute to community organization, as well as to search through Of its work, its "autonomy and emancipation" of the citizen. The research was based on bibliographical studies, documentary and field research through the application of a semi-structured questionnaire to 30 (thirty) people containing closed and open questions. The research is descriptive in nature with a quantitative and qualitative approach, since it is one of the most used in the human and social sciences, because it allows the researcher to have ample freedom to carry out the study.

It should be emphasized that the practical understanding of this dissertation was based on the research, perception and analysis of the results obtained in the course of this work, also sought to address the context of housing policy emphasizing the work of the Social Worker in the development of socio-educational activities in housing, Because it is imperative to understand that education is also a social practice.

Keywords*:* Housing. Education. Social Work.

LISTA DE SIGLAS

ABC	Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação
BNH	Banco Nacional da Habitação
CAOS	Comissão de Acompanhamento da Obra
CDPP	Comissões Demandas ao Poder Público
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COHAB	Companhia de Habitação
COTS	Caderno de Orientação Técnica Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
IAPS	Instituto de Aposentadorias e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INOCOOPS	Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MDU	Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBF	Programa Bolsa Família
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNH	Política Nacional de Habitação
PPI	Projeto Piloto de Intervenção
PT	Partido dos Trabalhadores
PTS	Projeto de Trabalho Social
PTTS	Projeto de Trabalho Técnico Social
SAFS	Sociedade de Apoio as Famílias Sobralenses

SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SNH	Secretaria Nacional de Habitação
TTS	Trabalho Técnico Social
OGU	Orçamento Geral da União

LISTA DE TABELAS

01 – Fundação da Casa Popular 26

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01- Situação Geográfica e Influência Econômica de Sobral 77

Figura 02 - Vias de Acesso à Sede do Município de Sobral 79

Figura 03 - Sede do Município de Sobral, com delimitação do Bairro Dom José 81

Figura 04 - Assentamento “Sem Terra I” e Entorno 85

Figura 05 - Tipos de Pavimentação 87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 Distribuição do Estado Civil 89
Gráfico 02 Distribuição por Sexo 90
Gráfico 03 Distribuição por faixa etária 91
Gráfico 04 Escolaridade 92
Gráfico 05 Distribuição quanto aos tipos de ocupação 93
Gráfico 06 Distribuição por condições de moradia 94
Gráfico 07 Distribuição por tempo de moradia 95
Gráfico 08 Distribuição pela quantidade de dependentes 96
Gráfico 09 Dependentes que trabalham no domicílio 97
Gráfico 10 Chefe de e/ou responsável familiar 98
Gráfico 11 Ocupação profissional dos beneficiários do “Sem Terra 99
Gráfico 12 Potencialidades das famílias 100
Gráfico 13 Distribuição da renda 101
Gráfico 14 Valor da renda 102
Gráfico 15 Dos tipos de trabalho 103
Gráfico 16 Quanto aos dependentes que estudam e/ou frequentam a escola 104
Gráfico 17 Quanto aos dependentes inseridos nos projetos educacionais 106
Gráfico 18 Aspectos negativos e positivos com relação ao novo tipo de moradia 107
Gráfico 19 Percepção das famílias com relação ao trabalho técnico social 108
Gráfico 20 Mudanças na convivência comunitária 109
Gráfico 21 Contribuições mais importantes do trabalho técnico social 111
Gráfico 22 Ampliar o prazo da comunidade dos serviços 112

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 14

CAPÍTULO I RESGATE HISTÓRICO DA HABITAÇÃO NO BRASIL 25

1.1 A Política Habitacional Brasileira 25
1.2 Os Primeiros Projetos e Programas Habitacionais Implantados no Brasil 31
1.3 Lei nº 11.124 de 16 de junho de 2005 35
1.4 Perfil e Critérios da População Atendida nos Programas e Projetos 37
1.5 O Técnico Social na Política Habitacional 38
1.6 O Serviço Social, Sua Trajetória e Seu Marco Legal Na Política Habitacional 44
1.6.1 Lei de Regulamentação da Profissão: Lei nº 8.662 50
1.6.2 Serviço Social e sua Atuação na área da Habitação 51
1.6.3 Etapas de Ações Desenvolvidas pelo Técnico Social no Projeto 54
1.6.4 Serviço Social e Educação 57

CAPÍTULO II PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 65

2.1 Tipo de Pesquisa 65
2.2 Universo da Pesquisa 69
2.3 Sujeitos 70
2.4 Instrumentos 70
2.5 Procedimentos 73

CAPÍTULO III APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS DA PESQUISA 75

3.1 Caracterização do Município de Sobral-CE 75
3.2 Apresentação dos Dados da Pesquisa 81
3.2.1 Caracterização da População Beneficiária 81
3.3 Pesquisa de Campo 87

CONCLUSÕES 122

REFERÊNCIS BIBLIOGRÁFICAS 126

APÊNDICES 135
Apêndice I *Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Urbano E Meio Ambiente* 136
Apêndice II *Roteiro Para o Questionário* 137

Anexos 141

Anexo I **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido** 142

Anexo II **Formulário** 143

Anexo III **Cadastro Residencial** 144

Anexo IV **Formulário Visita Domiciliar** 146

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a questão da moradia hoje representa um problema que afeta principalmente as famílias de baixa renda. É de responsabilidade do Governo oferecer soluções, percursos que conduzam o máximo possível ao solucionar dessa situação, através da implementação de políticas públicas através da elaboração de programas e projetos que contemplem a população que não tem meios nem condições de adquirir a sua casa própria.

A razão dessa política de habitação e o direito à moradia foram adquiridos através da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988 e atualmente em vigor, transposta no seu artigo 6º. O direito à moradia digna foi reconhecido e implantado como pressuposto para a dignidade da pessoa humana, desde 1948, com a **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, que foi recepcionada e transposta na Constituição Federal brasileira de 1988, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 26/00, em seu artigo 6º, *caput*, que afirma claramente que, entre outros direitos, o da moradia é um dos fundamentais. Para que não restem dúvidas, se pode ler no que é o documento da Lei Maior de uma nação como o Brasil, que são direitos sociais concebidos e garantidos pela referida Constituição: “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, (...)” (BRASIL, 1988), mas, em texto mais atualizado e ampliado (acrescido do direito ao transporte) na visão do legislador sobre que entende como direitos sociais, da Emenda Constitucional nº 90 de 2015, este agora nos revela que “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Cabe destacar que a questão habitacional no Brasil emerge a partir de uma necessidade por moradia digna, esta que é considerada elemento fundamental, visando garantir a segurança da família, compreendida como necessidade básica, integrada como

um direito de subsistência e um direito à vida, atribuindo a responsabilidade aos governos por ações que tenham como finalidade assegurar esse direito.

Conforme Ermínia Maricato (1997), não é fácil a aquisição, por todos, de uma moradia na qual se possam abrigar em condições dignas. Ela é um produto cujos custos estão acima das possibilidades de número elevado de pessoas. Não é uma "mercadoria" (MARICATO, 1997, p.47), conforme nos afirma a autora, comparável a outras de mais fácil acesso por pessoas assalariadas. Segundo ela,

> A habitação é uma mercadoria especial, que tem produção e distribuição complexas. Entre as mercadorias de consumo privado (roupas, sapatos, alimentos, etc.) ela é a mais cara. Seu preço é muito mais do que os salários médios, e por isso o comprador demora muitos anos para pagá-la ou juntar o valor que corresponde ao seu preço. Dizemos que é uma mercadoria que tem longo período de circulação e por isso exige um financiamento prévio para o consumo, pois em geral os trabalhadores não dispõem de dinheiro à vista (MARICATO, 1997, p.46).

Além destas observações que temos como evidentemente pertinentes por parte da referida autora, ainda nos esclarece o quanto a habitação social, cuja importância em um país como Brasil – em outros pelo mundo – é inegável, pelo elevadíssimo número de pessoas de baixa renda, nos chama a atenção para o descaso com que o assunto é tratado, não somente por instituições de ensino que deveriam, além da grande arquitetura, olhar também às necessidades essenciais do povo, considerando planos de construção que lhes garantam essa possibilidade de terem um lar digno, relembrando as palavras do *caput* do artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, bem como das entidades públicas. Sua chamada de atenção é clara e certamente necessária de ter em atenção, pois nos afirma que,

> Não obstante, nas escolas de arquitetura e urbanismo estuda-se "arquitetura", estuda-se "urbanismo" e "planejamento urbano" e, em apenas algumas lacunas ou disciplinas especiais dependendo da sensibilidade e engajamento de um ou outro professor estuda-se a moradia social. Ela é vista como algo à parte da grande arquitetura e do grande urbanismo. O mesmo acontece na elaboração dos Planos Diretores. A moradia social quando está presente é um capítulo à parte. Quando muito, um apêndice (MARICATO, 2008, p.132).

Seguindo na linha de pensamento de Maricato, dizem-nos Cohen, Bodstein, Kligerman e Marcondes, relativamente à habitação, que esta deva ser entendida "... como a ação do habitat em um espaço que envolve o elemento físico da moradia (e/ou qualquer ambiente físico construído), a qualidade ambiental neste espaço construído, no seu entorno e nas suas inter-relações." (2007, p.192). Estes mesmos autores nos informam que a habitação, toda ela, inclusive a social, deve estar imbuída de um conjunto de fatores que a tornem em espaço de pertencimento entre os demais, nomeadamente que propicie à população acesso a serviços da maior importância como são os da acessibilidade, transporte, ligação à rede urbana de esgoto, infraestrutura, enfim, de modo a que as condições de habitabilidade possam ser sentidas como de "... pertencimento ao território e da inclusão dentro de um amplo contexto urbano, dando visibilidade ao pleno exercício de fruir, usufruir e construir um espaço com qualidade de saudável/habitável" (COHEN, *et al*, 2007, p. 194). Não é por acaso que se diz popularmente que a casa de cada um é seu castelo. Assim é por tudo de proveito que desse ambiente de recolha, construção familiar pode ser retirado, em termos mesmo de acalmia pessoal. É pertinente, útil e necessário que as autoridades, municipais, estaduais e federais brasileiras olhem à sua população, especialmente à menos protegida, e lhe dê orientações, informações e apoios para que possa ter um canto no qual sinta sua condição de cidadão. Para que isso aconteça, que o poder público não continue se esquivando de agir, de tomar responsabilidades pelo povo que o elevou à condição de governante e que realmente avance com a proposição de "... alianças e propostas estratégicas para concentrar esforços e recursos a partir das potencialidades das instituições acadêmicas e públicas envolvidas com as questões sociais da saúde e da habitação." (COHEN, *et al*., 2007, p.197), sem se escudar atrás da afirmação de que é necessário haver menos estado, visando se isentar de suas responsabilidades.

Devemos manter em mente que houve uma transformação, pode dizer-se, radical no Brasil em finais do século XIX, fazendo com que a concentração populacional fundamentalmente localizada nas áreas rurais, se tivesse retirado de lá para ir viver na cidade, em função do exponencial crescimento industrial que então se experimentava na nação.

> É nesse momento que verificamos a ampliação e consolidação da chamada "cidade ilegal", onde se encontram as favelas, os cortiços, os loteamentos clandestinos etc. São regiões constituídas por uma população segregada a partir da especulação imobiliária, da segregação espacial e social (DUMONT, 2014, p.23).

Porque o estado brasileiro ajudou a que empresas particulares tomassem a cabeceira na construção de habitações, no decorrer da década de 1930, tal medida, embora procurando responder positivamente às necessidades sentidas no Brasil de então, de conciliar espaço habitacional próximo aos centros de emprego, tal iniciativa acabou por não produzir os resultados esperados, porque, segundo o mesmo Dumont, "... o poder público atuando de maneira pontual e ineficiente, dava às empresas privadas o direito de produzir e gerir as habitações individuais e coletivas para a população de baixa renda, no entanto, essa não gerava lucro." (2014, p.27) pelo que, óbvio se torna que a continuação deste desempenho seria muito discutível e de perda para a população de baixa renda. Sem entrar exatamente na historiografia deste processo, cujos contornos têm vários momentos de deficiência séria, um pouco mais aliviados, quer se goste, ou não, depois da ascensão ao poder do governo do PT (Partido dos Trabalhadores), com Luís Inácio Lula da Silva como Presidente[1] do país várias décadas adiante, que foi produzida uma nova política de habitação urbana, olhando fundamental e abertamente à população de baixa renda. Surge uma proposta que levasse à resolução do déficit habitacional no Brasil, acabando por desembocar em um programa de grande significado, o *Minha Casa, Minha Vida* (MCMV), iniciativa do governo federal brasileiro que oferece condições realmente vantajosas para a população de baixa renda poder adquirir sua habitação em espaço urbano, com a Caixa Econômica Federal[2] como entidade financiadora.

> Praticamente, todos os outros programas estão desenhados para atender uma faixa de renda e grupo de família especificamente, já o PMCMV, apresenta uma estrutura que prevê atender famílias de zero a dez salários mínimos, componentes tanto do grupo vulnerável da

[1] Luís Inácio Lula da Silva assumiu a Presidência da República Brasileira em 1 de janeiro de 2003, tendo seu primeiro mandato terminado em 1 de janeiro de 2007. Foi reeleito e iniciou seu segundo mandato em 1 de janeiro de 2007, até o dia 1 de janeiro de 2011.

[2] É um Banco público do governo federal do Brasil. Tem seu próprio patrimônio, administração autônoma, espalhada por todo território brasileiro e ligada ao Ministério da Fazenda.

> sociedade e incluído no atendimento de Interesse Social, como também permite auxílio àqueles que podem ser beneficiados pelas linhas de crédito oferecidas pelo mercado (ROMAGNOLI, s/d., p.5).

Segundo o autor citado acima, o grupo mais necessitado de receber este tipo de apoio é aquele que tem até três salários mínimos, sendo ele "o grupo responsável por cerca de 90% do débito habitacional no país" (ROMAGNOLI, s/d., p.6). Estes dados serão melhor desenvolvidos no capítulo I desta dissertação, servindo este momento apenas como uma apresentação para a necessidade de que no Brasil se continue avançando, de fato, neste âmbito.

Para uma melhor compreensão do processo pelo qual se dá alguma dessa política habitacional que, mesmo assim, existe, é necessário realizar um estudo aprofundado visando melhor entendimento do contexto no qual está inserida tal política. Ressaltamos que este assunto é de nosso interesse há já algum tempo, porque estamos diretamente envolvidas profissionalmente com pessoas que procuram sua habitação, mas que não têm condições econômicas, por si mesmas, de alcançarem o sonho de serem proprietárias de suas casas.

Assim e para podermos melhorar nossos conhecimentos a respeito desta temática que nos é tão querida e com a qual estamos, repetimos, envolvida profissionalmente, sentimos a necessidade de procurar respostas para o assunto sobre o Trabalho do Assistente Social como agente transformador no contexto educacional no âmbito do projeto "Sem Terra I", através do estudo sobre o Projeto de Urbanização e Melhoria das Condições de Habitabilidade dos Assentamentos Precários. O referido projeto está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC do Governo Federal e realizado em parceria com a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura Municipal de Sobral-CE.

O referido projeto se destina a atender a população de baixa renda que reside em áreas de risco. O que são áreas de risco? Estas são aqueles espaços nos quais existe sério "... probabilidade (P) de ocorrência de perigo ou ameaça (A) que pode resultar em consequências (C) danosas para pessoas ou bens, em função da vulnerabilidade (V) do meio e que pode ser diminuído por meio de gerenciamento (G) pelo poder público e/ou comunidade" (MACEDO; CANIL e GRAMANI, 2011, p.122). Portanto, estas são áreas

que, por razões várias, deslizamento de terras, depois de chuvas fortes; desnivelamento acentuado do terreno; locais muito próximos a rios, em que pode ocorrer o risco de enchentes, entre outros, se encontram dispostos a estes acidentes naturais. O Bairro dom José, no qual se situa o "Sem Terra 1" corresponde a este tipo de situação, isto é, se enquadra dentro destas características de perigo. Para que possamos tirar de documento oficial este conceito de área de perigo, vejamos o que se pode ler em **Mapeamento de áreas de risco**, que

> Áreas de risco são regiões onde é recomendada a não construção de casas ou instalações, pois são muito expostas a desastres naturais, como desabamentos e inundações. Essas regiões vem crescendo constantemente nos últimos 10 anos, principalmente devido à própria ação humana. No Brasil, vêm sendo realizados vários projetos no sentido de reestruturação de algumas áreas, conscientização da população, etc. (2017).

No caso do "Sem Terra I", a área de intervenção foi definida e diagnosticada em 2004 através do Programa e Projetos Pilotos de Intervenção em Favelas-PPI, reconhecendo em seus documentos que o "Sem Terra I" é uma das áreas mais críticas do município de Sobral, pela inexistência de infraestrutura básica, pela precariedade e inadequação de seus domicílios, que apresentam um baixo padrão construtivo e pelo fato de possuir em diversos trechos considerados como de risco, por serem próximas ao Riacho Mucambinho, algumas residências.

O presente estudo teve como objetivo principal: 1º– Analisar como a atuação do Assistente Social pode contribuir para o desenvolvimento das ações socioeducativas no "Sem Terra I". Neste estudo buscou-se ainda: 2º– Conhecer as etapas do trabalho técnico social no "Sem Terra I"; 3º– Identificar quais são as ações socioeducativas desenvolvidas pelo profissional do Serviço Social no projeto e 4º– averiguar como as atividades e ações realizadas pelo Assistente Social podem contribuir para a organização comunitária, além de buscar através do seu trabalho, a "autonomia e emancipação" do cidadão.

A metodologia utilizada para desenvolver este estudo ocorreu através de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. A característica da

pesquisa é de natureza quantitativa e qualitativa, sendo que o instrumento aplicado para obtermos os dados de campo será um questionário, com perguntas abertas e fechadas, conforme vamos explanado daqui em diante.

Para a realização da temática em foco, esta pesquisa se fundamentou em estudos bibliográficos, documental, sobre as categorias centrais, definidas como habitação, educação e serviço social, pois segundo Gil, "[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". (2002, p.44). Em um espaço científico como é este em que nos movimentamos, os das ciências sociais, e considerando, também, que necessitamos ter dados de registro sobre locais e suas características, os documentos servem como importante suporte credível ou, pelo menos, nos quais possamos colocar dose bem elevada de confiança, para nosso procurar de informações. Guiando-nos pelas orientações de Beltrão e Nogueira,

> A pesquisa de caráter documental apresenta potencial de assumir cada vez maior relevância, sobretudo se considerarmos o quanto rapidamente vem crescendo a produção de dados, a diversificação dos suportes de registro, a velocidade da circulação de dados, e as próprias possibilidades de acesso aos múltiplos formatos de documentos na assim chamada era da informação" (2011, p.2).

Avancemos com nosso texto.

Além disso, utilizou-se a pesquisa de campo, ficha de atendimento social, ficha de cadastro, encaminhamentos, registro, conversa informal, visita domiciliar e/ou institucional e acompanhamento social e aplicação de questionário contendo perguntas abertas e fechadas com 30 (trinta) beneficiários do projeto "Sem Terra I", cuja faixa etária está entre 25 e 45 anos de idade, priorizando os moradores que residem na área de intervenção do referido projeto há mais de 05 (cinco) anos, sendo que para Gonçalves:

> [...] a pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...]. (2001, p.67)

Os sujeitos da pesquisa foram escolhidos utilizando o critério de tempo de moradia na área de intervenção do projeto. A pesquisa é de natureza descritiva, uma vez que, para Triviños, "o estudo descritivo pretende descrever com exatidão os fatos e fenômenos de uma determinada realidade, de modo que o estudo descritivo é utilizado quando a intenção do pesquisador é conhecer determinada comunidade, suas características, valores e problemas relacionados à cultura". (1987, p.110).

Com abordagem quantitativa (que se preocupa com quantidade numérica) e qualitativa (preocupação em espaço subjetivo), pois para Fonseca, "diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados" 2002, p.20), o que significa, em nosso entender, poder haver uma junção dos dois campos porque, em um deles, a objetividade dos dados adquiridos têm, em si, manifestações de sentimentos de satisfação ou insatisfação e, recorramos novamente a Fonseca para justificar, para nós, a utilização destes dois campos porque "A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente" (2002, p.20) e, ainda, sendo esse o caso para o nosso estudo que, "Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa". (FONSECA, 2002, p. 20).

Segundo Minayo, "... a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes" (2001, p. 9), dando-nos ainda mais explicação, afirmando que, em sentido mais amplo ela corresponde "a um espaço ... mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis". (MINAYO, 2001, p.29). Estamos consciente de que, por mais informações, fidedignas, que queiramos trazer a este estudo, "Todo o método tem possibilidades e limitações" (VERGARA, 2006, p.61) e, em uma situação como a que queremos apresentar, devermos admitir a hipótese de que nem tudo nos seja dito, por todos, com a precisão e exatidão do que realmente acontece na comunidade.

Para a coleta dos dados, recorremos a um questionário contendo questões abertas e fechadas, combinação que tem a vantagem de poder ser aplicada a grande número de pessoas, possibilitando, à pesquisadora, obter respostas claras para análise.

Para a elaboração deste trabalho recorremos a vários autores para compormos nosso embasamento teórico, nomeadamente: Cots (2013); Morin (2002); Maricato (2004); Engels (1998); Iamamoto e Carvalho Raul. (2008); Martinelli (1998); Paulo Freire (2001) e demais autores que tratam da mediação entre o Serviço Social e a Educação, que tivemos como guias centrais, mas que não foram os únicos, como o referencial bibliográfico, ao final do estudo, revelará.

O interesse em desenvolver este estudo é fruto de várias inquietações que surgiram a partir da trajetória profissional enquanto Técnica Responsável pelo Trabalho Técnico Social no projeto “Sem Terra I”, em Sobral-CE, no período de março a junho de 2016, principalmente no momento em que se observou que os usuários do Projeto de Urbanização e Melhorias das Condições de Habitabilidade dos Assentamentos Precários – “Sem Terra I”, não têm a noção de organização comunitária, ao tentarmos formar a comissão de representantes do projeto, sendo que um dos pressupostos do mencionado projeto visa à participação ativa dos beneficiários nas comissões para o acompanhamento das obras – CAOS e das socioeducativas desenvolvidas durante o período de execução.

Para desenvolver este trabalho com os beneficiários do projeto foi necessário adentrar no seu cotidiano, conhecer os moradores, o seu modo de vida, suas inquietações e problemas que afetam suas vidas, a realidade local e sua infraestrutura, além da viabilização dos seus direitos enquanto cidadãos.

Para o desenvolvimento da pesquisa, levando em conta a complexidade da formulação de políticas públicas e gestão das mesmas, é imprescindível enfatizar que o olhar do pesquisador(a) deve ser consciente das limitações de sua investigação. O presente estudo se baseou nas respostas das questões aplicadas na pesquisa, sem ignorar, por óbvio, os estudos já produzidos a este respeito. Desse modo, buscou-se uma investigação mais aprofundada de como a pesquisa foi concebida, tendo como pergunta de partida a seguinte:

Como a atuação do Assistente Social pode contribuir para o desenvolvimento das ações socioeducativas no "Sem Terra I", no município de Sobral-CE?

Diante da situação referida e do estudo sobre a temática do projeto, se faz necessário ressaltar que o problema da moradia hoje, no Brasil, é assunto bastante sério e que atinge a maioria da população carente brasileira. Porém, há uma esperança para solucionar em médio prazo essa situação, uma vez que o déficit habitacional no Brasil, sobretudo, visa proporcionar principalmente às famílias de baixo poder aquisitivo o acesso à tão desejada moradia, através de uma política que envolve a participação do poder público nas três esferas: União, Estados e Municípios e, consequentemente, a participação das companhias de habitação popular e entidades públicas.

O trabalho foi estruturado em três capítulos. No primeiro, o teórico, buscou-se fazer uma explanação acerca da política habitacional ressaltando os aspectos históricos, fazendo o resgate da política habitacional no Brasil, especificando quais foram os primeiros programas e projetos implantados no país, seus entraves e perfil das pessoas que reúnem as condições exigidas para se poderem candidatar a uma habitação social, enfatizando a importância do trabalho do Técnico Social na referida política, e também enfatiza o que é o Serviço Social e a atuação do Assistente Social na educação e habitação. Para Delfino, "as famílias com renda de 3 a 10 salários mínimos são as que possuem maior demanda habitacional (78,86%); de modo que é preciso considerar que muito da demanda habitacional total restante da população com rendimento maior que 10 salários mínimos é atendida (considerando que a DHDE é um conceito potencial apenas). Há, portanto, uma relação entre rendimento familiar e demanda habitacional, notadamente devido a problemas de financiamento advindas do processo de constituição do sistema habitacional brasileiro" (s/d.).

O segundo capítulo, aquele em que se parte para o trabalho prático, está relacionado aos Procedimentos Metodológicos. Neste capítulo procuraremos obter a confirmação dos dados teóricos e legais através das respostas conseguidas a partir dos participantes da pesquisa, portanto, faremos uma comparação entre a teoria e a prática, sendo que esses dados são fundamentais para confirmar, ou pelo contrário, apresentar

dados complementares à teoria. Para podermos fazer isso, neste segundo capítulo mostraremos qual foi o caminho percorrido para a realização da pesquisa de campo.

O terceiro capítulo trata da Apresentação, Discussão e Análise dos Dados da Pesquisa. Nele constam as observações efetuadas após os dados conseguidos com a visita a campo, momento empírico escolhido para a pesquisa, as análises dos resultados e observações realizadas junto ao público alvo deste estudo, obtido a partir da relação entre a teoria e prática e as respostas das pessoas que se predispuseram a participar da pesquisa.

CAPÍTULO I RESGATE HISTÓRICO DA HABITAÇÃO NO BRASIL

1.1 A Política Habitacional Brasileira.

Uma das mais importantes formas de proteção, ou, pelo menos, sensação de que se está protegido é no amparo, paz, aconchego de nossas casas. A função primordial da habitação é a de abrigo.

> Com o desenvolvimento das habilidades humanas, o homem começou a empregar diversos materiais para construir os seus abrigos: a pedra, as peles, a madeira e a terra, tanto crua como queimada, a cerâmica. Este abrigo se tornou cada vez mais elaborado, e no entanto continuava primordialmente com a sua função básica, isto é, constituía-se em um espaço que protege o homem dos intrusos e das intempéries" (ABIKO, 1995, p. 3).

De acordo com o que nos refere Fernandes (2003), "A habitação desempenha três funções diversas: função social, econômica e ambiental. Como função social, tem de servir de abrigo ao seio familiar e é um dos fatores do seu desenvolvimento (2003, p. 224).

Conforme a envolvente mencionada por Fernandes (2003) sobre as três funções que se entende a habitação deva desempenhar na sociedade, os governos, levando em consideração a importância de tais funções, resolveram ter a iniciativa de implantar programas e projetos populares, no intuito de poderem vir a atender a população com unidades habitacionais, através da política de habitação.

Diante dessa lógica, o governo criou uma nova política de habitação através da seguinte fundação:

> A Fundação da Casa Popular, primeira política nacional de habitação, criada em 1946, revelou-se ineficaz devido à falta de recursos e às regras de financiamento estabelecidas da época porque eram voltadas somente para a provisão de residências às populações de baixo poder aquisitivo e que trabalhassem em regime de Consolidação das Leis de Trabalho - CLT, através dos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões – IAPS, mas a referida fundação tinha como finalidade atender os trabalhadores de carteira assinada, o que comprometeu o

> seu desempenho no atendimento da demanda. (CADERNO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

Essa política, porém, não teve êxito porque priorizou somente aqueles que trabalhavam em Regime de Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, deixando uma grande parcela da população sem poder ser atendida com moradia. Nessa lógica, observa-se que ocorre uma contradição do que determina a referida política.

A trajetória da política habitacional no Brasil tem sido marcada por mudanças na concepção e no modelo de intervenção do poder público no setor que ainda não logrou êxito, especialmente no que se refere ao equacionamento do problema da moradia para a população de baixa renda.

> Essas características podem ser identificadas a partir dos seguintes elementos fundamentais: primeiro, a criação de um sistema de financiamento que permitiu a captação de recursos específicos e subsidiados, o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), que chegaram a atingir um montante bastante significativo para o investimento habitacional. O segundo elemento foi a criação e operacionalização de um conjunto de programas que estabeleceram, em nível central, as diretrizes gerais a serem seguidas, de forma descentralizada, pelos órgãos executivos. Terceiro, a criação de uma agenda de redistribuição dos recursos, que funcionou principalmente em nível regional, a partir de critérios definidos centralmente. E, por último, a criação de uma rede de agências, nos estados da federação: (CADERNO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004, p.09).

Vejamos na tabela abaixo o percentual de unidades habitacionais populares que foram construídas pela referida fundação, nos anos compreendidos de 1946 a 1961.

Tabela. Fundação da Casa Popular. Casas e conjuntos construídos, por tamanho de cidades até 31 de dezembro.

Tamanho de cidades	Casas construídas	%	Número de conjuntos habitacionais	%
Até 5.000	836	5	22	15
5.000 a 10.000	914	5	24	17
10.000 a 20.000	1.109	7	22	15
20.000 a 50.000	2.586	15	35	25
50.000 a 100.000	2.157	13	19	13
+ de 100.000	9.362	55	21	15
Total	16.964	100	143	100

Fonte: Dados básicos: Fundação Popular, Rio de Janeiro. Fundamentos e bases de um plano de assistência habitacional. 1961, 60 pp, IBGE: Censo demográfico, Brasil 1950.

Nessa época, o trabalhador era amparado juridicamente contra demissões sem justa causa, imputando aos empregadores uma onerosa indenização, o que inibia as rescisões. Em 1966, o então presidente da República Federativa do Brasil, Humberto de Alencar Castelo Branco[3], sancionou a lei que criava o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), no qual o empregador fazia um depósito de 8% do valor do salário, em uma conta em nome do empregado, e quando ele fosse demitido, era feito o resgate desse valor. Este montante era e é depositado na Caixa Econômica Federal. Formou-se um grande volume de recursos que passaram a ser utilizados para, além de outras, financiar as habitações de interesse social no Brasil.

De acordo com os dados acima mencionados, é fácil perceber que a necessidade de moradia sempre esteve presente na vida da população, como também o fato de que os projetos e programas habitacionais no Brasil já iniciaram de maneira desigual e focalizada, ou seja, as famílias que tivessem perfil e/ou os trabalhadores assalariados que atendessem aos critérios de financiamento exigidos pelo Banco Nacional de Habitação, teriam acesso à aquisição da casa própria.

Desde o início da atuação do BNH, verificou-se a existência de problemas no modelo proposto, tendo o Banco, ao longo de sua existência, efetuado mudanças visando corrigir o percurso de suas ações o que, entretanto, não foi bem sucedido, e, por não conseguir superar a crise do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), acabou extinto.

Esse modelo de política também não conseguiu resolver o déficit habitacional e recebeu críticas pela incapacidade de atender a população de baixa renda, e as críticas foram feitas porque, exatamente a razão que levou à sua criação, foi a que o BNH não conseguiu cumprir.

Extinto em agosto de 1986, as atribuições do Banco Nacional de Habitação (BNH) foram transferidas para a Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a

[3] Foi o primeiro Presidente brasileiro do período militar (1964-1985), o 26º a ocupar o cargo e exerceu-o de 15 de abril de 1964 até o dia 15 de março de 1967. Seu partido era o Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculada ao Ministério da Fazenda, permanecendo a área de habitação, no entanto, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU)[4], cuja competência abrangia as políticas habitacional, de saneamento básico, de desenvolvimento urbano e do meio ambiente, enquanto que a Caixa estava vinculada ao Ministério da Fazenda.

Na compreensão desta realidade, constatou-se que a política habitacional brasileira ao longo de sua trajetória passou por muitos entraves em sua implementação na tentativa de criar um modelo de política que contemplasse a maioria da população que não tinha casa própria, inclusive chegando a adotar alguns projetos e programas que, pela grande dificuldade de resolver o problema da falta de moradia, esses projetos foram extintos. Com o intuito de enfrentar a Questão Habitacional no Brasil, criou-se a Política Nacional de Habitação, que funcionaria de modo articulado entre os governos Federal, Estadual e Municipal.

A Política Nacional da Habitação (PNH) obedece a princípios e diretrizes que têm como principal meta garantir à população, especialmente a de baixa renda, o acesso à habitação digna e considera fundamental para atingir seus objetivos e também a integração entre a política habitacional e a política nacional de desenvolvimento urbano.

Um dos principais objetivos da PNH é a mobilização de recursos, que se daria pela estruturação do Sistema Nacional de Habitação de forma a viabilizar a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para o enfrentamento do déficit habitacional brasileiro, quantitativo e qualitativo, por meio da articulação de recursos (dos fundos), planos, programas e ações. Busca-se a ampliação da destinação de recursos não onerosos e perenes por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municipal[5].

É notório perceber que a Política Nacional de Habitação, no que se refere ao cenário atual das políticas do setor habitacional e suas implicações para os municípios brasileiros, tem contribuído para enfrentar o déficit habitacional no Brasil, tendo como

[4] CARTILHA DO FGTS. Disponível em: http://guiadofgts.com.br/?category_name=habitacao_social

[5]<http://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga/ET%20Vol%203%20%2013.%20Política%20Nacional%20de%20Habitação.pdf.

ponto de partida a articulação de recursos provenientes dos fundos de participação nas três esferas de governo, seja, Federal, Estadual e Municipal, como também por meio da inclusão da população em planos, programas e ações voltadas para modificar esta realidade.

Percebe-se que a Questão Habitacional não pode ser vista de modo isolado, já que é resultante de vários fatores historicamente definidos como a falta de infraestrutura e de serviços essenciais para o atendimento da população de baixa renda.

Essa discussão evidencia que a problemática da habitação atinge principalmente as camadas populares da sociedade. Vejamos abaixo o trecho de Friedrich Engels:

> Esta falta de habitação não é própria do presente; ela não é sequer um destes sofrimentos próprios do moderno proletariado [...] ela atingiu de forma bastante parecida todas as classes oprimidas de todos os tempos. [...] aquilo que hoje se entende por falta de habitação é o agravamento particular das más condições de habitação dos trabalhadores que resultaram da repentina afluência da população às grandes cidades. (1988. p.16).

Tomando conhecimento e procurando refletir criticamente, torna-se necessário ressaltar que desde sua emergência, a política habitacional esteve atrelada aos interesses da classe dominante, e que a implementação dos programas e projetos visava diminuir o déficit habitacional ocasionado pelo processo de urbanização, devido ao crescimento desordenado das cidades.

Nos anos de 1980 e 1990 a política habitacional ganhou mais visibilidade, pois conforme o Caderno do Ministério das Cidades:

> Nesse período, foram criadas novas linhas de financiamento, tomando como base projetos de iniciativa dos governos estaduais e municipais, com sua concessão estabelecida a partir de um conjunto de critérios técnicos de projeto e, ainda, a partir da sua capacidade de pagamento. (CADERNO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

Em se tratando de financiamento, o Ministério das Cidades ressalta que:

> Foi imposta significativa restrição ao financiamento do setor público para a realização de empréstimos habitacionais, seja pela restrição dos aportes de recursos do Orçamento Geral da União (OGU), seja pelo impedimento da utilização dos recursos FGTS para esse fim. Isso restringiu principalmente as possibilidades de financiamento federal à regularização e urbanização de assentamentos precários, já que os programas de oferta de novas unidades habitacionais puderam ser viabilizados por meio de financiamento do setor privado, como ocorre no âmbito do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), ou por meio de empréstimos individuais, como o Programa Carta de Crédito’’(CADERNO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

Nota-se que os investimentos públicos são controlados pelo mercado imobiliário, que consequentemente deixa de priorizar a maior parte da população, que vive em áreas de risco e não legalizadas, totalmente indiferente ao mercado imobiliário.

Verifica-se que esses recursos são aplicados de formas descentralizadas, segundo Maricato, e há ausência de uma política habitacional consistente. Vejamos no trecho abaixo que:

> Na ausência de alternativa habitacional regular a população apela para seus próprios recursos e produz a moradia como pode. As consequências desse universo de construção, completamente desregulado, ignorado pelo Estado, são trágicas, dadas suas dimensões. A maior parte dos governos municipais e estaduais desistiu de responder pelo ‘’ poder de polícia’’ sobre o uso e a ocupação do solo. A ocupação predatória e irracional resultante dessa falta de controle é a principal causa de uma lista grande de males, inaceitável em pleno início do século XXI, enchentes, desmoronamento, poluição hídrica, epidemias etc. (2011, p. 44-45).

De acordo com autora, como os recursos destinados à política de habitação são aplicados de forma descentralizada devido à ausência de uma alternativa satisfatória, a população procura adquirir sua moradia com seus próprios recursos, tendo como consequência abrigar-se em áreas de risco e sem condições de habitabilidade.

Para viabilizar o funcionamento do Sistema Nacional, a Secretaria Nacional de Habitação (SNH) vem tentando promover um processo de sensibilização dos governos locais para apoiar a criação ou adaptação de fundos locais de habitação de interesse social, de seus conselhos gestores participativos e estimular a elaboração dos planos locais de habitação. Como será visto adiante, o cumprimento dessas ações é obrigatório

aos Estados, Municípios e Distrito Federal, e aqueles que não o fizerem podem vir a comprometer a continuidade de repasse de recursos do FNHIS[6].

1.2 Os Primeiros Projetos e Programas Habitacionais Implantados no Brasil.

Até à década de 1930, o Brasil continha traços de diferentes ciclos econômicos e sua população que era, na maioria, rural iniciou um processo de migração para as cidades e a parte interna do território brasileiro. Nessa época, o Brasil encontrava-se no auge do ciclo do café paulista, num período de dinamismo demográfico e econômico. Porém, a crise econômica mundial de 1930 afetou o processo de desenvolvimento brasileiro.

Com esse processo de migração da população que morava na área rural para as cidades, houve um crescimento desordenado da população que morava no campo migrando para a cidade, sendo que a população de baixa renda advinda do campo para as cidades passou a ocupar terrenos vazios encontrados em subúrbios e em áreas consideradas de risco.

A migração da população rural para as cidades foi motivada pela oferta de emprego nas indústrias. Para Maricato.

> [...] a industrialização que se afirma a partir de 1930 e vai até o fim da Segunda Guerra Mundial constituiu um caminho de avanço relativo de iniciativas endógenas e de fortalecimento do mercado interno, com grande desenvolvimento das forças produtivas, diversificação, assalariamento crescente e modernização da sociedade (2000, p. 22).

O fluxo migratório iniciou-se na década de 30, e era composto por uma população pobre de origem rural, à procura de emprego e sem moradia. Essa população foi suprida parcialmente pela ação dos governos em solucionar essa questão social. Vale ressaltar que, naquela época o tipo de moradia predominante era casa de aluguel.

---

6 <http://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga/ET%20Vol%203%20-2013.%20Política%20Nacional%20de%20Habitação.pdf

A crise de moradia atingiu também a classe média e houve a necessidade de novas soluções para os problemas habitacionais já existentes. Conforme Bonduki,

> [...] o objetivo dos governos desenvolvimentistas era estimular a criação de uma solução habitacional de baixo custo na periferia, visto ser ela conveniente para o modelo de capitalismo que se implantou no país a partir de 1930, por manter baixos os custos de reprodução da força de trabalho e viabilizar o investimento na industrialização do país (2004, p.12).

Percebe-se que o interesse dos governos em estimular a criação de uma solução mais viável para a questão habitacional no Brasil só foi vista quando começou a atingir a classe média. Dessa forma, procuraram implantar habitação com custos mais baixos.

Entre as décadas de 1940 e 1960, a política de habitação consistia na oferta de crédito imobiliário pela Caixa Econômica e pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS) ou por bancos incorporadores imobiliários. A organização de um órgão que centralizasse a política habitacional ocorreu em 1946, quando é criada a Fundação da Casa Popular (BOTTEGA, 2007).

A criação da Fundação da Casa Popular foi uma das medidas adotadas pelos governos Federal, Estadual e Municipal, com a finalidade de que os trabalhadores pudessem costear suas moradias.

A Fundação da Casa Popular foi o primeiro órgão em escala nacional criado com a finalidade de oferecer habitação popular ao povo em geral. Propunha-se a financiar não apenas casas, mas também infraestrutura urbana, produção de materiais de construção, estudos e pesquisas etc. Tais finalidades parecem indicar que houve avanços na compreensão de que o problema da habitação não se limita ao edifício casa, mas que houve pouco progresso na compreensão da faceta econômica e financeira da questão (VILLAÇA, 1986).

A fundação da Casa Popular não teve êxito, porque os grupos que seriam beneficiados encontravam-se desorganizados e desinteressados em ser interlocutores do governo na formulação de uma política social, principalmente porque a referida fundação foi utilizada para fins políticos.

Posteriormente, com o Golpe Militar de 1964, o atendimento da demanda ficou restrito a alguns estados da federação e com uma produção pouco significativa de unidades habitacionais. Nesse período foi criado o Sistema Nacional de Habitação pela Lei nº 4.380/64 que instituiu “a correção monetária e o Banco Nacional da Habitação (BNH), que se tornou o órgão central orientando e disciplinando a habitação no País” (Lei nº 4.380/64). Nessa época, os conjuntos habitacionais podiam ser financiados através do BNH e por grandes indústrias.

Segundo Bonduki (2008), o BNH, criado após o golpe de 1964, foi uma resposta de o governo militar à forte crise habitacional presente no país que se urbanizava aceleradamente. O Banco buscava adquirir o apoio das massas populares urbanas e criar uma política permanente de financiamento, que estruturasse o setor da construção civil habitacional.

A conquista da moradia digna sempre foi uma preocupação dos cidadãos brasileiros. A constante migração da área rural para a urbana, principalmente com o processo de modernização agrícola e industrialização, fez com que o Governo Federal, por meio da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, criasse o Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Foi por meio desta Lei que foram criados o Banco Nacional de Habitação (BNH) e deu respaldo para a criação das Companhias de Habitação como forma de dar assistência na elaboração e execução de planos a solução do problema.

É importante ressaltar que após a criação das Companhias de Habitação, os trabalhadores passaram a ter mais acesso à aquisição de sua moradia, pois o trabalhador era amparado juridicamente contra demissões sem justa causa, imputando aos empregadores uma onerosa indenização.

Em 1966, o então presidente Castello Branco, sancionou a Lei que criava o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com a qual o empregador fazia um depósito na conta do empregado, e quando este era demitido ocorria o resgate desse valor. Formou-se um grande volume de recursos, que passou a financiar as habitações de interesse social no Brasil. Com recurso abundante e sucesso na construção de moradias, as Companhias de Habitação se tornaram importantes agentes do Sistema

Financeiro de Habitação, se destacando no processo por ser órgãos federais autônomos, agilizando a produção habitacional.

É interessante salientar que, as Companhias de Habitação (COHAB), foram implantadas em todo o país com o intuito de promover a construção/reformas e melhorias de unidades habitacionais, de forma a oferecer condições dignas de moradia às famílias de baixa renda com planejamento, orientação, coordenação e execução de serviços de urbanização das áreas destinadas à construção de habitações.

Em 18 de abril de 1974, na sede do Banco Nacional de Habitação, uma reunião de representantes de Cohabs e entidades assemelhadas aprovou a criação da Associação Brasileira de Cohabs (ABC), uma entidade sem fins lucrativos, com o objetivo de promover estudos e soluções para a problemática habitacional brasileira. Entre 1964 a 1991 as Companhias de Habitação produziram cerca de R$ 2 milhões de moradias: (2016).

Cabe neste contexto evidenciar que, apesar de todo o aparato legal, as Companhias de Habitação (COHABS) não conseguiram solucionar o déficit habitacional no Brasil, uma vez que o país passou por uma crise econômica em meados dos anos 80 e 90.

Gomes (2005), afirma que a função ideológica do trabalho social neste período comprovou-se no sentido do “desenvolvimento de um consenso em torno da propriedade desses programas”. Portanto, é no período do BNH que o trabalho social é institucionalizado no interior dos órgãos habitacionais, e também nos Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOPs) a partir de 1966; e junto às Companhias de Habitação (COHABs) a partir de 1973.

Vale ressaltar que, a necessidade do trabalho social foi vista como algo imprescindível no trabalho com as famílias de baixa renda, tendo em vista desenvolver ações voltadas para orientação, inserção e execução dos programas e projetos.

A Associação Brasileira de Cohabs – ABC incentiva a existência de um órgão da administração indireta que administre o setor de habitação nos Estados e Municípios, facilitando o sucesso da implantação de políticas públicas para esse setor. É nesse

sentido que o ABC[7] trata com uma ênfase especial as companhias, autarquias e agencias habitacionais.

É notório perceber que a referida associação teve como objetivo principal incentivar a administração das companhias de habitação através de um órgão que fosse ligado a esse setor, sendo que esse incentivo contribuiu para a implantação de políticas públicas.

1.3 Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social –SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

Na Lei nº 11.124 em seu artigo 2º fica instituído o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, com o objetivo de: I - viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável; II - implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda; e III - articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação.

Como foi visto no artigo 2º da referida Lei, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS[8] teve como um dos principais objetivos viabilizar para que a população de baixo poder aquisitivo viesse a ter acesso não somente a "habitação", mas sim uma habitação digna e sustentável.

O termo Habitação de Interesse Social está relacionado com a produção de moradias de baixo custo destinado a vários segmentos sociais cuja renda é fator

[7] Encontro das Cohab/Associação Brasileira COHABs e Agentes Públicos de Habitação<http//www.abc.habitacão.org.br/index.php//2016/02/10:00/-conheca – abc/ histórico/associação de cohabs>

[8] Habitações de Interesse no Brasil https://revitap4.wordpress.com/2016/04/25/habitacoes-de-interesse-social-no-brasil/

determinante para conseguir adquirir o imóvel. Segundo ABIKO, existem três tipos de categorias de Habitação de Interesse Social, que são elas:

> Habitação de baixo custo *(low-cost housing)*: termo utilizado para definir habitação barata sem que isto signifique necesariamente habitação para população de baixa renda;
>
> Habitação para população de baixa renda *(housing for low-income people)*: É um termo mais adequado que o anterior, tendo a mesma conotação que habitação de interesse social; estes termos trazem, no entanto a necessidade de se determinar a renda máxima das famílias e individuos situados nesta faixa de atendimiento;
>
> Habitação popular: termo genérico envolvendo todas as soluções destinadas ao atendimento de necessidades habitacionais (1995, p.12)

Para Bonduki, *et al*, "afirma que como uma diretriz de políticas públicas, a Constituição Federal de 1988 previa o princípio da função social do uso do solo urbano. Sob este princípio, o conceito de Interesse Social é constitucionalmente incorporado às políticas de habitação para os setores de população de baixa renda". (2003, p.87).

O que se questiona no texto citado acima, é que a própria Constituição, a qual afirma que a moradia é um direito de todos, também é a mesma que estabelece como critério de atendimento de Interesse Social somente para segmentos da população de baixa renda.

Com a promulgação do Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001), que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, deu-se a ratificação da função social do solo urbano e a partir daí a habitação assume efetivamente o caráter de direito básico do cidadão. As políticas, planos e estratégias do setor de habitação, para a população de baixa renda, passam a ser legalmente submetidas ao interesse da sociedade, sobretudo em nível local no âmbito municipal, onde se dão os impactos de sua implantação (CARVALHO, 2011).

Após promulgação do Estatuto das Cidades por meio da referida lei, a habitação passou a assumir seu papel de direito básico de todo cidadão, uma vez que, a moradia legalmente foi vista como um direito de toda população.

1.4 Perfil e Critérios da População Atendida nos Programas e Projetos

As famílias que são beneficiadas pelo Programa são indicadas e selecionadas pelo município ou Governo do Estado/Distrito Federal tendo seus respectivos critérios. Os imóveis são adquiridos pelas famílias beneficiadas por venda com parcelamento (COTS, 2013).

Percebe-se no contexto acima mencionado que a seleção das famílias acontece de modo focalizado, tendo em vista que os critérios de atendimento da população inserida nos programas e projetos habitacionais são quem definem o público alvo, ou seja, quem serão os beneficiados.

O Público Alvo do programa são famílias com rendimento bruto mensal de até R$ 1.600,00, sendo que a quantidade de unidades habitacionais por empreendimento é estabelecido em função da área e do projeto, limitado sempre que possível em 500 unidades por empreendimento. Os empreendimentos na forma de condomínio devem ser segmentados de preferência em número máximo de 300 unidades habitacionais (COTS, 2013).

É importante deixar claro que as famílias que ultrapassam o perfil de renda exigido pelos programas e/ou projetos não têm como ser atendidas, sendo este um dos critérios que impossibilita uma parte da população de ter acesso às unidades habitacionais.

As unidades habitacionais apresentam tipologia de casas térreas ou apartamentos. Quando houver manifestação de doação de terrenos para execução do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) por parte do poder público, deve ocorrer a referida doação ao FAR – Fundo de Arrendamento Residencial, o qual promove a construção de unidades habitacionais destinadas aos beneficiários do Programa (BRASIL, 2011).

Nota-se que a tipologia das casas das famílias beneficiadas no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) são moradias convencionais (casa com construção comum) e moradias verticalizadas (apartamentos).

Desde Julho do ano de 2006, passou a ser obrigatório como instrumento a adoção de planos diretores de desenvolvimento urbano, para cidades de mais de 20 mil habitantes:

> Tais instrumentalidades destinam-se a garantir à função social da propriedade urbana, como o parcelamento do solo e edificação compulsória de áreas e imóveis urbanos, a concessão de direito real de uso, o usucapião urbano, e as zonas especiais de interesse social. (CARVALHO, 2011, p.23).

1.5 O Técnico Social na Política Habitacional.

Denomina-se trabalho social a qualquer atividade que pretende melhorar as condições matérias, de salubridade, culturais ou educativas da população. Dada a dificuldade de possuir uma renda com estas circunstancias, o trabalho social costuma relacionar-se com as organizações que excluem o lucro: (2016).

Se tratando da política habitacional, cabe aqui enfatizar que o trabalho social foi inserido com a finalidade de solucionar não somente a questão da falta de moradia da população, mas também fazer com que essas pessoas tivessem acesso a outros direitos sociais como saúde, educação, segurança e etc.

Acreditando em Azevedo (1982), foi no decurso da presidência de Getúlio Vargas[9] que houve uma expansão de ações neste sentido, tendo como guias e suporte as leis trabalhistas, em função disso, o empenho e engajamento do Ministério do Trabalho e, também, os Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões. Foi neste período em que no Brasil houve um olhar mais atento à tentativa de suprir as necessidades habitacionais, especialmente através da construção de conjuntos habitacionais, com recursos oriundos dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS).

Como tentativa de fazer frente à resolução da questão de déficit de moradia no país, que vinha se agravando gradativamente, o governo federal adotou várias medidas

[9] Getúlio Dornelles Vargas foi o 13º Presidente do Brasil. Exerceu o cargo pela primeira vez de 3 de novembro de 1930 até o dia 29 de outubro de 1945 (Período do Estado Novo) e, o segundo momento de 31 de janeiro de 1951 até o dia em que se suicidou, ou seja, 24 de agosto de 1954.

para contornar tal situação, dentre elas, a contratação de profissionais para exercer o "Trabalho Técnico Social" (TTS).

O Trabalho Técnico Social desenvolvido pelo Assistente Social, através de uma Política de Habitação do Estado, possibilita que uma parcela significativa da população brasileira tenha, não somente o acesso a uma moradia, mas que se envolva com outras condições inerentes ao exercício da cidadania[10].

Nesse sentido, o trabalho técnico social foi entendido pelo governo como uma forma de contornar as demandas por moradias, causadas pelo elevado déficit habitacional no Brasil, criando nesse período várias instituições assistenciais.

As diversas instituições assistenciais ligadas à Igreja Católica, como a Associação Lar Proletário (fundado em 1939), realizou um trabalho de grande relevância, no decorrer desse período, pois além de construir habitações populares com recursos do sistema financeiro oficial, desenvolveu diversas ações sociais junto às famílias, nomeadamente ajudando nos procedimentos de seleção e organização dos vários grupos, para a ocupação dos conjuntos habitacionais. Os Assistentes Sociais eram os realizadores desse tipo de trabalho (PIMENTEL, 2012).

É notório perceber que trabalho social inserido nos Programas habitacionais tem se constituído de importância fundamental para garantir o acesso de famílias de baixa renda à moradia, ao mesmo tempo em que fortalece a perspectiva de sustentabilidade de gênero, posta pela política pública de habitação.

Segundo Pimentel (2012), o trabalho social direcionado aos moradores dos conjuntos habitacionais e de favelas passa a integrar as intervenções das instituições assistenciais, em um primeiro momento aquelas ligadas à ação católica, e posteriormente, como fundação Leão XIII, vinculada diretamente ao Estado.

De acordo com o contexto mencionado acima, nota-se que o trabalho social era desenvolvido de forma assistencialista e focalizada, cuja finalidade, na época, era a de priorizar a população que residia em conjuntos habitacionais e nas favelas, tendo como critério de atendimento somente aquele que era fornecido pelas instituições ligadas à

[10] SSBRASIL. **O Serviço Social na Habitação**. Disponível em: http://www.amoservicosocial.blogspot.com/2012/11/o-servico-social-na-habitacao.html

Igreja Católica, ou que participassem de suas ações.

Para compreender melhor essa questão, vejamos abaixo o trecho de Pimentel:

> Notadamente o trabalho social junto a esta população era entendido pelo Estado, enquanto elemento dissociado da política habitacional. Apesar de estarem integrados como estratégia de contenção e atendimento aos moradores de favelas, parques proletários e conjuntos habitacionais, realizava-se separadamente. Fica claro, neste sentido, que o Estado percebia a questão da moradia como problema isolado, não o vinculando as demais necessidades da classe trabalhadora, como educação, saúde, lazer. Isto cabia às instituições sociais da época (2012, p. 08).

Quando se entra no contexto do trabalho social fica evidente que naquele período o Estado tratava a questão da moradia como se fosse uma necessidade da população que poderia ser resolvida de modo isolado. Também se tornou evidente que as instituições que realizavam o trabalho social eram ligadas diretamente à Igreja Católica. No Brasil, tradicionalmente, “O papel da Igreja, nesta dinâmica sociopolítica, tem sido o de parceira e, também, de "parteira" de vários movimentos sociais” (AZEVEDO, 2004) e não há como negar as múltiplas ajudas que esta congregação efetivamente tem trazido ao Brasil, pese embora nos dias que correm ela se tem que haver com uma “competição” de outras igrejas da esfera evangélica, principalmente as pentecostais, além de movimentos sociais de defesa de gênero. De qualquer modo e ainda seguindo as palavras de Azevedo, “A legitimidade religiosa e política da Igreja no Brasil é o resultado de um longo processo, que acompanha a própria história do Brasil, desde 1500.” (2004), pelo que, por mais que se não queira, ela exerce, hoje, ainda, papel de considerável importância no desenrolar social, religioso e, sim, político nacional.

Segundo Bonduki (2004), o trabalho social neste período foi voltado diretamente em função da questão social, ou seja, marcado por um viés conservador, social, emblematicamente representada pelos moradores de favelas, como questão de polícia, sendo alvo de intensa repressão. Também no período de Vargas, a política social formulada apresentou-se paternalista, em favor da “harmonia social”, e o trabalho social direcionou-se ao controle e disciplinamento da população. Na realidade, estas ações por parte do Estado têm, bem se pode reconhecer que,

> ... a função política das políticas sociais diz respeito ao contexto de lutas entre as classes sociais opostas, não podendo ser vistas como meros favores das classes dominantes para os dominados, nem como conquista das reivindicações e pressões populares (PIANA, 2009, p.37).

De acordo com contexto acima mencionado, o trabalho social era voltado para o atendimento da questão social, tendo em vista desenvolver um trabalho assistencialista para diminuir os conflitos, uma vez que a questão social era tratada com repressão, sendo tratada como questão de polícia.

Segundo Gomes (2005), a função ideológica do trabalho social neste período comprovou-se no sentido do desenvolvimento de um consenso em torno da propriedade desses programas, portanto, é no período do BNH que o trabalho social é institucionalizado no interior dos órgãos habitacionais, e também nos Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOPs) a partir de 1966; e junto às Companhias de Habitação (COHABs) a partir de 1973.

Burgos “ressalta que o trabalho social distanciava-se de uma ação mais engajada com o ponto de vista social e politizada, dado que era feita uma intervenção social no que dizia respeito à adaptação, socialização dos moradores à nova condição de moradia, (em geral, verticalizadas) e ao acompanhamento dos mutuários inadimplentes” (2006).

Como referido acima, percebe-se que ocorre a implantação de outro tipo de moradia diferente da convencional, ou seja, a promoção de um processo de verticalização no qual os imóveis são construídos em forma de condomínios, que ao invés de casas, eram apartamentos.

Em 1999, no final da primeira gestão do então Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso (FHC), entusiasmados pelos elementos da preparação do Programa Habitar Brasil, a ampliação do trabalho social junto às populações beneficiárias de programas e projetos passou a ser uma exigência através dos recursos advindos do Orçamento Geral da União (OGU). A estratégia de inovação era que o Governo Federal passava a conter nos custos do empreendimento a ser contratado, ou seja, recursos para

o desenvolvimento do trabalho social, dado que grande parte destes recursos era a fundo perdido, sendo este a custo zero para os municípios e estados (AZEVEDO, 1995).

Cabe aqui deixar claro que fundo perdido é um recurso federal oriundo da contribuição Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mas conforme Azevedo, o referido fundo era utilizado para o desenvolvimento do trabalho social no Governo de FHC. Esse recurso era repassado para municípios e estados a custo zero, implicando dizer que competia aos gestores buscar melhorias operacionais visando melhor custo e benefício.

Segundo o Caderno de Orientação Técnico Social (COTS),

> O Trabalho Técnico Social é o conjunto de ações que visam promover a autonomia e o protagonismo social, planejadas para criar mecanismos capazes de viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens/serviços, adequando-os às necessidades e a gestão participativa para a sustentabilidade do empreendimento. (2013, p. 04).

É importante ressaltar que, em decorrência das conquistas advindas no contexto acima mencionado, houve a necessidade de intensificar o trabalho social, tendo em vista a inclusão dos profissionais para desenvolver o trabalho técnico social nos programas e projetos habitacionais.

Desse modo, em 1996, é criado o cargo de Técnico Social para os profissionais habilitados a atuarem nessa área, como os Assistentes Sociais, Sociólogos e Pedagogos. Já em 2000, agrega-se aos itens de investimento dos projetos um valor característico para cada ação (PIMENTEL, 2012).

Diante deste contexto é possível acrescentar que o trabalho técnico social foi implantado para atender as necessidades da população atendida, além de promover a autonomia e emancipação das famílias na sociedade, de modo que elas possam ter noção de seus diretos enquanto cidadãos. Para Gonçalves, *et al*.:

> O objetivo principal do Trabalho Social é desenvolver um conjunto de atividades de caráter informativo, educativo e de promoção social, visando ao desenvolvimento comunitário e à sustentabilidade do empreendimento. Existe o incentivo aos processos participativos, à autonomia da população através da

> atuação de equipes multidisciplinares, entre outras. (2007, p.176).

No que diz respeito ao trabalho técnico social, percebe-se que várias ações são desenvolvidas por uma equipe de profissionais diversificados, mas em prol do mesmo objetivo, sendo esse o de garantir que os beneficiários possam ter acesso a todas as políticas sociais e tenham a oportunidade de participar de todos os processos que ocorrem na execução do trabalho.

Mas para Bonduki (2004), a principal abordagem desse trabalho no setor privado está na informação acerca do financiamento, direitos e deveres das partes envolvidas, bem como a integração e mobilização entre os adquirentes (arrendatários) enfatizando ainda a conservação adequada dos espaços individuais e coletivos. Já no setor público, as abordagens do trabalho social são a educação sanitária e ambiental, a mobilização e organização da comunidade; e a capacitação de emprego, trabalho e renda.

Observa-se que antes o trabalho técnico social existia com a finalidade de realizar um tipo de atividade diversificada nos setores privado e público, uma vez que, no setor privado tratava-se do financiamento, direitos e deveres das partes envolvidas. No setor público, no entanto, as abordagens eram referentes à educação sanitária e ambiental, à mobilização e organização da comunidade; e à capacitação de emprego, trabalho e renda.

Conforme a Portaria nº 21 do Ministério das Cidades:

> O Trabalho Técnico Social, de trata este Manual compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território compreendido as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados. (2014, p. 05).

Com base na Portaria acima citada, a partir de 2014 o trabalho técnico social toma um novo direcionamento, sendo realizado a partir de estudos diagnósticos

integrados e participativos do território, compreendidas as dimensões social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, tendo em vista a participação e inserção das famílias nas políticas públicas, a sustentabilidade no âmbito dos projetos e a qualidade de vida dos moradores no setor público e/ou privado.

1.6 O Serviço Social, Sua Trajetória e Seu Marco Legal na Política Habitacional.

Para compreender o Serviço Social foi necessário fazer um regate histórico da profissão, enfatizando o seu surgimento no mundo e, mais especificamente, no Brasil, pois para alguns estudiosos como, por exemplo, Almeida, Faleiros, Iamamoto, entre outros, o serviço social emerge através da consolidação do sistema capitalista e a partir da Revolução Industrial.

Dentre os precursores e responsáveis pela sistematização do trabalho social podemos referir: Florence Nightingale (Inglaterra, 1851), Octavia Hill (Inglaterra,1865), Mary Richmond[11] (EUA, 1861). Mais tarde o Serviço Social Norte Americano introduziu o caráter cientifico à abordagem profissional das questões sociais. Foi em 1996, na **I Conferência Nacional de Trabalhadores Sociais**, que ocorreu em Nova Iorque, EUA que Richmond[12] apresentou a proposta de denominar a nova profissão como *Social Work* e seus agentes como trabalhadores sociais.

Atendendo ao que acabamos de referir no parágrafo acima, podemos afirmar que o Serviço Social tem seu nascimento devido ao capitalismo, às necessidades de, algum modo, estabelecer limites, exercer controle, se quisermos, sobre o proletariado, bem mais afetado e explorado do que a burguesia (SANTOS; TELES e BEZERRA, 2013). Assim, e relativamente à origem do Serviço Social ela tem que ver com a necessidade de que fosse prestado auxílio, filantrópico e benemerente, à população menos favorecida.

[11] Mary Richmond (1861-1928), norte-americana que, tida como sendo a percursora do diagnóstico social.
[12] CENTRO DA VONTADE. (2010). **Serviço Social**: Surgimento e bases norteadoras. Disponível em: https://centrodavontade.wordpress.com/2010/06/25/servio-social-surgimento-e-bases-norteadoras/

A Revolução Industrial é marco importante na existência da humanidade não apenas por tudo que ela veio trazer de profundas transformações no viver, primeiro, da Inglaterra e, depois, ao mundo, devido às graves crises econômicas, sociais e políticas que trouxe sem eu esteio. O auxílio que se prestava, até esse momento, ficou claramente ultrapassado, levando à necessidade de institucionalização de um serviço social que efetivamente entendesse e auxiliasse o entorno da realidade de cada nação com seus problemas específicos.

Em face de tal situação, diremos, muito rapidamente que, em Nova York, no ano de 1898 foi fundada a primeira escola profissional, de assistência social, com o nome de New York School of Philanthropy, sob influência dos ideais de Mary Richmond (1861-1928), tida como a fundadora (juntamente com Jane Addams) do serviço social. Com o crescendo de problemas sociais, foram produzidas leis que protegessem as classes menos favorecidas e, com isso, também, que houvesse uma profissão que viesse trazer ordem, se assim, o podemos afirmar, às dificuldades que se tornavam cada vez mais óbvias. Surge, então, a profissão de Assistente Social, para que pudesse de algum modo amenizar dificuldades criadas a partir das desigualdades sociais. Já no primeiro quarto do século passado, em 1925 foi fundada, no Chile, a primeira escola latino-americana de serviço social no entanto, só quatro anos mais tarde, em 1929, no México, com a fundação da escola Elvira Matte de Cruchaga, iniciou marco importante neste âmbito do fazer humano e marca um momento, para a Assistência Social, sua institucionalização, com mudanças importantes para a profissão.

Portanto, e resumidamente, pode dizer-se que o serviço social surge no mundo, num primeiro momento, sob influência das maleitas sociais europeias e, depois, norte-americanas, com o intuito de amainar o máximo possível os problemas sociais existentes em função das disparidades de vida entre classes, trazidos pelo modo de viver capitalista.

No Brasil corriam as décadas de 1930 e 1940, quando a profissão da assistência social teve seu início no país. Para Iamamoto (2011),

> ...a gênese do Serviço Social no Brasil, enquanto profissão inscrita na divisão social do trabalho está relacionada ao contexto das grandes

> mobilizações da classe operária nas duas primeiras décadas do século XX, pois o debate acerca da "questão social", que atravessa a sociedade nesse período, exige um posicionamento do Estado, das frações dominantes e da Igreja. (*apud* SILVA; SILVA e JÚNIOR, s/d., p.3)

No Brasil o serviço social foi marcado pela abordagem sociológica dos problemas, reproduzindo a doutrina da classe dominante burguesa através tanto do Estado, como da Igreja Católica, atitude de influência europeia. Já a de cunho norte-americana, segue rumo racional, teórico e profissional. Porque o capitalismo se desenvolve muito na década de 1940, com toda sorte de defasamento social a acontecer não apenas no Brasil, mas em todo mundo, a necessidade de formação científica para tratar com conhecimentos as várias situações sociais levou "as assistentes sociais brasileiras a exigirem a defesa de um ensino e intervenção dentro dos modelos americanos, sugerindo que a profissão nesse país encontrava-se mais avançada em razão de sua elevada sistematização e análise de cunho psicossocial." (PEREIRA, 2016), portanto, é um Serviço Social que traduz o caráter cientifico na prática dessa profissão.

É de suma importância ressaltar que o surgimento do Serviço Social no mundo teve relação direta com as doutrinas europeias, num primeiro momento e, depois, norte-americanas, sendo que cada uma tinha seu modus operandi, mas visando o mesmo fim, o amparo social aos menos favorecidos.

O serviço social surgiu a partir dos anos 1930, quando se iniciou o processo de industrialização e urbanização no Brasil. O nascimento da profissão encontra-se relacionada à articulação dos poderes dominantes (burguesia industrial, oligarquias cafeeiras, Igreja Católica e Estado Vanguardista) à época com o objetivo de controlar as insatisfações populares de frear qualquer possibilidade de avanço do comunismo no país. O ensino do Serviço Social foi reconhecido em 1953 e a profissão foi regulamentada através da primeira lei, a de nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, tendo posteriormente esta sido revogada pela de nº 8.662, de 1993, cujas mudanças trazidas pela nova lei em muito ajudaram na regulamentação da profissão no Brasil. (FOSCARINI, 2009, p.15).

Compreende-se que o Serviço Social no Brasil teve seu surgimento marcado pela doutrina da Igreja Católica, tendo como finalidade mediar relações de conflitos das camadas populares que estavam insatisfeitas com a classe dominante, porque ela é um marco desde o primeiro momento da chegada dos portugueses a este território, com a Companhia de Jesus, que aqui passou a educar e a "preparar" os povos indígenas para a vida cristã, mais exatamente, católica.

O Serviço Social no Brasil surge em meados da década de 1930, tendo como marco histórico o processo de industrialização. Neste período, o Estado estava passando por uma crise política, social e econômica em função do processo de industrialização que teve como consequência o aumento de conflitos sociais em todos os setores da sociedade, principalmente nas camadas populares.

O nascimento do Serviço Social como especialização do trabalho ocorre nos anos de 1920 e 1930, sob a influência católica europeia num primeiro momento e, noutro, com ênfase nas ideias da norte-americana Mary Richmond[13] e nos fundamentos do Serviço Social de caso, em que num primeiro momento a técnica está a serviço da doutrina social da Igreja e, no segundo, há a necessidade de teorizar, profissionalizar, cientificar o serviço.

Nos anos 1940 e 1950, o Serviço Social brasileiro recebe influência norte-americana. Marcado pelo tecnicismo, neste período, há o início marcado pelo tecnicismo e é neste período que se iniciam as práticas de organização e desenvolvimento de comunidade, além do desenvolvimento das peculiares abordagens individuais e grupais. Com supervalorização da técnica, considerada autônoma e como um fim em si, e com base na defesa da neutralidade científica, a profissão se desenvolve através do "Serviço Social de Caso", "Serviço Social de Grupo" e "Serviço Social de Comunidade".

Em meados de 1960 e 1970, a profissão passou por um movimento de renovação rompendo com o conservadorismo, dando lugar ao tradicionalismo

[13] SERVIÇO SOCIAL. **Conselho Regional de Serviço Social** – CRESS, RJ. Disponível em: www.cressrj.org.br/servico_social.php

Profissional[14], no qual os profissionais ampliam sua atuação para as áreas de pesquisa, administração, planejamento, acompanhamento e avaliação de programas sociais, além das atividades de execução e desenvolvimento de ações de assessoria aos setores populares.

Ao adentrarmos no histórico do Serviço Social percebe-se que para Iamamoto (2004):

> "(...) o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no 'mundo temporal', nos inícios da década de 30." (2004: p.18).

O Serviço Social é uma profissão de caráter sociopolítico, crítico e interventivo, que se utiliza de instrumental científico multidisciplinar das Ciências Humanas e Sociais para análise e intervenção nas diversas refrações da "questão social". Isto é, no conjunto de desigualdades que se originam do antagonismo entre a socialização da produção e a apropriação privada dos frutos do trabalho. Assistentes sociais se inserem nas mais diversas áreas: saúde, previdência, educação, habitação, lazer, assistência social, justiça etc. Como profissão,

> ... que se desenvolve sob a regência do capital não está isento das causalidades e dos efeitos das determinações naturais à ordem capitalista. Determinações que, ao perpassarem as relações sociais, colocam novas necessidades a serem socialmente respondidas, imprimindo novos significados ao trabalho profissional. (MENDONÇA, 2007, p.52).

Com papel de planejar, gerenciar, administrar, executar e assessorar políticas, programas e serviços sociais, estes profissionais atuam nas relações entre os seres humanos no cotidiano da vida social, por meio de uma ação global de cunho socioeducativo e de prestação de serviços. Como muito bem nos afirma Martins,

> O Serviço Social reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto às demandas

[14] SERVIÇO SOCIAL. **Conselho Regional de Serviço Social** – CRESS, RJ. Disponível em: www.cressrj.org.br/servico_social.php

> do capital como às do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas não se pode excluí-la do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas. (2012, p.33).

Porque o assistente social não deixa de fazer parte intrínseca do tecido social, com suas próprias visões, sentires, origens e por aí em diante. Por isso mesmo, o profissional deste serviço é um sujeito em continuada construção (entenda-se seu crescimento intelectual, também, através de constante e continuada capacitação), tal e qual a sociedade com que trabalha e, nesse sentido, também, fará bem em olhar sua parceria com a educação, direito tão essencial para todas as pessoas, na medida em que está nela a possibilidade de aquisição de conhecimentos que proporcionarão às pessoas meios e percursos para poderem desenvolver sua cidadania consciente e criticamente, sendo seu desempenho, preferencialmente, útil, positivo, construtivo para si e para com as pessoas com quem convive socialmente. Concordando com o que afirma Gramsci sobre o papel da escola, porque é ela que tem a tarefa de "inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e uma certa autonomia na orientação e na autonomia." (1991, p.121). E, de modo igualmente significativo, de novo recorrendo às palavras de Martins que,

> ... a educação é um processo social vivenciado no âmbito da sociedade civil e protagonizado por diversos sujeitos sociais, mas também é uma área estratégica de atuação do Estado. Nesse sentido, a política de educação, como política social, é um espaço contraditório de lutas de classes, um embate entre poderes diversos que se legitimam historicamente, conforme se estabelece a correlação de forças na diversidade dos projetos societários existentes. Portanto, a luta pela educação constitui uma das expressões da questão social, visando o atendimento de uma necessidade social, reconhecendo-a como um direito social. (2012, p.21).

E a escola, certamente, como espaço social que é, um de encontros, embates de

ideias, grupos sociais, vontades e essas, entendidas, estudadas e "filtradas" nesse espaço de aprendizagem é que proporcionarão os conhecimentos que produzirão cidadãos conscientes de seu espaço e o do outro, na esfera social/comunitária em que se movimentam.

1.6.1 Lei de Regulamentação da Profissão: Lei nº 8.662

A Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993[15] foi sancionada pelo Presidente da República e dispõe sobre a profissão de Assistente e dá outras providências. Isso está explícito no Art.1º que diz: "É livre o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional, observadas as condições estabelecidas nesta Lei". (Código do Assistente Social, 1993, p.39).

Como observamos, a referida Lei que regulamenta a profissão do Assistente Social foi promulgada, no Brasil, no início dos anos 90. Somente após esse período é que o Assistente Social teve livre exercício profissional em todo o país.

De acordo com a Lei nº 8.662, no seu art. 2°, Somente poderão exercer a profissão de Assistente Social:

> I- Os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente; II- os possuidores de curso superior em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniados ou não com o governo brasileiro, desde que devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil; III- os agentes sociais, qualquer que seja sua denominação com funções nos vários órgãos públicos, segundo o disposto no art. 14 e seu parágrafo único da Lei n 1. 889 de 13 de junho de 1953. (CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL, 1993, p. 39).

Neste sentido, implica dizer que só poderão atuar como assistentes sociais os profissionais habilitados através de curso superior em Serviço Social e que estejam

[15] Era Presidente da República Federativa do Brasil Itamar Franco. Este texto pode ser acessado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm

devidamente registrados no Conselho da categoria, pois a formação profissional viabiliza condições para o exercício profissional e inserção o mercado de trabalho.

É uma das poucas profissões que possui um projeto profissional coletivo e hegemônico, denominado projeto ético-político, que foi construído pela categoria a partir das décadas de 1970 a 1980. Ele expressa o compromisso da categoria com a construção de uma nova ordem societária mais justa, democrática e garantidora de direitos universais. Tal projeto tem seus contornos claramente expressos na Lei 8662/93, no código de Ética Profissional de 1993/93 e nas Diretrizes Curriculares.

1.6.2 Serviço Social e sua Atuação na Área da Habitação.

O Social na Habitação começou a ser inserido em 1996, recebendo o cargo de técnico social, habilitados a trabalhar com profissionais da habitação. “A inserção do Serviço Social passa a ser relevante a fim de desenvolver um trabalho de promoção social a partir dos próprios usuários no desenvolvimento do projeto” (CUNHA, 2010).

Neste contexto, a autora menciona que a inserção do Serviço Social na habitação emerge a partir de uma necessidade de profissionais habitados para assumir a função de técnico social, tendo em vista a promoção e garantia dos direitos sociais.

Não há, nos dias atuais, no Brasil, como negar que

> A habitação se constitui no problema social para a força de trabalho no contexto da super exploração que tem caracterizado o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, com a retirada dos salários do valor correspondente por uma habitação que abrigue o trabalhador e sua família, obrigando-o a lançar mão de estratégias variadas, e, sobretudo precárias para se reproduzir como força de trabalho e o que representa interesse para a reprodução e ampliação do capital. (SILVA, 1989, p. 34).

Percebe-se que o Assistente Social foi inserido na habitação pela classe dominante, a princípio de modo assistencialista para responder às demandas advindas das camadas populares por moradia e para conter a correlação de forças.

A relação do serviço social na área habitacional é amenizar a desigualdade social por meio do planejamento, execução e acompanhamento de programas e projetos habitacionais. “Trabalhamos, portanto, na distribuição dos direitos de cidadania como facilitadores do exercício destes direitos que o Estado tem feito questão de complicar e de mostrar como favores” (ESTEVÃO, 2006).

É sabido que o que o Assistente Social desenvolve seu trabalho em diversas áreas, nomeadamente saúde, educação, “prefeituras, associações, entidades assistenciais e de apoio à luta por direitos, sistema judiciário e presidiário, sistema de saúde, empresas, sindicatos, sistema previdenciário, ONGs, centros comunitários, escolas, fundações” (CRESS, 2017), mas sempre com o compromisso de transformar a vida dos usuários através da viabilização dos direitos sociais, tendo como finalidade lutar contra as desigualdades sociais que atingem a população de baixa renda.

Os Assistentes Sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social etc. questão que, sendo desigualdade também é rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem (IAMAMOTO, 2007, p. 27).

Dessa maneira, espera-se que o profissional do serviço social possa ter sua atuação pautada nas demandas, articulando as relações de modo a estabelecer mecanismos que venham a contribuir para resolutividade dos problemas que envolvem os usuários.

Conforme Netto (2009), as ações propostas do trabalho social não se prendem apenas a identificar famílias que necessitam de melhorias habitacionais, ou de sair de uma área de risco para outra área ideal, mas traduzir em medidas educacionais ações essenciais para a vida em comunidade.

Com base neste contexto, vale ressaltar que o Serviço Social se fundamenta e se desenvolve na sociedade capitalista, através de ações socioeducativas desenvolvidas sejam em instituições públicas e/ou privadas, tendo como diferencial seu conhecimento, suas habilidades, técnicas e instrumentais.

No setor habitacional, o a Assistente Social tem como desafio realizar ações

para o envolvimento da comunidade, para que os vínculos sejam fortalecidos, nos quais todos possam respeitar o lugar onde vivem, uma vez que poderão existir contradições decorrentes do cotidiano na comunidade, fruto da ocupação desordenada do espaço e das diferenças que sempre existem nas relações interpessoais (IAMAMOTO, 2007).

Para que a população venha a ter um respaldo desse acesso às políticas e programas habitacionais, os profissionais dos serviços sociais devem estar atualizados, atentos às novas normas, novos instrumentos, sem esquecer, também, a dimensão ético-política da profissão.

A instrumentalidade para o Serviço Social não é somente um conjunto de técnicas, mas sim, o uso constante de instrumentos que se fazem necessários ao cotidiano do profissional, sendo assim, é por meio desses instrumentos que os Assistentes Sociais modificam, alteram e até mesmo transformam a realidade social. (GUERRA, 2000, p. 54).

Entende-se que o papel do Assistente Social na área habitacional é de suma importância, pois é por meio desse profissional que o usuário poderá mostrar a demanda e suas necessidades para com a política habitacional. Além de que o papel central do Assistente Social é de mediador dos interesses da população de baixa renda, a qual carece de uma moradia, mostrando a estes que as políticas habitacionais podem atender às suas necessidades.

A execução dos trabalhos sociais nos programas de habitação popular e saneamento deve considerar a complexidade das questões sociais. Mesmo no exercício de uma atividade voltada para questão pontual, é possível considerar aspectos interdependentes, ou seja, a carência habitacional está ligada a outras carências e estas como política econômica e social local, em como, ao sistema político-econômico vigente no país e suas interfaces no mundo (ARAUJO, 2001, p.92)

Dessa forma, deve-se entender que os programas de habitação popular têm:

> O momento presente desafia os Assistentes Sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as particularidades da questão social nos níveis nacional, regional e municipal, diante das estratégias de descentralização das políticas públicas. Os Assistentes Sociais encontram-se em contato direto com as questões da saúde pública, da criança e do adolescente, da terceira idade, da violência, da habitação,

> da educação etc., acompanhamento as diferentes maneiras como essas questões são experimentadas pelos sujeitos (IAMAMOTO, 2007, p. 40).

1.6.3 Etapas das Ações Desenvolvidas pelo Técnico Social no Projeto

Para iniciar o trabalho de acompanhamento do projeto, o Técnico Social precisa desenvolver um plano de trabalho, que é denominado de Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS), pois é através deste Projeto documento que as ações são sistematizadas.

Desse modo, o Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) nos Programas de Desenvolvimento Urbano é baseado na premissa de que a participação dos beneficiários gera um melhor ajustamento nas intervenções às necessidades e demandas dos grupos sociais envolvidos, e apresenta-se como subsídio significativo para a sustentabilidade do empreendimento (BRASIL, 2011).

A partir do referido projeto, ações previstas para acontecerem no decorrer da execução da obra são definidas desde a divulgação do programa e/ou projeto com os técnicos de engenharia e social junto à população a ser atendida e os atores sociais locais, com vistas a socializar as informações referentes ao empreendimento.

Conforme Brasil (2011), a Proposta do PTTS é uma iniciativa pioneira da presente gestão, que visa discorrer com os beneficiários dos programas habitacionais, desenvolvendo ações socioeducativas voltada para a mobilização, na organização da comunidade, na geração de trabalho e renda, educação ambiental e sanitária, dessa forma podendo contribuir para o favorecimento de uma cultura de valorização da vida comunitária, bem como visando o beneficiário a fazer o bom uso dos imóveis havendo sempre a manutenção dos mesmos.

De acordo com o referido PTTS, estão previstas nas ações de mobilização e organização comunitária, encontros de diálogos, acolhida e de sensibilização das lideranças locais, representantes para se inserir no processo decisório das ações do projeto, bem com seu engajamento nas Comissões de Acompanhamento as Obras

(CAOS) e de Comissões Demandas ao Poder Público **(**CDPP) e Projeto do Trabalho Técnico Social **(**PTTS).

Conforme o PTTS do “Sem Terra 1” (2009), as ações planejadas para serem desenvolvidas foram divididas em quatro momentos, conforme seguem:

> **1- Primeiros Momento-Socialização- Divulgação do Projeto: Desmistificando os conteúdos e sentidos.**
> 1.1Encontros e diálogos de divulgação programa e dos atores sociais locais,
> Objetivando a socialização das informações, tais como parcerias, obras e serem realizadas, normas, deveres dos beneficiários e atribuições das partes envolvidas;
> **2- Segundo Momento- Conviver é Preciso- Mobilização e Organização Produção e Reinvenção do Movimento Comunitário.**
> 2.1 Encontros e diálogos junto a e população local, famílias atendidas com o projeto para análise e aprovação de todas as etapas do projeto, bem como a sua inserção no cotidiano da comunidade;
> 2.2 Constituição da Comissão de Acompanhamento as Obras (CAOS), com vistas à materialização de um espaço democrático de participação, tanto no que se refere ao andamento do trabalho técnico social, quando a criação canal de comunicação entre a comunidade equipes técnicas de engenharias e serviço social ao longo da implementação da obra;
> 2.3 Constituição da Comissão de Demandas ao Poder Público (CDPP), garantindo assim a participação dos beneficiários do andamento do trabalho técnico social e inclusão junto dos poder público local;
> **3- Terceiro Momento- Da Alegria de se Ver Produzindo- Aprendizagem que se Propagam em Trabalho e Renda.**
> 3.1 Identificação do potencial produtivo e vocacional da área e das famílias a serem contempladas para implementar as ações que venham promover o desenvolvimento econômico local;
> 3.3 Articulação e realização de palestras, oficinas e/ou cursos de capacitação e aperfeiçoamento profissional, junto aos beneficiários do projeto, de modo a fomentar a geração de trabalho e renda;
> **4- Quarto Momento- Educação Sanitária, Ambiental e Patrimonial.**
> 4.1 Realização das capacitações de multiplicadores em educação ambiental junto aos grupos representativos da comunidade, objetivando dar continuidade e sustentabilidade as ações desenvolvidas nesta área, estimulando os participantes para desenvolvimento de um trabalho que possibilite a reflexão e a aquisição de novos comportamentos;
> 4.2 Articulação e viabilização com equipe do PSF para realização de ações educativas junto aos beneficiários sobre e prevenção das principais doenças identificadas na área, e consequentemente, promover uma qualidade de vida junto à população;

Ressalta-se atualmente que trabalho social está sendo regido através da Portaria nº 21, de 22 de Janeiro de 2014, do Ministério das Cidades, que modifica a definição de Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) para Projeto de Trabalho Social Preliminar (PTS-P) e Projeto de Trabalho Social (PTS).

Conforme a Portaria nº 21, do Ministério das Cidades:

> O Projeto de Trabalho Preliminar- PTS-P a ser apresentado na seleção da proposta pelo MCIDADES, define os objetivos e o escopo geral do Trabalho social a ser implementado e o valor do investimento destinado para esse fim no instrumento de repasse/financeiro. O Projeto de Trabalho Social- PTS, a ser apresentado pelo Proponente/Agente Executor e a provado pelo Agente Operador/Financeiro entre a assinatura do instrumento de repasse/financiamento e a autorização do início de obras, devendo detalhar o Trabalho Social a ser desenvolvido nos 4 (quatro) eixos em consonância com o cronograma de obras. (Portaria 21, 2014, p. 11).

De acordo com a Portaria nº 21, os Eixos do Trabalho Social no âmbito dos programas e projetos sociais são quatro, e seguem a seguinte ordem durante o período de sua execução:

1) Mobilização, organização e fortalecimento social – prevê processos de informação, mobilização, organização e capacitação da população beneficiária visando promover a autonomia e o protagonismo social, bem como o fortalecimento das organizações existentes no território, a constituição e formalização de novas representações e novos canais de participação e controle social.

2) Acompanhamento e gestão social da intervenção – visa promover a gestão das ações sociais necessárias para a consecução da intervenção, incluindo o acompanhamento, a negociação e interferências ocorridas ao longo da sua intervenção, bem como, preparar e acompanhar a comunidade para a compreensão desta, de modo a minimizar os aspectos negativos vivenciados pelos beneficiários e evidenciar os ganhos ocasionados ao longo processo contribuindo para a implementação.

3) Educação ambiental e patrimonial – visa promover mudanças de atitude em relação, ao patrimônio e à vida saudável, fortalecendo a percepção crítica da população sobre os aspectos que influenciam sua qualidade de vida. Além de refletir sobre os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que determinam sua realidade, tornando possível alcançar a sustentabilidade ambiental e social da intervenção.

4) Desenvolvimento socioeconômico – objetiva a articulação de políticas públicas, o apoio e a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda, visando a inclusão produtiva, econômica e social, de forma a promover o incremento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida da população, fomentando condições para um processo de desenvolvimento socioterritorial de médio e longo prazo.

1.6.4 Serviço Social e Educação

O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão técnica do trabalho, na ordem social capitalista, caracterizada por ser uma profissão interventiva. No entanto, precisa conhecer a realidade em sua complexidade.

No Brasil, a educação foi marcada pela colonização e catequese, sendo que essa fase da educação colonial perdurou de 1549 a 1759. Nessa fase houve o predomínio do ensino dos Jesuítas, que permaneceram como mentores da educação brasileira durante duzentos e dez anos, até meados de 1959, quando foram expulsos de todas as colônias portuguesas por decisão de Sebastião José de Carvalho, e o Marquês de Pombal, então Primeiro Ministro de Portugal.

Dando um pulo em frente, surgiu a partir dos anos 1930, quando se iniciou o processo de industrialização e urbanização no país, o serviço social, estreitamente ligada à Igreja Católica. A emergência da profissão encontrava-se relacionada à articulação dos poderes dominantes (burguesia industrial, oligarquias cafeeiras, Igreja Católica e Estado Varguista) à época, com o objetivo de controlar as insatisfações populares e frear qualquer possibilidade de avanço do comunismo no Brasil. O ensino de Serviço Social

foi reconhecido em 1953 e a profissão foi regulamentada em 1957 com a lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957 (FOSCARINI, 2009, p. 15).

De acordo com a trajetória histórica, a inserção do Assistente Social na Educação no Brasil teve seu marco inicial na década de 30 do século passado, mas somente a partir da década de 1990 ocorreu a expansão dos profissionais do serviço social na educação.

O espaço de atuação do profissional na educação vem se consolidando a partir de uma cultura contraditória e de correlações de forças no trabalho do Assistente Social neste setor, é importante ressaltar que o papel deste profissional vai além da educação escolar, pois, segundo Almeida a:

> Dimensão educativa do trabalho do assistente deve ser considerada não apenas termos da sua inserção nas unidades educacionais, mas do seu envolvimento com os processos sociais em curso voltados para a área de construção de uma nova hegemonia no campo da educação e cultura, dos quais os educadores trazem significativos acúmulos e tradição, seja no campo intelectual, seja nas ações profissionais e políticas (2005, p.25).

Conforme Gramsci (1992), desafio cultural e educativo que se proponha a enfrentar era enorme, mas o só poderia ser efetivamente resolvido quando a classe operaria formasse seus próprios intelectuais. O desafio se via acrescido, no contexto de ascensão do fascismo, pelo de não haver um movimento operário com condições favoráveis para criar e desenvolver suas próprias instituições.

Percebe-se no contexto acima, que o desafio cultural no que tange à classe operaria, ou seja, à classe dos menos favorecidos é enorme, porque se propõe a enfrentar grandes desafios devido à situação desfavorável para se trabalhar o contexto cultural dessa classe.

Conforme Estevão (2004), a educação constitui-se como um dos lugares naturais de aplicação, consolidação e expansão dos direitos humanos; como um direito-chave cuja negação é especialmente perigosa para o princípio democrático da igualdade civil e política; como arena de direitos; enfim com outro nome o da justiça. Para Martins,

> … a educação, como um processo de aquisição de conhecimentos necessário ao homem em seu intercâmbio com a natureza e com os outros indivíduos, se destaca como um instrumento social que, pelo mesmo processo, pode possibilitar o desenvolvimento de uma cultura de contra-hegemonia, pois o processo de aquisição de conhecimentos contribui para que o homem possa exercer uma nova direção política e cultural: um conjunto de forças sociais que se oporá a diferentes formas de opressão e alienação (2012, p.20).

O autor acima se posiciona com relação ao fato de que a educação é vista como algo natural, própria à existência do ser humano ao mesmo tempo em que chama a atenção para esta questão, pois ela representa uma arena de direitos, democrática e ao mesmo tempo perigosa.

Para Martinelli (1998), o Serviço Social é uma profissão que trabalha no sentido educativo de revolucionar as consciências, de proporcionar novas discussões, de trabalhar relações interpessoais e grupais. Assim, a intervenção do Assistente Social é uma atividade veiculadora de informações, trabalhando em consciências, com linguagem que é relação social.

Nesse sentido, desenvolver essas ações de cunho educativo junto às classes menos favorecida ou as camadas populares representa um grande desafio para os profissionais da área do Serviço Social, principalmente os que trabalham com projetos habitacionais, que tem um trabalho de acompanhamento dos beneficiários desde o processo de seleção até a sua mobilização e organização e comunitária. Pelo fato de que, as interações culturais de um povo permitem que ocorra a mudança, a melhoria da cultura e por sua vez, a auto-organização da sociedade. A pessoa é, em relação às demais. Não deixa de ter sua importância no todo em que se movimenta. Segundo Freire,

> A desumanização que não se verifica apenas nos que têm a sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do *ser mais*. É distorção possível na história, mas não vocação histórica. Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela

> desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como "seres para si", não teria significação. Esta somente é possível, porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma "ordem" injusta que gera a violência dos opressores e esta, *o ser menos*. A violência dos opressores, que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação – a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos ao buscarem recuperar a sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealisticamente opressores, nem se tornam de fato opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade de ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos - liberta-se a si e aos opressores (1987, p. 30).

Vejamos que existem vários entraves para se desenvolverem as ações educativas em uma comunidade, pois para Morin:

> A cultura é constituída pelo conjunto de saberes, fazeres, regras, normas, proibições, estratégias, crenças, ideias, mitos, valores, que se reproduzem de geração, se reproduz em cada indivíduo, controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social. Não há sociedade humana, arcaica ou moderna, desprovida de cultura, **mas cada cultura é singular. Assim, sempre existe cultura nas culturas, mas a cultura existe apenas por meio das culturas** (2002)".

É importante que os técnicos ao desenvolver qualquer atividade comunitária, procurem levar em consideração a cultura local da população que habita na área, principalmente em se tratando de questões que tende relacionadas organização das famílias na comunidade.

Pois a mudança cultural necessária deve levar ao enfrentamento de herança histórica tão pesada e ainda ser um instrumento de reação das duas grandes deturpações que fomentam o meio social, como parte de uma "cultura política". Em relação ao entendimento do que sejam os direitos fundamentais do ser humano. A primeira delas, muito comentada atualmente e bastante difundida na sociedade, entre as classes populares, refere-se à identificação entre direitos humanos. Essa deturpação decorre certamente da ignorância e da desinformação, mas também de uma perversa e eficiente manipulação, sobretudo nos meios de comunicação de massa, como ocorre com certos

programas de rádio e televisão, voltados para a exploração sensacionalista de violência e miséria.

Nesse sentido, é importante ressaltar que trabalhar em uma comunidade com vistas a retratar a questão do Serviço Social e Educação exige um aprofundamento acerca da intermediação entre essas duas categorias, pois ambas são imprescindíveis na garantia dos direitos sociais, uma vez que, sem ter conhecimento é impossível saber o quanto a participação popular contribui para organização política e social das classes menos favorecidas e desprovidas de bens.

Neste contexto é de suma importância enfatizar, que o trabalho do Assistente Social deve colaborar para que as atividades educativas tenham como finalidades além da inclusão social, a emancipação das pessoas, com vistas possibilitar para estas se organizem e construam a sua própria história no âmbito da sociedade.

Cabe ressaltar que de acordo com a Lei nº 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de Dezembro de 1996, afirma em seu art.1º que “A educação abrange os processos formativos se desenvolvem na vida familiar, a convivência humana, nos trabalhos, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações sociais” (BRASIL, 1996), já no art. 42, que “As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, ofereceram cursos especiais, abertos á comunidade condicionada a matricula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade” (BRASIL, 1996).

Mas de acordo com a Constituição Federal de 88, a educação abrange diversos setores da sociedade, sendo que é de responsabilidade do Estado adotar políticas sociais de cunho educativo com vistas a colaborar para que todos tenham acesso à educação.

Pois conforme Constituição Federal diz:

> A educação, direitos de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho’’. (BRASIL, 1988).

Em consonância com a Constituição de 88, os profissionais de Serviço Social trabalham com intuito de que esse direito a educação seja efetivado com a finalidade de se obter a cidadania. Na intervenção do seu trabalho o Assistente Social procura desenvolver as ações que venham a contribuir para que as famílias atendidas nos programas e projetos tenham acesso a bens e serviços, seja na educação, na saúde, na assistência e nos demais setores da sociedade (públicos e/ou privados).

Para enfatizar a importância do trabalho técnico social no desenvolvimento das ações sócio- educativas, vejamos abaixo o trecho Gohn:

> A cidadania ativa requer a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, protagonistas da história de seu tempo. A educação entra neste processo de formação como um direito humano, para o desenvolvimento do ser humano. A educação contribui para a criação de uma cultura universal dos direitos humanos, fortalecimento aos direitos e liberdades fundamentais do ser humano, desenvolvimento de sua personalidade, respeito às diferenças, atitudes de tolerância, amizade, solidariedade e fraternidade com semelhante. (2010, p.58).

O que se observa é que o Assistente Social realiza um trabalho socioeducativo junto à comunidade com a finalidade de estimular a participação e o envolvimento da área atendida durante todas as fases de execução do projeto, dentre as ações destacamos: socializar as informações a respeito do Projeto junto às famílias contempladas e atores que agem na comunidade local, com o intuito de definir as responsabilidades e atribuições de todas as partes envolvidas, como também o estabelecimento de canais de articulação e parcerias ao longo do desenvolvimento dos trabalhos; estimular a organização comunitária, de modo a possibilitar a sua autonomia de forma crescente e continua; estimular o desenvolvimento econômico.

Em se tratando da relação entre Educação e Serviço Social, Santos destaca que:

> Acredita-se que uma das maiores contribuições que o Serviço Social pode fazer na área educacional é a aproximação da família no contexto escolar. É intervindo, na família, através do Trabalho em grupo com os pais, que se mostra a importância da relação para escola–aluno-família. O assistente social poderá diagnosticar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam a problemática social no campo educacional e consequentemente trabalhar o método preventivo destes no intuito de evitar que o ciclo se repita novamente. (2005, p.44).

Conforme o contexto acima mencionado, o trabalho do Assistente Social na Educação é imprescindível para diminuir a distância existente entre a família e a escola, uma vez que, o seu trabalho visa à aproximação de ambos os grupos com o intuito de diagnosticar os fatores sociais, culturais e econômicos que geram problemáticas educacionais e que após serem identificadas podem ser trabalhadas para sanar e prevenir essa situação.

A contribuição do Assistente Social consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, tais como: evasão escolar, baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, de risco, etc., essas questões de grande complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta, seja por diferentes profissionais (Educadores, Assistentes Sociais, Psicólogos, dentre outros), pela família, dirigentes, governamentais, possibilitando consequentemente mais efetiva (Serviço Social na Educação, p. 12).

Percebe-se que o Serviço Social na Educação vem prestar sua contribuição na melhoria da qualidade da política educacional, atuando em conjunto com outros profissionais em prol da constituição do Direito a Educação Pública, como também na garantia do acesso à escola, inclusão social de crianças e adolescentes em idade escolar e integração com os familiares.

A questão social se inscreve no contexto do empobrecimento da classe trabalhadora com a consolidação e expansão do capitalismo desde o início do século 19, bem como o guardo de luta e do reconhecimento dos direitos sociais e das políticas públicas correspondentes, além do espaço das organizações e movimentos por cidadania social.

> A primeira é inarredável constatação histórica que se impõe até: o seu 19 os trabalhadores ligados à terra não podiam ser expulsos; tinham, apesar da pobreza, um mínimo de segurança. O capitalismo (tudo que é solido se desmancha no ar) destruiu essa proteção social e provocou as hordas de excluídos de sorte. Se o Estado de Bem Estar Social – graças ás lutas dos trabalhadores e aos ideais socialistas – uma certa estabilidade social, com o reconhecimento dos direitos econômicos e sociais, o neoliberalismo veio provocar o segundo ato dessa tragédia: agora aqueles excluídos da terra, que conseguem se firmar como

> trabalhadores pela garantia das prestações sociais do Estado, tudo, perdem, já não têm propriedade e são despojados dos direitos econômicos e sociais. São os novos proprietários de terço final do século 20. (BENEVIDES, s/d).

Foi contra a ascensão do capitalismo, como modo de vida – isto é, como um novo tipo de civilização na qual tudo se vende – que se afirmaram os direitos, econômicos e sociais, assim como direitos individuais formam garantidos contra o feudalismo, portanto, a ideia central a ser enfatizada é a seguinte: sem a superação do capitalismo, os direitos econômicos e sociais não se chegarão a se consolidar, principalmente nas sociedades ditas “periféricas”.

Nesse sentido, é importante ressaltar que trabalhar em uma comunidade com vistas a retratar a questão do Serviço Social e Educação exige um aprofundamento acerca da intermediação entre essas duas categorias, pois ambas são imprescindíveis na garantia dos direitos sociais, uma vez que, sem ter conhecimento é impossível saber o quanto a participação popular contribui para organização política e social das classes subordinadas e desprovidas de bens.

CAPÍTULO II PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No capítulo anterior dedicamos nossa atenção à composição teórica do estudo. Neste, com dados adquiridos nos textos de autores estudados, faremos nosso próprio caminho, na ida a campo para contato com os integrantes do "Sem Terra 1". Pese embora recorramos ao que nos dizem os estudiosos a respeito deste assunto, faremos uma comparação com o que vamos encontrar nas respostas que contamos obter das pessoas que se predispuseram a participar deste estudo.

Os procedimentos adotados para a elaboração desta pesquisa consistiram na preparação cuidadosa dos passos a serem dados e das pessoas com quem pretendíamos contatar. Depois, decidido o espaço (universo) e os participantes (sujeitos), partimos em busca de determinar que meios (instrumentos) utilizaríamos que pudessem trazer-nos dados para a pesquisa, seguindo as orientações de Lima e Mioto, que nos informam que,

> Ao apresentar a metodologia que compõe determinada pesquisa, busca-se apresentar o "caminho do pensamento" e a "prática exercida" na apreensão da realidade, e que se encontram intrinsecamente constituídos pela visão social de mundo veiculada pela teoria da qual o pesquisador se vale (2007, p.39).

Mendonça nos afiança de que "na metodologia explica-se como será realizada a pesquisa. Para tanto, é necessário definir o tipo de pesquisa que será desenvolvida, bem como os métodos e técnicas de coleta e análise de dados que serão adotados" (2009, p.13) e, para que não restem dúvidas, ainda seguindo as orientações das autoras indicadas acima e com as quais concordamos, "... pode-se considerar a metodologia como uma forma de discurso que apresenta o método escolhido como lente para o encaminhamento da pesquisa" (LIMA e MIOTO, 2007, p.39) e esse discurso e forma serão apresentados mais adiante, em item próprio.

2.1 Tipo de Pesquisa

A pesquisa científica implica em um percurso de conscientização sobre o assunto que está em estudo, com os devidos preparativos de caminhos que haverão de

ser indicados. Segundo Gil, além de ter um caráter pragmático, a pesquisa é “um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos” (1999, p.42), que assim fizemos e agora apresentamos.

O primeiro passo para a aquisição de informações foi através de pesquisa bibliográfica, seja em livros, artigos científicos, revistas e em qualquer meio que contivesse informação útil e pertinente à matéria em estudo. Pela natureza do trabalho, contendo forte carga social, também pesquisamos em documentos, tanto legais como municipais e, em alguns casos, estaduais, de entre os quais referimos ficha de atendimento social, ficha de cadastro, encaminhamentos, registro, entre outros. Este primeiro percurso nos permitiu a composição de um quadro teórico que levou à preparação do empírico, de que resultaram os instrumentos utilizados e de que adiante falaremos.

Para Fonseca,

> A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas da web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referencias teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (2002, p. 32).

O que, conforme indicado acima, não é o caso deste estudo, pois vai além.

Entrando em outro campo da metodologia para afirmar que esta é uma pesquisa de natureza descritiva. Conforme Triviños, “O estudo descritivo pretende descrever 'com exatidão' os fatos e fenômenos de determinada realidade, de modo que o estudo descritivo é utilizado quando a intenção do pesquisador é conhecer determinada comunidade, suas características, valores e problemas relacionados à cultura” (1987, p.110). É esse o percurso que vamos seguir, porque nosso objetivo será o de descrever exatamente as características das pessoas que se integram no *Projeto Sem Terra I*, seus

desafios cotidianos e todo tipo de expectativa que este grupo tem, dados estes que haveremos de apresentar critica e analiticamente no terceiro capítulo deste estudo.

A abordagem adotada será a quantitativa e qualitativa. Assim é porque e em relação a este último, segundo Godoy, "Os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada" (1995, p.62) e, estaremos em campo para fazer esse contato o mais amplamente possível, buscando o máximo de informações, com o mínimo ou nenhuma tentativa de nossa parte de influenciar quem aceitar participar de nosso estudo e, porque na pesquisa desta característica "... o pesquisador deve aprender a usar a sua própria pessoa como o instrumento mais confiável de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados. (GODOY, 1995, p.62), o que de fato acontece no que a esta pesquisadora diz respeito. Além disto, sentimos preocupação com todo processo, além, certamente que sim também, mas não apenas, com os resultados que obtivemos ou o produto. Tem caráter quantitativo também porque os resultados terão interpretações em número, exporemos dados quantificáveis o que desde logo justifica essa indicação. Diríamos que será feito um apresentar de grau de satisfação/insatisfação com a quantidade de satisfeitos ou insatisfeitos. Para identificar pesquisa qualitativa recorremos a Creswell que nos informa que "A pesquisa quantitativa envolve a coleta de dados de modo que a informação possa ser quantificada e submetida a tratamento estatístico por forma a confirmar ou refutar "reivindicações de conhecimento alternativo[16]"". (2003, p. 153).

Ainda e para justificar esta abordagem quantitativa e qualitativa recorremos a Fonseca que nos explica que, "... diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda população alvo da pesquisa" (2002, p.20) e, finalmente, a pesquisa quantitativa "... trabalha com o universo de significados,

[16] **Tradução livre** do original: "Quantitative research involves the collection of data so that information can be quantified and subjected to statistical treatment in order to support or refute "alternate knowledge claims"".

motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis" (SOUZA e ZIONI, 2003, p.77).

A pesquisa foi desenvolvida incorporando o método dialético, que compreende a procura para apresentar

> ... as relações estabelecidas por homens e mulheres com o meio concreto que engendram o real a dialética torna exequível a revolução do *status quo*, por possibilitar a compreensão de que o mundo é sempre resultado da práxis humana, seja ela marcada por relações de dominação que reificam e fetichizam a prática social seja marcada por relações que operam a humanização dos homens e mulheres (ZAGO, 2013).

E neste "ir e vir" de apresentação de ideias, contrapontos, discussões e informações típicas do viver entre seres humanos, porque cada um dono de "sua verdade" sem que se possa, em muitas ocasiões, negar à pessoa esse direito e opinar.

O método (crítico e dialético) é um dos instrumentos de pesquisa que tem por objetivo intervir na realidade do objeto de pesquisa, mas para explicar melhor a importância deste instrumento. Vejamos o trecho abaixo de Araújo (2007):

> "O método é entendido como um instrumento de mediação entre o homem que quer conhecer e o objeto desconhecido, como uma parte do real a ser investigado. Para Lukács, o método não é critério de verdade, o critério de verdade encontra-se na própria objetividade do método real. O método marxiano tem como base de que'' a produção do conhecimento é parte integrante do desenvolvimento histórico do mundo dos homens, quando no intercâmbio entre o homem e a natureza (sujeito e objeto), se afetiva, ao mesmo tempo, tanto o sujeito, que se (re)constrói, quando o mundo dado e transformado pela ação do sujeito, e nessa relação sujeito-objeto se radica a produção do conhecimento" (*apud* SILVA, 2012, p.19).

Na construção deste estudo, o método da pesquisa foi de suma importância por ser um dos instrumentos mais utilizados pelos pesquisadores das ciências sociais. Por outro lado, para Barros e Lehfeld:

> Ao tratarmos das ciências sociais não podemos adotar o mesmo modelo de investigação das naturais, pois o seu objeto é histórico e

> possui uma consciência histórico social. Isto significa que tanto o pesquisador como os sujeitos participantes da sociedade darão significados e intencionalidade às ações e ás suas construções (2003, p. 32).

Avancemos para novo momento de nosso estudo.

2.2 Universo da Pesquisa

A indicação da população beneficiária foi realizada com base na experiência vivenciada da autora que percebeu que o “Sem Terra I”, é uma área crítica, à beira de tantos riscos sociais, além da pobreza (recursos obviamente limitados) das famílias, as péssimas condições de moradia, saneamento básico, saúde, educação entre outros. Diante de toda essa problemática surge a necessidade da intervenção de órgãos públicos estatais e/ou municipais através de uma ação pública que consiga envolver diversos agentes do mundo social.

A caracterização da população beneficiária se deu por meio dos dados adquiridos através da aplicação do questionário com 30 famílias do Projeto “Sem Terra I”. Ressalte-se para fins de análise que as informações foram colhidas pelo responsável familiar, ou seja, os beneficiários que são responsáveis pela família (chefe da família/provedor).

Neste diagnóstico buscou-se conhecer primeiramente as informações do Projeto “Sem Terra I” no município de Sobral-CE, bem como obter os resultados da análise realizada a partir dos questionários aplicados junto aos beneficiários, tendo em vista, identificar o perfil socioeconômico dos sujeitos participantes da pesquisa, bem como, conhecer as etapas do trabalho técnico social no “Sem Terra I”, identificar quais são as ações desenvolvidas pelo Serviço Social no projeto, e averiguar como as atividades desenvolvidas pela Assistente Social pode contribuir para organização comunitária, além possibilitar sua autonomia e emancipação.

A pesquisa de campo foi realizada com os as famílias beneficiárias do projeto “Sem Terra I”, que fica localizado no Bairro Dom José de Sobral-CE.

Os programas habitacionais têm como finalidade diminuir o déficit habitacional, englobando situações de demandam uma política de provisão habitacional contemplando domicílios improvisados, coabitações familiares, péssimas condições de moradia, famílias que vivem em locais de risco, sem infraestrutura saneamento básico, saúde, educação, dentre outras necessidades.

2.3. Sujeitos

Para a realização deste estudo os sujeitos da pesquisa foram composto por 30 (trinta) beneficiários do projeto “em Terra I’’, escolhidos utilizando o critério de tempo de moradia, cuja faixa etária foi entre 25 a 45 anos de idade, priorizando os moradores que residem na área de intervenção do referido projeto há mais de 05 (cinco) anos. Vale ressaltar que a pesquisa de campo foi realizada em 2016 com o responsável familiar do cadastro (chefe de família).

2.4 Instrumentos

No caminho percorrido pela pesquisa para obtenção dos dados foi elaborado um questionário pela autora deste estudo, contendo 22 questões com perguntas objetivas, e com alguns questionamentos referentes ao objeto da pesquisa, sendo que este instrumento foi aplicado aos beneficiários do Projeto “Sem Terra I”.

Com a aplicação do questionário, buscou-se tratar de questões cujas informações e respostas sejam de grande relevância para a análise dos resultados da pesquisa. Vale ressaltar que foram utilizadas questões com perguntas fechadas e abertas.

O questionário consiste em abranger os aspectos delimitados e indicadores, tendo em vista a identificação de aspectos socioeconômicos como estado civil, renda familiar, nível de escolaridade, situação de moradia, dentre outros.

No que se refere ao questionário. Gil define-o como sendo:

> A técnica de investigação composta um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores comportamento presente ou passado, etc. (2008, p.121).

O questionário utilizado contempla questões fechadas e abertas, com opções de múltiplas escolhas, cujas alternativas de letras são de A até E, sendo que permite ao pesquisador definir alternativas que podem ser identificadas pelo pesquisado, que deve apontar as opções que mais estão em conformidade com as características, ideias ou sentimento, tendo em vista a clareza do problema a ser investigado, a análise e interpretação pretendida na pesquisa.

Fundamenta-se na dialética proposta por Hegel, na qual as contradições se transcendem dando origem a novas contradições que possam requerer solução. É um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade. Considera que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social, político, econômico, etc. Empregado em pesquisa qualitativa (GIL, 1993; LAKATOS e MARCONI, 1993).

Evidencia-se que, o questionário é um dos instrumentos de coleta de dados de suma importância para a interpretação e dinâmica da totalidade da realidade dos fatos no que se refere ao público alvo da pesquisa.

A utilização dos instrumentais no cotidiano da prática profissional é de suma importância para realização de qualquer atividade por ser uma técnica de trabalho, inclusive no que refere ao trabalho do Assistente Social.

Em se tratando da questão de instrumentos, vejamos que segundo Martinelli:

> Onde o instrumento e a técnica estão relacionados em uma unidade “dialética”, refletindo o uso criativo do instrumental com o uso da habilidade técnica. O instrumental ‘’ abrange não só o campo das técnicas como também dos conhecimentos e habilidades. (1994, p. 138)

Conforme mencionou a autora sobre a importância do uso do instrumental, vale ressaltar que ele é essencial, uma vez que abrange não somente a técnica, mas também o

campo do conhecimento e habilidades, sendo que para o Assistente Social este é um fator preponderante para o exercício profissional.

O uso dos instrumentais é visto como um componente imprescindível para o cotidiano do profissional do Serviço Social, tendo em vista que faz parte de sua formação, para dar ênfase a essa questão. Iamamoto defende

> Que a formação do Assistente Social deve privilegiar a construção de estratégias, técnicas e formação de habilidades voltadas para a intervenção social comprometida com valores que dignificam e respeitam as pessoas em suas diferenças e potencialidades. As ações, compromissadas com a filosofia democrática, buscam a não discriminação de qualquer natureza, tendo a fundamentação em seu Projeto ético-político e profissional, referendado no Código de Ética, que interpela o compromisso com a liberdade, cidadania, justiça social e equidade (2007, p. 161).

De acordo com as observações da autora, no que se refere à importância de uso de instrumentais no cotidiano do profissional do Serviço Social, este agente deve saber colocar-se em posição equidistante relativamente ao grupo em que exerce sua função, procurando, em todo seu trajeto, não sair de um agir comprometido com os objetivos previamente traçados, que venham trazer respostas o mais dignas possível e conforme os anseios desse grupo. Vale ressaltar que, dentre os instrumentos técnico-operativos utilizados pelo Assistente Social destacamos aqui: ficha de atendimento social, ficha de cadastro, encaminhamentos, registro, conversa informal, visita domiciliar e/ou institucional e acompanhamento social.

A ficha de atendimento é um instrumental utilizado para atender as famílias que chegam que na Prefeitura no setor de habitação, a ficha de atendimento é utilizada para fazer o atendimento dos usuários, os encaminhamentos servem para que os beneficiários sejam atendidos em outros setores, o registro com algumas situações mais emergentes podem ser feitos no próprio cadastro e/ou na ficha de atendimento, o instrumental de visita domiciliar serve para registrar as informações observadas na visita realizada na casa das famílias e também para fazermos visitas em outras instituições.

Na realização da pesquisa deste estudo, foram utilizadas visitas domiciliares, visita institucional, entrevista ficha de cadastro, aplicação do questionário, observação.

2.5. Procedimentos

A pesquisa seguiu a seguinte ordem:

Elaboração do instrumental da pesquisa e sujeitos da pesquisa;

1- Cadastros de Beneficiários;
2- Mobilização das famílias;
3- Visita Domiciliar;
4- Aplicação do questionário;
5- Tabulação dos dados coletados;
6- Analise do estatístico dos dados coletados através de tabelas e gráficos.

Para realização desta pesquisa procurou-se no primeiro momento identificar a temática e delimitá-la. No segundo momento buscou-se referencial teórico para servir embasamento da pesquisa. No terceiro momento foi a identificação das famílias para participarem da pesquisa e por último ocorreu a construção do instrumental de pesquisa, ou seja, o questionário para ser aplicado aos beneficiários do projeto “Sem Terra I”. Em seguida, de posse dos dados coletados e do público alvo definido, foi agendado juntamente com as famílias beneficiárias a data, horário e local da aplicação do questionário, sendo que o local definido foi a Sociedade de Apoio às famílias Sobralenses (SAFS), contando também com a colaboração da Secretaria de Urbanismo, Patrimônio e Meio Ambiente (SEURB), local de trabalho da pesquisadora.

Vale ressaltar que, para a realização desta pesquisa foram necessários mobilização das famílias através de visita domiciliar para explicar a finalidade do estudo, também houve uma reunião para esclarecimento de dúvidas sobre a referida pesquisa. Durante o período da aplicação do questionário, surgiram alguns entraves ocasionados por situações que tiveram como consequências a remarcação de horário e

data da aplicação do questionário com alguns beneficiários, e um atraso na tabulação dos dados. Por esse motivo teve que ser remarcada outra data com 10 (dez) moradores que se viram incapacitados de comparecer no primeiro agendamento, sendo que o local permaneceu o mesmo, mas o novo horário foi acordado entre as partes.

De posse das informações adquiridas no decorrer da pesquisa, os dados foram tabulados para fazer a análise dos resultados da pesquisa, que serão apresentados através de gráficos no próximo capítulo para seu melhor compreensão.

CAPÍTULO III APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS DA PESQUISA

3.1. Caracterização do Município de Sobral-CE

A cidade de Sobral nasceu às margens do rio Acaraú, eram diversas etnias, dentre elas os Arenú, Jaibaras, dentre outras. Com a imigração os mesmos fugiram dos portugueses após a rendição dos holandeses pelo tratado de Taborda no século XVIII e ao redor da Fazenda Caiçara, surgida em 1726, foi fundada por Antônio Rodrigues Magalhães uma fazenda que convergia com as rotas das boiadas na época da carne de charque.

Conforme o Projeto do Trabalho Técnico Social (PTTS),

> Nas terras da Fazenda Caiçara, em 1756 foi edificada a Matriz da Caiçara e ao redor desta aglutinou-se um povoado. Depois foi construída a Igreja do Rosário e do Bom Parto, e ao redor destas surgiram moradias. Destas iniciativas surgiu a povoação chamada Caiçara, até quando esta foi elevada à categoria de vila em 1773 com a denominação de Vila Distinta e Real de Sobral e recebeu foros de cidade em 1841. O nome que a substituiu - Sobral - atribui-se a Carneiro de Sá, ouvidor do Ceará, português, oriundo do Distrito de Sobral, pertencente à Freguesia de Vizeu, ao norte de Portugal. A palavra, de origem latina, quer dizer abundância de sobreiros (espécie de árvore de cujo tronco se extrai a cortiça). (PTTS, 2014, p.10).

Por volta de 1728, Antônio Rodrigues Magalhães, procedente do Rio Grande do Norte, instalou a Fazenda Caiçara, considerada berço do município, surgindo assim ao seu redor às primeiras moradias. Tempos depois, sua mulher doou cem braças quadradas de terras a Igreja matriz de N. S. da Conceição, hoje conhecida como Igreja Sé, sendo assim, no ano de 1773 foi elevada à categoria de Vila com denominação Vila Distinta e Real de Sobral. As condições de clima, a fertilidade do solo, contribuíram para que se desenvolvesse no local um povoado que se tornou o mais populoso dentre os seus vizinhos.

De acordo com o IBGE/2015, Sobral possui 201. 756 mil habitantes, localizada a 240 kms. da capital, Fortaleza. No ano de 1941, através do Decreto n.º 229, do

Presidente Martiniano de Alencar, a cidade recebe a denominação de Januária do Acaraú e, no ano seguinte, passa a se chamar Sobral[17]. A palavra, de origem latina, quer dizer abundância de sobreiros (SOBREIRO é uma espécie de árvore de cujo tronco se extrai a cortiça).

A localização de Sobral é privilegiada com várias estradas importantes, ocasionando maior desenvolvimento comercial, cultural e artes. Assim, Sobral se destacou na política e na economia tanto estadual, como nacional, tornando-se reconhecida como uma cidade de oportunidades, evoluindo suas potencialidades no comércio e no mercado produtivo, sendo um dos principais polos econômicos do Estado do Ceará, onde a indústria e o comércio são a principal atividade geradora de emprego e renda para a população.

Segundo o Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS), na segunda metade do século XVIII com o sucesso econômico do ciclo da carne de sol e de charque, o desenvolvimento de Sobral chegou a superar o de Fortaleza, sendo assim nesta época uma das mais importantes cidades do Ceará junto com Icó e Aracati.

Sobral era o centro intermediador dos produtos agrícolas da Serra da Meruoca e da Serra Grande para o resto do Estado do Ceará e para o do Piaui. A localização geográfica privilegiada, estando no entroncamento de várias estradas importantes, possibilitou um maior desenvolvimento do município, tanto no ramo comercial, quanto no que se refere às artes e à cultura. Dessa forma, Sobral adquiriu destaque no cenário político e econômico a nível estadual e nacional.

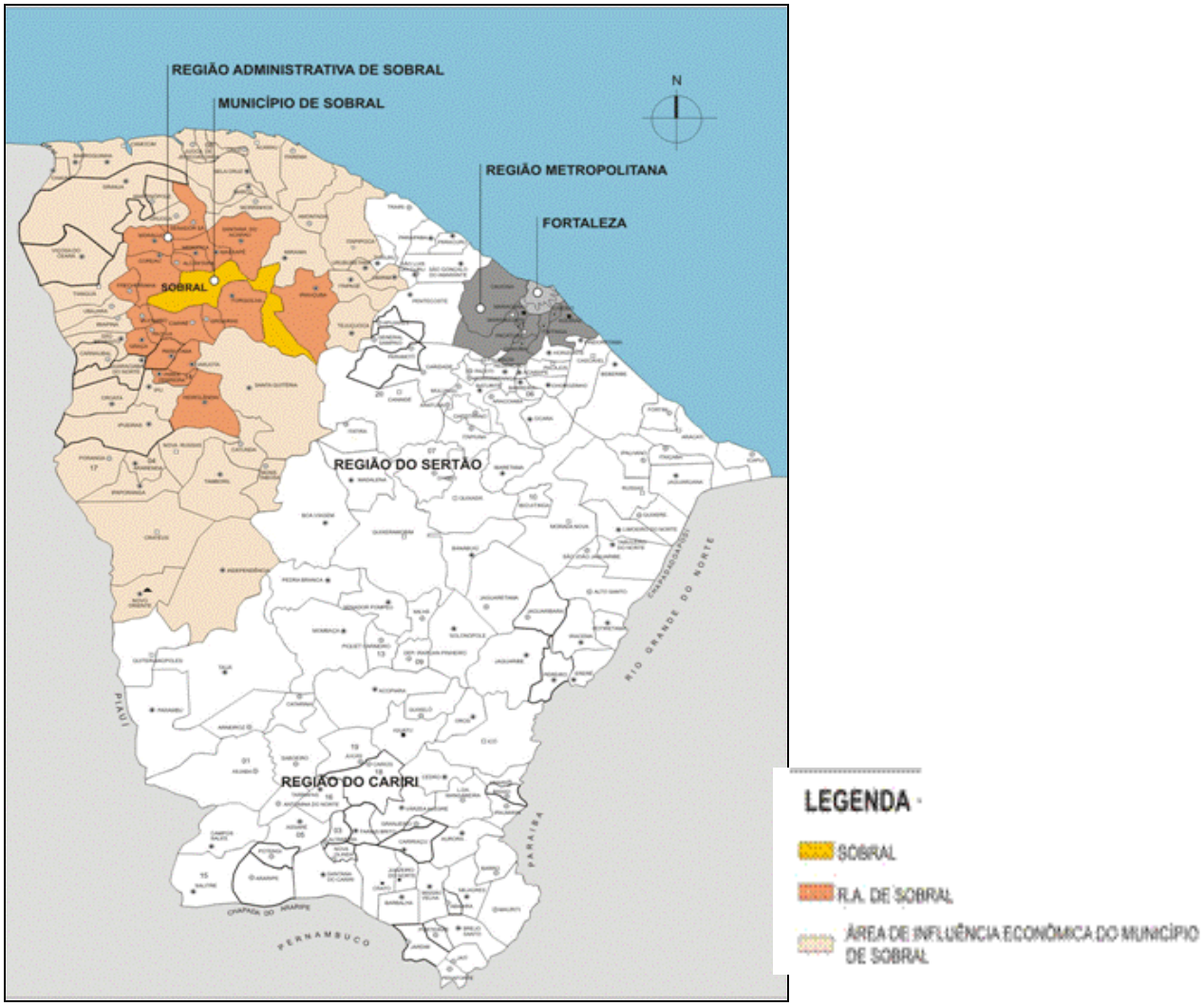
Neste contexto, a cidade evoluiu suas potencialidades no mercado produtivo e comercial, constituindo um dos principais polos econômicos do Estado do Ceará. Indústrias locais e nacionais como *Grendene* e *Grupo Votorantim*[18] absorvem grande parte da mão de obra local, sendo as grandes geradoras de emprego e renda. O município tem incentivado a instalação de novas indústrias no município como: TAC MOTORS (JORNAL CEARÁ AGORA, 22 de março de 2012) e MAX BUS (BOTIM,

[17] <http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php>

[18] A *Grendene* é uma produtora de calçados, fundada em Farroupilha, no Rio Grande do Sul, em 1971, mas hoje a sua sede está na cidade de Sobral, Ceará, mantendo-se a parte administrativa da empresa na cidade de sua fundação. Multinacional brasileira, fundada em São Paulo em 1918, trabalhando com cimentos, setor econômico (Banco Votorantim), siderurgia, mineração entre outros.

10 de agosto de 2011 – ANO I – Nº 148). O cenário comercial da cidade de Sobral vem sofrendo crescentes transformações com a instalação de lojas de grande e médio porte e com a recente inauguração do primeiro shopping da cidade, com lojas locais e nacionais, gerando novos postos de trabalho e enriquecendo o leque de opções dos sobralenses e visitantes, impactando diretamente na economia do município.

FIGURA 01 – Situação Geográfica e Influencia Econômica de Sobral na Região



Fonte: IPCE/2016

Segundo o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) (2016), a cidade de Sobral está situada na região Noroeste do Ceará, a 235 quilômetros

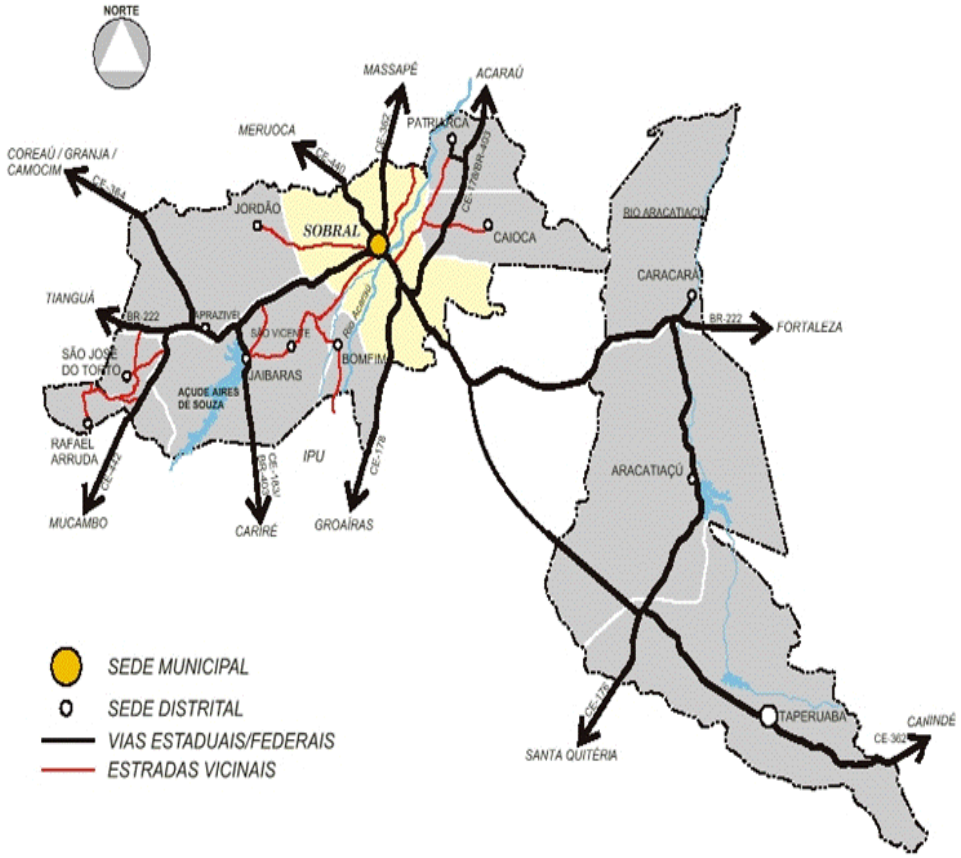
de Fortaleza, entre as águas do Rio Acaraú e a Serra da Meruoca. Tem como coordenadas geográficas a Latitude de 3°41'10"S e a Longitude de 40°20'59"W. Ocupa uma área total de 2.123 km² e está a uma altitude média de 70 metros acima do nível do mar.

Sobral limita-se ao norte com os municípios de Massapê, Santana do Acaraú e Meruoca, ao sul com Santa Quitéria, Groaíras e Cariré, a leste com Itapipoca, Irauçuba e Canindé, e a oeste com os municípios de Coreaú, Mucambo e Alcântara. Sobral é ligada a Fortaleza através da BR-222, que liga, ainda, o Ceará aos estados do Piauí, do Maranhão e ao do Pará. Em sua divisão territorial tem, ao Norte: Alcântara, Meruoca, Massapé e Santana do Acaraú; ao Leste: Miraíma e Irauçuba; Sul: Santa Quitéria, Forquilha, Groaíras e Cariré; Oeste: Mucambo e Coreaú. O município de Sobral possui 17 distritos, incluindo o distrito Sede que tem distância entre 14 a 74 km² dos demais distritos, sendo estes: Arataiaçu, Aprazível, Baracho, Bilheira, Bonfim, Caioca, Caracará, Jaibaras, Jordão, Patos, Patriarca, Pedra de Fogo, Rafael Arruda, Salgado dos Machados, São José do Torto e Taperuaba.

Os Distritos de Rafael Arruda, Aracatiaçu e Taperuaba são os mais extensos, populosos e secos do município. O Distrito de Jordão, por localizar-se na Serra do Rosário, possui clima mais ameno.

No sentido de compreender melhor os limites e acesso a cidade de sobral a figura abaixo como as principais vias de localização da cidade de Sobral e quais os municípios que se limitam ao Norte, Sul, Leste e Oeste.

FIGURA 02 – Vias de Acesso a Sede do Município de Sobral



Fonte: IBGE/2010

De acordo com os dados do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2010, a população de Sobral totaliza 188.271 habitantes, no qual se subdividem em 48,59% (91.475) homens e 51,41% (96.796) mulheres, sendo que 88,35% (166.333 pessoas) residentes na área urbana e 11,65% (21.938) na zona rural. A cidade é a segunda maior do interior do Estado, ficando atrás apenas de Juazeiro do Norte situada na região metropolitana do Cariri. Vale ressaltar que a projeção do IBGE para 2014, é de 199. 750 habitantes, enquanto que o SIABS (Sistema de Atenção Básica da Saúde) contabiliza cerca de 206.000 moradores no município de Sobral.

Em se tratando da questão do desenvolvimento econômico de Sobral, segundo o PTTS (2014):

> Sobral é o segundo município mais desenvolvido do estado do Ceará, atrás apenas de Fortaleza, de acordo com o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Sobral também é líder em trabalhadores com carteira assinada no interior do Ceará e possui a quarta maior arrecadação em ICMS do Estado, atrás de Fortaleza, Maracanaú e Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza. A cidade também é destaque nas exportações, sendo o único município do interior que compete com a Capital à liderança nas exportações do Estado. A cidade de Sobral é considerada, de acordo com o IBGE, uma Capital Regional. (PTTS, 2009)

Nota-se que o município de Sobral é desenvolvido, apresenta o comércio também bastante desenvolvido com relação à cidade de Fortaleza, capital do Estado e também em relação aos demais municípios, sendo o único a competir com a capital, além de ser líder em trabalhadores em regime de Consolidação das Leis de Trabalho (CLT).

O município de Sobral também se destaca em outros setores como educação, habitação, saúde, entre outros, uma vez que, a cidade apresenta um ritmo acelerado, o que se assemelha ao modo de vida e os problemas sociais, econômicos e políticos das cidades médias e até de algumas grandes cidades brasileiras.

Tais questões se ampliam quando Sobral se posiciona e se desenvolve como polo regional do Vale do Acaraú, no qual seu raio de influência abrange municípios de outras macrorregiões do Estado como a Serra da Ibiapaba e o Vale dos Salgados. Além da oferta regional de comércio e serviços, a presença das universidades, de faculdades públicas e privadas, e dos hospitais, em destaque o Hospital Regional Norte, geram uma demanda de população flutuante que impacta no desenvolvimento do município.

Quanto à economia familiar, o IBGE indica que o rendimento domiciliar mensal médio per capita no meio urbano é de R$ 415,00 e no meio rural é de R$ 177,00. A atividade mais representativa para a economia do município está na área de serviços, representando 1.016.701 do Produto Interno Bruto, seguido pela indústria, com 674.060 do PIB e por fim, a agropecuária, com 23.280 do PIB do municipal.

O município de Sobral ganha destaque na educação, sendo hoje um polo atraindo jovens de várias cidades e estados do Brsil, pela oferta de cursos de nível técnico e superior, contando atualmente com o Instituto Federal de Tecnologia do Ceará (IFCE), a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Universidade Vale do Acaraú

(UVA). Há também as instituições de ensino superior da rede privada, como as Faculdades Luciano Feijão, o Instituto de Tecnologia Aplicada (INTA), o Instituto Vale do Acaraú (IVA), a Universidade Norte do Paraná (Unopar) e o Instituto de Estudos e Desenvolvimento Humano (Ieducare), dentre outros.

Nesse sentido, o município está implementando, através do Programa Minha Casa Minha Vida, o empreendimento Residencial Nova Caiçara, pelo qual serão beneficiadas 444 famílias, e nesta fase, teremos a antecipação de entrega das unidades habitacionais. Esta intervenção possibilitará a redução do déficit habitacional por incremento de estoque, a elevação da qualidade de vida destas famílias, bem como a realização do sonho da casa própria.

3. 2. Apresentação dos Dados da Pesquisa

Para dar início à pesquisa em foco buscou-se no primeiro momento, ter a percepção dos dados gerais da Política de Habitação, dos Projetos Habitacionais, da Atuação do Serviço Social, do Contexto Educacional e associá-los.

Os critérios definidores da seleção dos(as) beneficiários(as) dizem respeito à localização da moradia em área caracterizada como de risco, por estarem nas proximidades do recurso hídrico natural existente em seu território (Riacho Mucambinho), sujeitas a constantes inundações, da linha de alta tensão e da via férrea. Os aspectos sociais relacionados à renda e composição familiar também foram considerados, assim como as seguintes condições.

3.2.1 Caracterização da População Beneficiária

No Brasil, o problema da moradia atinge milhares de famílias, sendo que a população de baixa renda tem sido a mais atingida com essa problemática, sendo que os

projetos e programas habitacionais foram implantados com a finalidade de diminuir o déficit habitacional no país.

Conforme o governo federal, estão previstas 170 mil novas unidades para faixa 1, que atende famílias com renda de até 1.800 reais por mês. Para a modalidade “entidades”, em que grupos sociais e associações podem fazer a gestão de todo o desenvolvimento das moradias, foram reservadas 35 mil unidades em 2017, quase o dobro das 18.737 contratadas em 2014. Segundo o ministério, um número maior de famílias serão atendidas nas operações de financiamento com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). “Como efeitos positivos desta nova medida, o governo federal acredita na geração de mais empregos formais no país e mais renda para toda a população” (ABC, 2017).

Mas segundo o Portal Brasil, em 2016, houve 3.974 novas contratações de unidades habitacionais no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), vinculadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas áreas de saneamento e mobilidade urbana. Outras 11.779 unidades na modalidade “Entidades” e mais 19.258 unidades na modalidade “Rural” foram efetivadas. Ao mesmo tempo, foram retomadas 28 mil unidades, paralisadas desde 2015.

Nesse sentido, como uma forma de intervir nesta realidade, o Poder Público Municipal vem implementando políticas habitacionais para a população com menor poder aquisitivo, tendo com finalidade minimizar os impactos sociais através da implantação de diversos projetos nas áreas de habitação e saneamento ambiental, dessa forma melhorando a qualidade de vida da população sobralense.

Faz-se necessário enfatizar que, o Município de Sobral, em parceria com o Ministério das Cidades, se propõe a realizar no bairro Dom José, o reassentamento das populações residentes no assentamento “Sem Terra I” e nas áreas consideradas de risco do seu entorno, como: a planície do Riacho Mucambinho e regiões próximas caracterizadas pela presença das linhas de alta tensão e de transmissão de energia elétrica da Companhia Energética do Ceará (Coelce) e da Companhia Hidrelétrica de São Francisco (Chesf), para área próxima dotada de completa infraestrutura básica, o que lhes proporcionará melhores condições de habitabilidade e de vida.

O processo seletivo da população beneficiária foi definido a partir das diretrizes gerais e critérios normativos do Programa, da análise técnica das condições físicas e urbanísticas das comunidades a serem trabalhadas e das características socioeconômicas de suas populações residentes.

Conforme o Projeto do Trabalho Técnico Social (PTTS) (2009), o bairro Dom José foi caracterizado a partir de visitas técnicas às áreas a serem atendidas com a intervenção, sendo utilizado como técnica de coleta de dados: pesquisa documental; pesquisa de campo; análise dos dados cadastrais da população residente; observação direta; rodas de conversa com os atores sociais e moradores mais antigos da comunidade[19].

Percebe-se que o bairro Dom José e mais especificamente o “Sem Terra I”, passou a ser definido como área de intervenção a partir de visitas dos técnicos sociais da Prefeitura de Sobral, que na época identificaram como sendo um local cujas familias, além de residirem em áreas de risco, ainda se encontram em estado de vulnerabilidade social.

De acordo com o relato de moradores, os primeiros registros de ocupação do Dom José datam de 1920, com a formação da primeira vila de casas. A partir de então, o seu crescimento se deu de forma desordenada, com a construção de moradias em locais inadequados, sem o controle do poder público municipal.

O bairro Dom José foi criado, oficialmente, em 1989, através da Lei Municipal nº 107/89. Sua extensão geográfica é de 176,46 hectares, delimitando-se ao norte pelo bairro Alto do Cristo, Pe. Ibiapina, Edmundo Monte Coelho e Avenida Senador José Ermírio de Moraes; ao sul pelos bairros Sumaré e Padre Palhano, ao leste pelo bairro Centro e a oeste ela zona rural da sede do município. (PTTS, 2009).

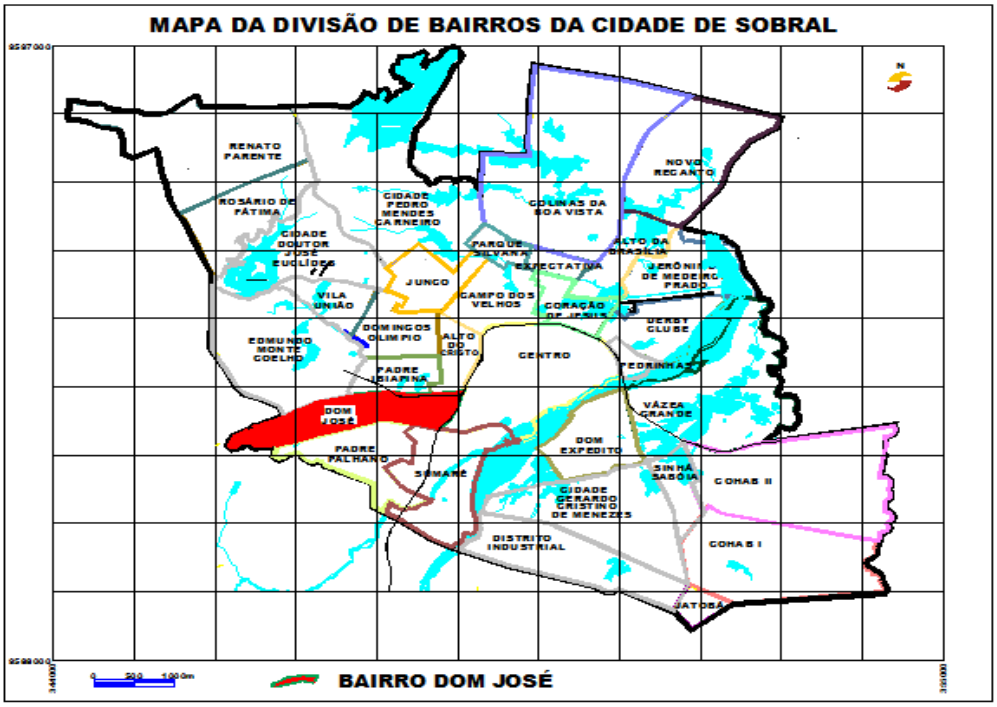
Segundo relatos dos atores sociais e moradores mais antigos da comunidade, outro elemento constituinte da história do Dom José é a ocupação do assentamento conhecido como “Sem Terra I”. Este surgiu em 1993, a partir do loteamento e distribuição de terras particulares por parte de um político local, com o intuito de angariar votos. Tal ocupação tornou-se, aos poucos, um aglomerado de casas e de

[19] https://oregionalsul.com.br/geral/minha-casa-minha-vida-novas-contratacoes-da-faixa.

indivíduos que formaram uma comunidade sem o devido controle por parte do poder público. Em fevereiro de 1996 ocorreu, de forma pacífica, uma nova ocupação, com aproximadamente 70 (setenta) famílias que residiam em sistema de coabitação ou pagando aluguel no bairro Dom José e em seu entorno.

A figura a seguir mostra a localização a Sede do Município, destacando a delimitação da área de intervenção do projeto o bairro Dom José.

Figura 3 – Sede do Município de Sobral, com delimitação do Bairro Dom José.



Fonte: Cadastro socioeconômico das famílias – Pref. Munic. de Sobral / 2009

As questões apontadas acima, portanto, são representativas da formação histórica do bairro Dom José e do seu entorno, que aliadas às questões socioeconômicas da população residente, determinaram a necessidade de uma intervenção urbana que vise solucionar as problemáticas habitacionais com vistas a proporcionar condições dignas de habitabilidade.

A figura abaixo retrata a realidade da comunidade “Sem Terra I” antes da

intervenção do trabalho técnico social.

Figura 4 - Assentamento "Sem Terra I" e Entorno

Rede de alta tensão

Casa de baixo padrão construtivo

Riacho Mucambinho

Via Férrea

As imagens acima retratam os principais problemas enfrentados pelo público alvo do projeto, tais como: moradias localizadas em baixo de linhas de Alta tensão e de transmissão de energia elétrica da Coelce e da Chesf, residências com baixos padrões construtivos, a presença de casas margeadas pelo Riacho Mucambinho, portanto sujeita as inundações durante as quadras invernosas e a proximidade com a via férrea. Todos estes fatores caracterizam a área como sendo de risco e impróprias para a moradia, fato

que requer a imediata intervenção do Poder Público.

As famílias residentes nas áreas acima mencionadas sofrem as consequências das ocupações irregulares, sendo vítimas constantes dos períodos chuvosos, que ocasionam alagamentos e doenças provenientes da poluição ambiental e vivenciam péssimas condições sanitárias e de habitabilidade.

Conforme mostram as imagens, o “Sem Terra I”, antes da intervenção do trabalho técnico social, era uma área na qual as famílias residiam com péssimas condições de moradia, saneamento básico e demais infraestrutura.

O bairro Dom José possui uma área de 176,46 hectares, sendo que o assentamento “Sem Terra” ocupa 225.468,77 m² de seu território, tendo parte de sua extensão margeada pelo Riacho Mucambinho. (PTTS, 2009).

De acordo com as informações referentes ao bairro Dom José, ele pode ser caracterizado como:

> Sendo uma zona residencial de média densidade com 250 hab./ha. Possui áreas com precariedade em infraestrutura urbana e moradia e outras consideradas de risco para habitação, com a existência de estudos para que as mesmas sejam regularizadas e urbanizadas. Possui como principais vias de acesso a Av. Senador Ermírio de Moraes (saída para Tianguá – BR-222), Rua Presidente Juscelino, Rua Prefeito Jerônimo Prado, Rua Vila Sobral, Rua Francisquinha Frota e Rua José Sabóia. (PTTS, 2009)

Nota-se que, devido à situação apresentada no contexto acima mencionado, é imprescindível a intervenção do poder público nessa comunidade, tendo em vista a necessidade de melhoria da qualidade de vida e as condições de moradia da população que reside naquela área.

Toda essa realidade vem sendo diagnosticada nos Programas e Projetos Pilotos de Intervenção (PPI) em favelas, que faz uma alerta para o fato de que as pessoas que residem nesta região são vítimas de períodos chuvosos, em decorrências de alagamentos dos imóveis, sendo muitos, total ou parcialmente, destruídos, gerando a perda de bens materiais e documentos pessoais. Situação geradora de vulnerabilidade social, inclusive

psicossocial. Fragilizando os afetos e atingindo a autoestima das pessoas, ou melhor, abalando sua dignidade de pessoa humana.

Com relação ao tipo de pavimentação das vias, observamos que ao longo do bairro Dom José, existe um predomínio da manta asfáltica, entretanto apenas as ruas principais estão em bom estado de conservação. No que se refere às comunidades atendidas, observamos que 50% da pavimentação é do tipo piçarra e 43,8% utiliza pedra tosca.

Figura 5 - Tipos de Pavimentação

3.3 Pesquisa de Campo

A pesquisa de campo aqui descrita tem a finalidade de propor uma integração dos dados adquiridos através da pesquisa bibliográfica, uma vez que, é por meio dela que foi possível definir se foi alcançado o objetivo do objeto de pesquisa.

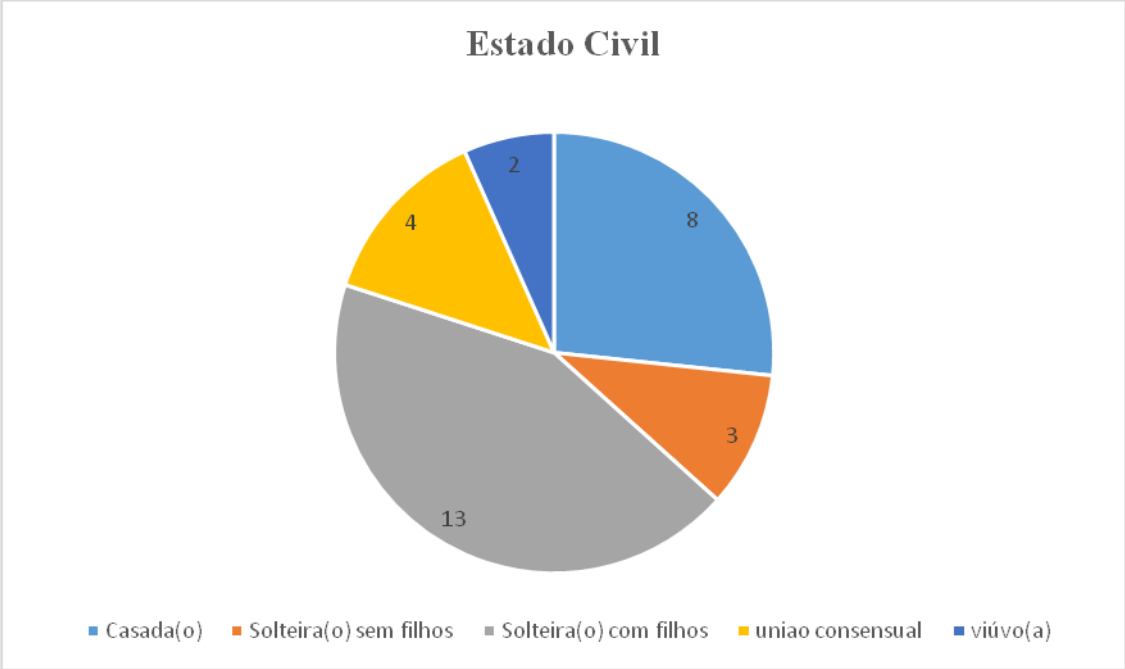
O cadastro socioeconômico foi realizado através de pesquisa domiciliar realizada junto aos moradores da área de intervenção do projeto, sendo utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário, com perguntas fechadas e abertas (Apêndice 1).

Nesse sentido, a pesquisa de campo da população beneficiária tomou como referência o cadastro de 763 famílias, totalizando diretamente 2.318 pessoas, o que representa 90% do total a ser beneficiado com o empreendimento. Neste diagnóstico damos a conhecer os resultados da análise realizada a partir dos cadastros sociais aplicados junto aos beneficiários, tendo como intuito, revelar o perfil socioeconômico da população atendida, enfocando dados referentes: ao tempo de moradia, ao sexo, à faixa etária, ao estado civil e aos níveis de escolaridade, de composição e de renda familiar, bem como da profissão e/ou atividade econômica desenvolvida pelas populações locais.

Faz-se necessário enfatizar que, o Projeto de Urbanização e Melhoria das Condições de Habitabilidade é dividido em duas etapas "Sem Terra I" e "Sem Terra II". Registre-se que a pesquisa foi realizada somente com o público da primeira etapa, tendo totalizado 30 famílias.

No que diz respeito ao estado civil dos moradores do "Sem Terra 1", buscamos obter essas informações no contato direto com as pessoas e nesses encontros pesquisar a estrutura familiar, pedindo confirmação sobre o estado civil dos participantes, porque o convívio conjugal é peça fundamental no tratamento das relações cotidianas. A convivência familiar e desta com a comunidade são fatores determinantes que nos permitem ter dados mais concretos e, com eles podermos trabalhar em cima das relações sociais de uma determinada população, conforme se demonstra no Gráfico 01.

Gráfico 01
Distribuição do Estado Civil

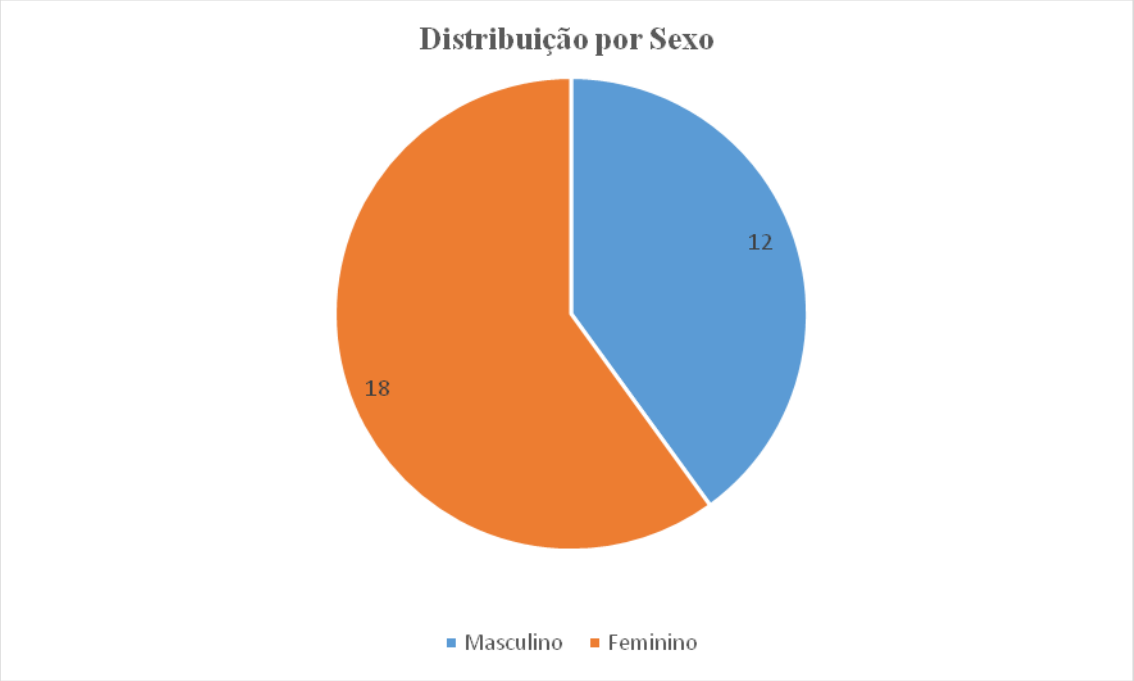


Fonte: Questionário 2016

Dos 30 entrevistados verificou-se que a maioria, 13 são solteiras (os) com filhos, 08 são casados, ressaltamos que o termo “casado” refere-se ao casamento legal ou formal, 03 são solteiras (os) sem filhos, 04 são união “união consensual” está relacionada às ligações conjugais informais, enquanto apenas 02 da população entrevistada são viúvos. É perceptível a presença dos solteiros com filhos, como também uma desvalorização do casamento tradicional, no universo de 30 pessoas entrevistadas.

No gráfico 02, ao analisar a varável por sexo, observa-se que pouco mais da metade, ou seja, do percentual de 30 pessoas entrevistadas vê-se a predominância do sexo feminino na área de intervenção do projeto. Vejamos que é possível constatar isso na distribuição por sexo dos beneficiários que foram entrevistados.

Gráfico 02
Distribuição por Sexo dos beneficiários



Fonte: Questionário 2016

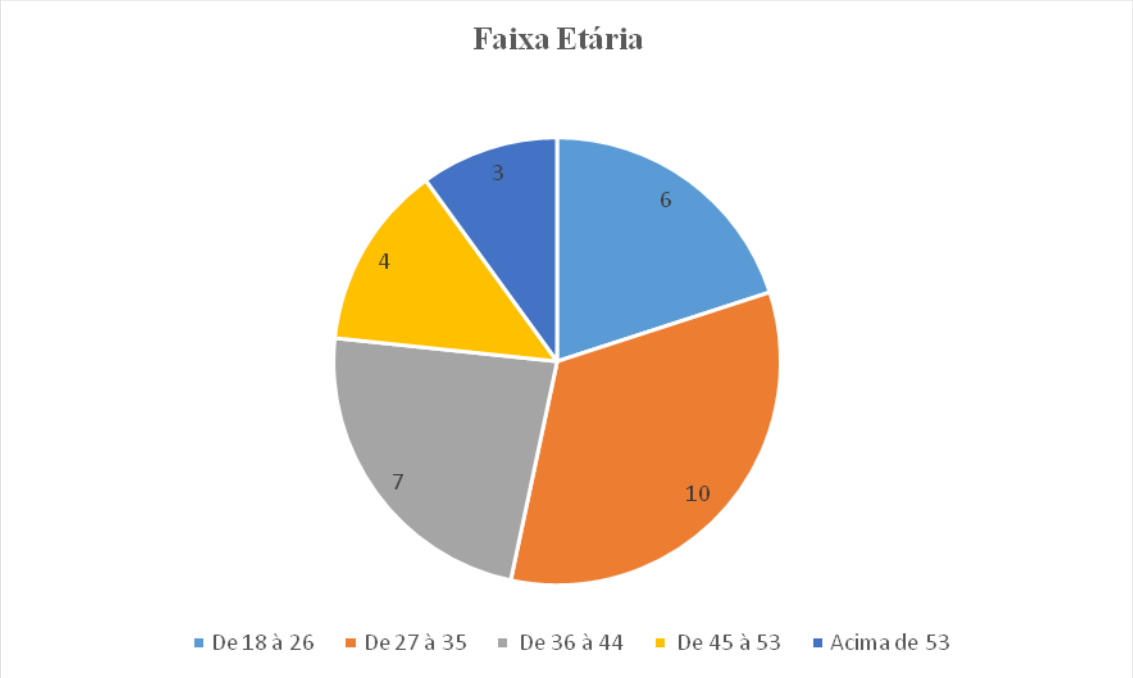
Conforme os dados do gráfico acima, 18 dos entrevistados são do sexo feminino, e 12 são do sexo masculino. Estes dados sinalizam os percentuais referentes ao gênero da população beneficiária.

No que se refere à faixa etária dos entrevistados, a considerar o gráfico abaixo percebe-se que dos dados obtidos na pesquisa os maiores percentuais apontam que de 27 a 35% representam 10 (dez) dos beneficiários; 36 a 45% são 07 (sete); de 18 a 26% são 06 (seis); de 45 a 53% são 04 (quatro), acima de 53%, são 53 (cinquenta e três).

Conforme a distribuição da faixa etária, pode-se constatar o que público alvo do projeto é formado por uma população jovem que merece uma atenção especial, levando em conta o fato de que, algumas atitudes de gestão pública surgem na forma de compromisso.

Veremos os dados que evidenciam esses resultados no gráfico a seguir:

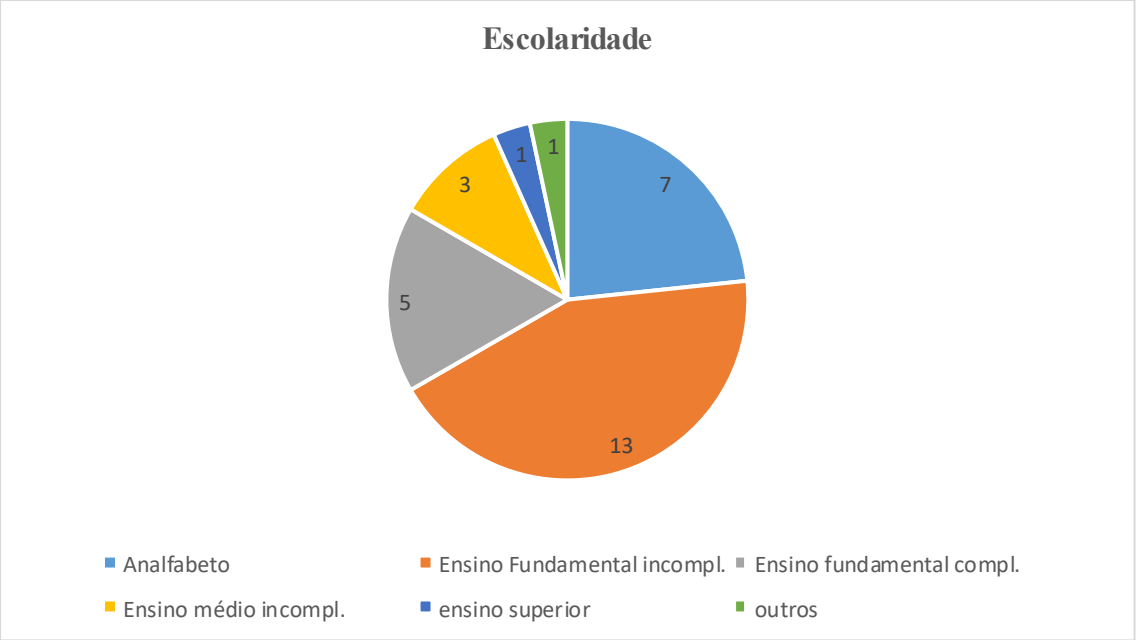
Gráfico 03
Distribuição da faixa etária



Fonte : Questionário 2016

Com o intuito de conhecer e qualificar a população local no ponto de vista educacional, procurou-se, também, saber do nível de escolaridade dos membros que participaram deste estudo. É imprescindível registrar que a educação coloca-se como desafio permanente de inclusão social. Não só na escola se pratica educação. Em comunidades como esta, periféricas, ela também é uma necessidade absoluta, podendo/devendo ser sempre tida em atenção, na proposição de atividades que venham contribuir para uma constante capacitação das pessoas que as compõem e, para suas crianças e adolescentes, facultar os meios necessários para que estas tenham acesso à escola. Para melhor adentrar nesse contexto, vejamos o que nos revela o gráfico seguinte.

Gráfico 04
Escolaridade

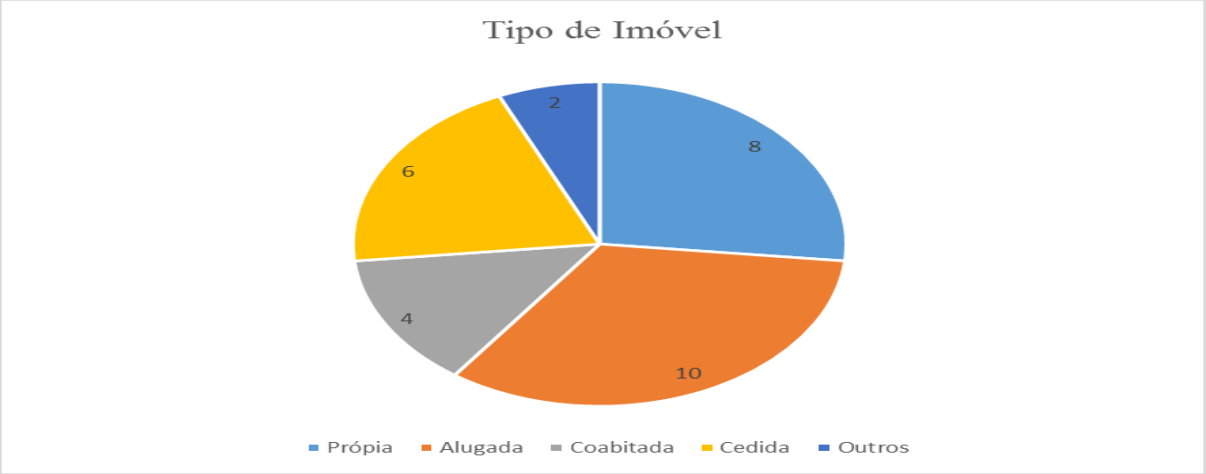


Fonte: Questionário 2016

De acordo com o gráfico acima, das 30 pessoas entrevistadas, 13 não conseguiram ir além do ensino fundamental, sendo que este dado não foge à média nacional; 07 são analfabetos; 05 têm apenas o ensino fundamental completo; 03 o ensino médio incompleto; 01 ensino superior e 01 outra situação. Os dados apresentados revelam que em número significativo, sequer o cidadão chega a concluir a escolaridade mínima, que é o ensino fundamental. É necessário pontuar aqui que a educação é base para se construir uma nova história no "Sem Terra I", principalmente quando se refere à consciência social dos direitos dos cidadãos. Em função dessa constatação, é também muito importante o Assistente Social agir de modo a fornecer, de modo claro, dados obtidos nas respostas dos participantes da pesquisa, que provoquem no poder público a consciência da necessidade de agir, de modo célere, para que as pessoas do "Sem Terra 1", crianças, jovens e adultos, possam efetivamente ser olhadas como cidadãos de pleno direito e lhes ser proporcionadas as condições de acesso às salas de aula, em conformidade com o que determina a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 205.

No próximo gráfico se faz referência aos tipos de ocupação dos imóveis pelos moradores.

Gráfico 05
Distribuição quanto aos tipos de ocupação

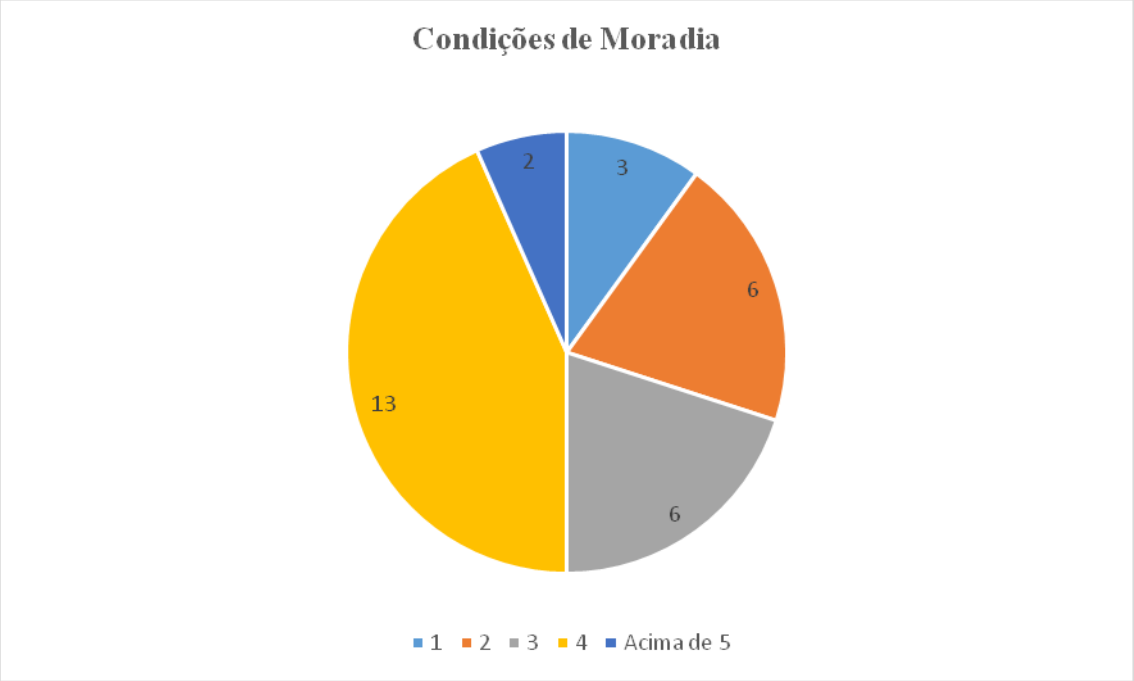


Fonte: Questionário 2016

Em se tratando da situação de ocupação dos imóveis, conforme observa-se no gráfico acima, das famílias residentes na área de intervenção do projeto, de 30 das entrevistadas 10 ocupam os imóveis na condição de inquilinos; 08 na de proprietários; 06 de habitações cedidas por parentes e/ou por terceiros; 04 na de coabitações e 02 apresentam outras situações. Das várias ocupações referidas pelos entrevistados, dentre elas os maiores índices foram de pessoas que residem de aluguel, sendo também registrado que este índice é bastante significativo quando se trata da falta de moradia.

Com relação às condições de moradia, ou seja, às condições de habitabilidade, levamos em conta as informações coletas no questionário e registrada no gráfico que segue.

Gráfico 06
Distribuição por Condições de Moradia

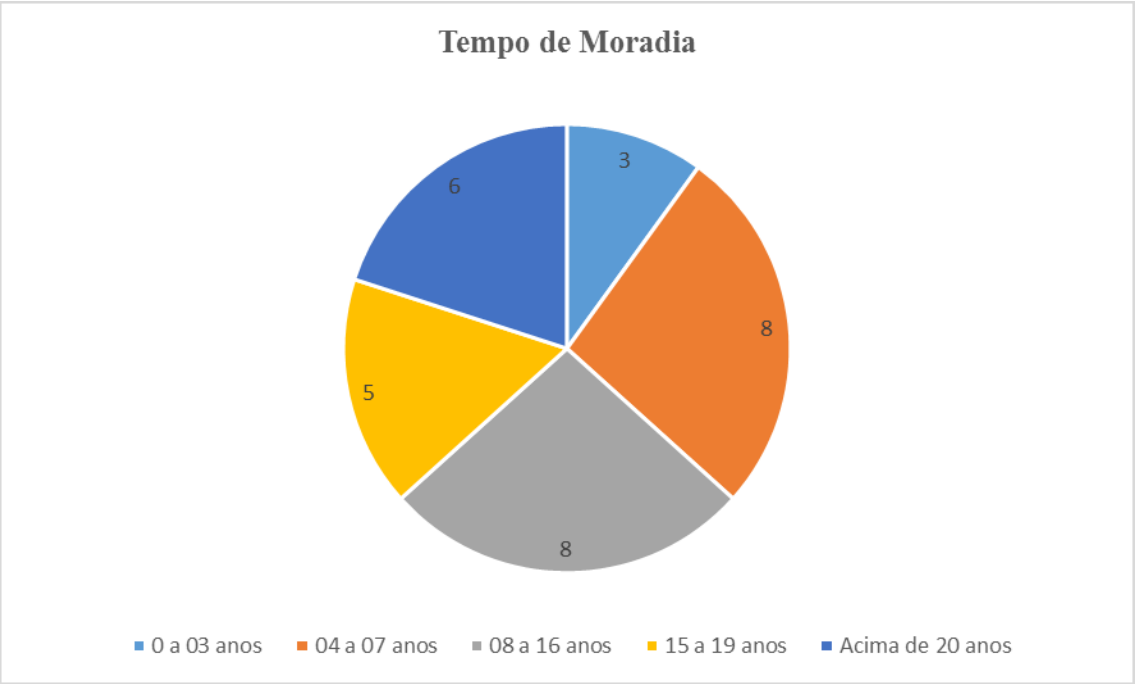


Fonte: Questionário 2016

Verificou-se atraves do grafico acima, que quanto às condiçoes de moradia dos beneficários do projeto, do espaço fisico dos imoveis e do número de cômodos, que obteve-se os seguintes resultados: dos entrevistados que 13 residem em casas com 04 cômodos; 06 residem em casas de 02 cômodos; 06 residem em casas com 03 comodos; 03 residem em casas de 01 cômodo e apenas 02 residem em casas com mais de 05 cômodos.

Com relação às condições de moradia, ou seja, condições de habitabilidade da população que reside no local, identificámos as seguintes situações registradas no gráfico.

Gráfico 07
Distribuição por tempo de moradia



Fonte: Questionário 2016

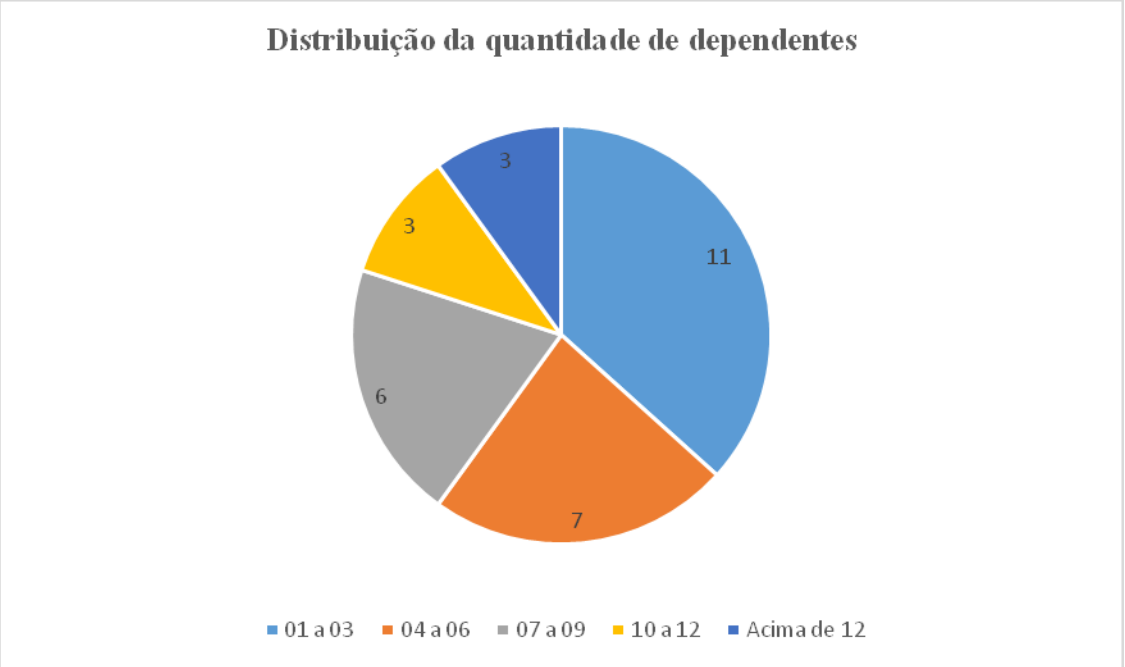
Verificou-se atraves do grafico acima que a maioria da população residente no “Sem Terra I” reside na área em média há mais de 5 anos, pois através dos relatos das pessoas identificou-se que, 08 das entrevistadas residem no local em periodo compreendido de 04 a 07 anos; 08 de 06 a 16 anos; 06 acima de 20 anos; 05 residem no local entre 15 a 19 anos e somente 03 residem no local no espaço de tempo compreendido entre 0 a 03 anos.

Esses dados revelam que os que habitam na area há bastante tempo constituem laços afetivos, bem com a fixação no local que acaba se caracterizando como espaço de identidade territorial. A análise das atuais condições de moradia das famílias é fundamental para que possamos subsidiar a elaboração de projetos com unidade habitacional que mais se adéquem às necessidades de comodidade, resguardo à individualidade e à privacidade, à satisfação com o lugar de morar e à autoestima.

Quando nos referimos à familia, é muito importante, também, procurar entender que os componentes desse grupo são pecas fundamentais do domicílio. Nesta

perspectiva veremos no grafico a distribuição da quantidade de dependentes de cada das que participaram da pesquisa

Gráfico 08
Distribuição da quandidade de dependentes



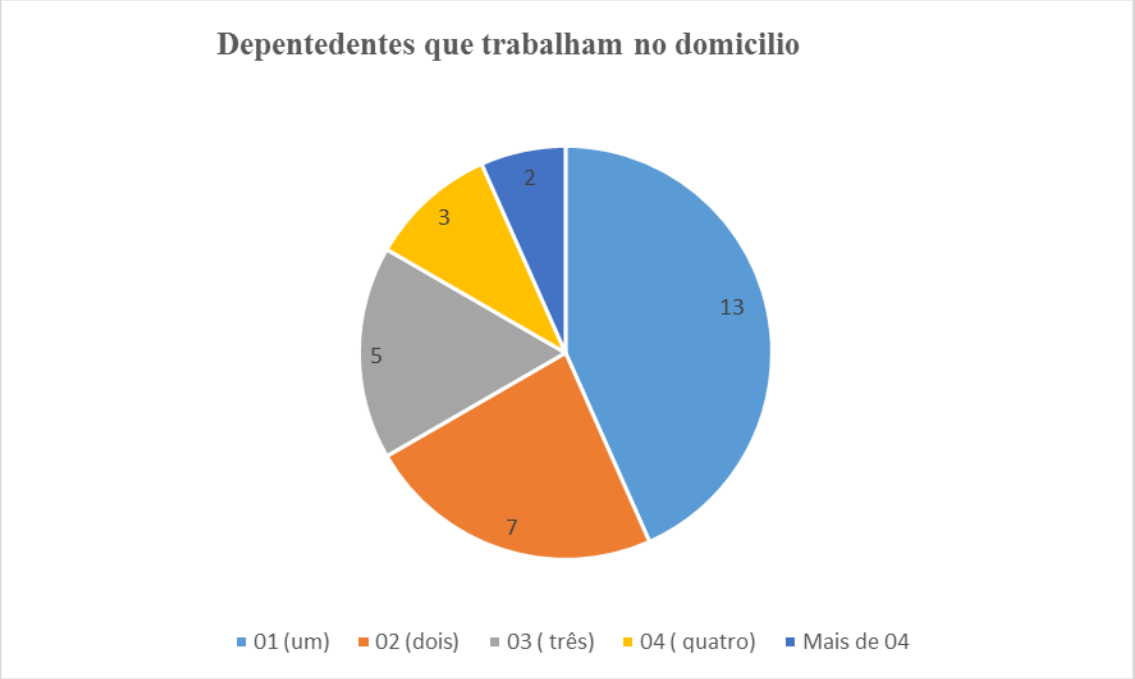
Fonte: Questionário 2016

Conforme o gráfico acima, pode-se ressaltar que a estrutura familiar foi analisada com base no número componentes que reside no imóvel, em que verificou-se que 11 dos domicílios têm de 01 a 03 membros; 07 têm de 04 a 06 membros; 06 de 07 a 09; 03 de 10 a 12 e 03 dos domicílios têm acima de 12 membros em sua composição familiar. No caso da identificação do número reduzido de componentes familiar aponta para a confirmação de diversas estatísticas que registram a diminuição das taxas de natalidade. Segundo o IBGE e para comprovar o que acabamos de escrever, “A evolução da composição populacional por grupos de idade aponta para a tendência de envelhecimento demográfico, que corresponde ao aumento da participação percentual dos idosos na população e a consequente diminuição dos demais grupos etários.” (2016, p.13).

O gráfico a seguir apresenta o resultado dos membros da família e/ou dependentes que trabalham, pois para analisar a renda familiar dos beneficiários, é

necessário levar-se em consideração todas as fontes de renda dos mesmos, todos os ganhos obtidos pela família, sendo que este índice é imprescindível quando se refere à questão de sobrevivência das pessoas.

Gráfico 09
Dependentes que trabalham no domicílio



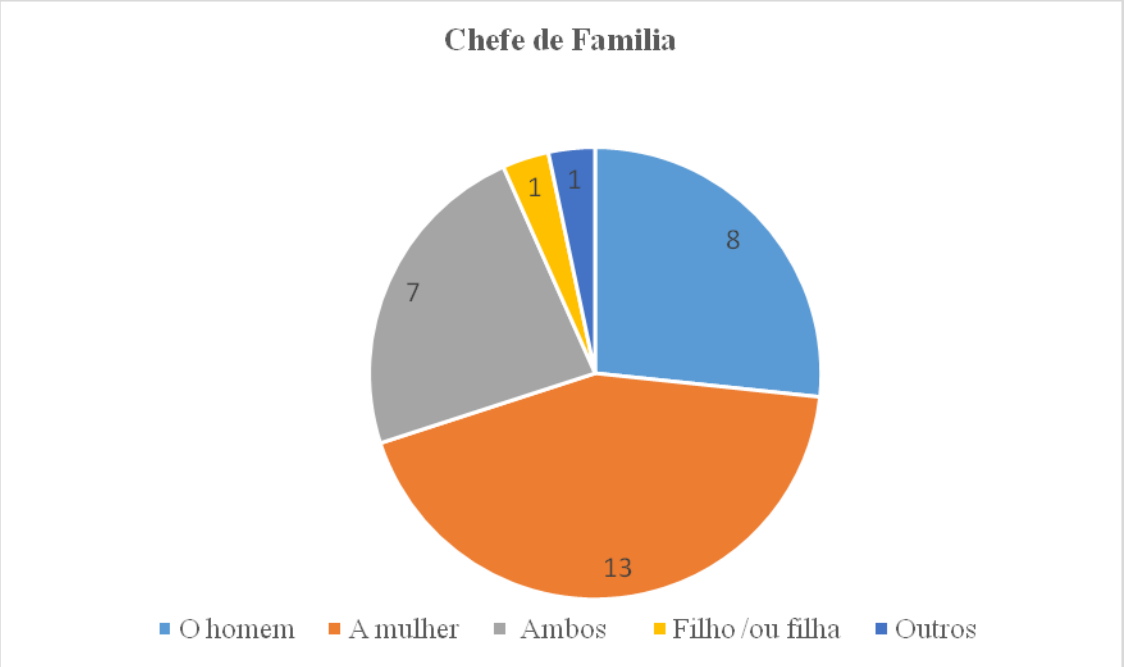
Fonte: Questionário 2016

Os dados obtidos no grafico acima revelam que, das famílias entrevistadas, 13 responderam que apenas um depentente trabalha; 02 responderam que 07 trabalham; 03 que 05 trabalham; 04 que 03 trabalham e 05 que somente 02 componentes da familia trabalham, seja na formalidade e/ou na informalidade.

O proximo gráfico destaca o contexto sobre chefe de familia, e mostra os dados referentes à situação do provedor da familia, ou seja, daquele que ocupa a função do chefe familiar, também tem um papel importante em garantir o sustento de seus dependentes, visto que este tanto pode ser do sexo masculino, como do feminino. Sendo que essa realidade pode ser identificada conforme o resultado alcançado atraves das

famílias entrevistadas, que revelam os índices obtidos, tendo em vista a definição do chefe da família no referido gráfico.

Gráfico 10
Chefe de Família e o/ou Responsável familiar



Fonte: Questionário 2016

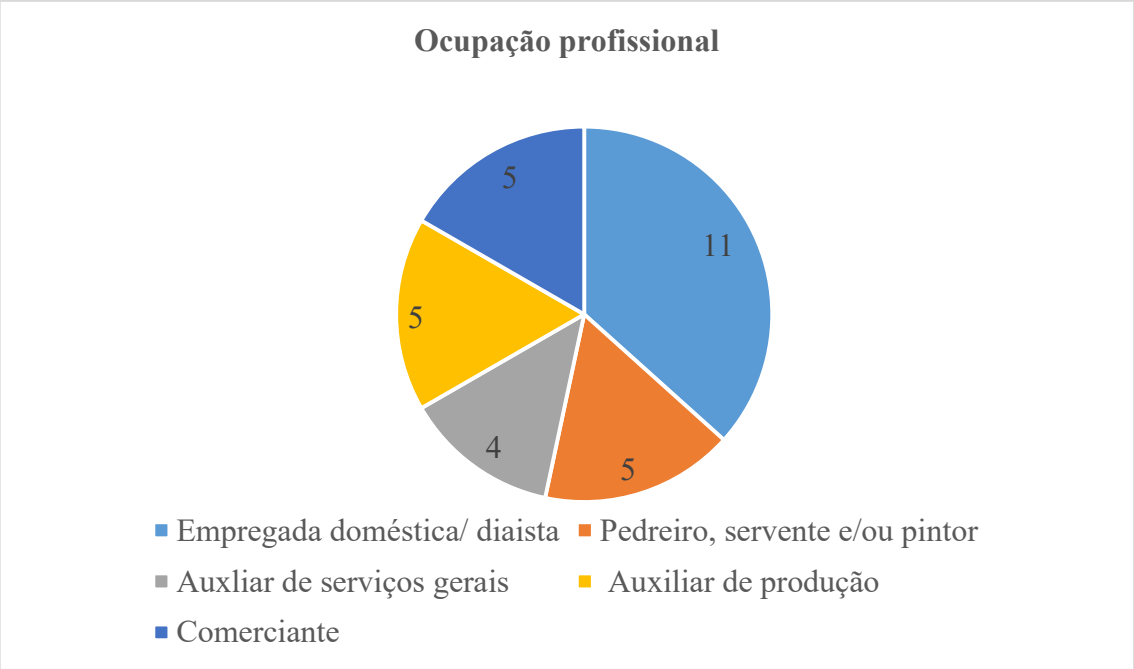
Conforme aponta o gráfico acima, este refere-se às condições de chefe da família e/ou responsável familiar. Observa-se que os dados sinalizam que dos entrevistados no universo de 30 famílias, 13 famílias são chefiada por mulheres; 08 por homens; 07 por ambos os sexos; 01 por filhos e/ou filhas e 01 representa outras situações. É possível percebe mudanças na relação de gênero quando se identifica que a maioria das famílias pesquisadas tem a mulher como provedora do domicílio.

É notório perceber que, o percentual da participação feminina no sustento da casa evidencia a inserção da mulher no mercado de trabalho, significando quebra de paradigma nos papéis socialmente estabelecidos, nos quais tradicionalmente tinha-se como função feminina o cuidado do lar e ao homem era destinada a obrigação de prover o sustento da família.

O gráfico abaixo mostra quais são as principais ocupações e/ou atividades profissionais da população local e principalmente a dos beneficiários do projeto, que de

uma forma ou de outra vão construindo suas estratégias de sobrevivência e gerando diversas frentes de serviço.

Gráfico 11
Ocupação profissional dos beneficiários do projeto “Sem Terra I’’



Fonte: Questionário 2016

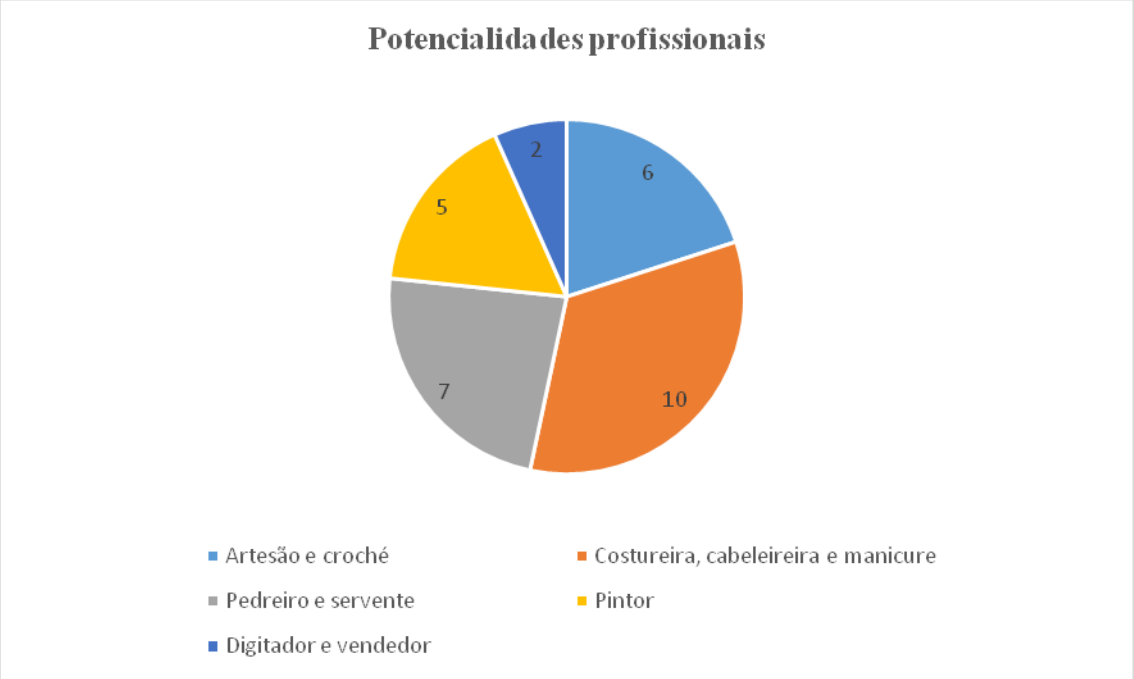
No gráfico acima verifica-se uma amostra da forma de moradia, na qual a maior parte da população entrevistada, 11, responderam que são empregadas domésticas e diaristas; 05 pedreiros, servente e ou pintor; 05 auxiliares de produção; 05 comerciantes e 04 auxiliares de serviços gerais. Dentre as profissões que exercem os beneficiários do “Sem Terra I”, observa-se no universo de 30 familias entrevistadas que a maioria exerce a profissão de empregada doméstica ou diarista, sendo que este é um retrato da realidade dos beneficiários e merece uma atenção especial dos técnicos, para que possam propor o desenvolvimento de cursos profissionalisantes, procurando, com eles, capacitar as familias para o mercado de trabalho.

Com os dados obtidos através das respostas dos participantes da pesquisa que a realidade acima indicada representa quase metade da população apta a desenvolver uma atividade laboral. Isso acentua a pobreza, as desigualdades sociais, denuncia a falta de

qualificação, pois aqueles que trabalham estão inseridos, em sua maioria, em atividades informais e de baixa remuneração.

Observando-se o gráfico seguinte, percebe-se quais são as potencialidades das famílias atendidas pelo projeto.

Gráfico 12
Potencialidades profissionais das famílias



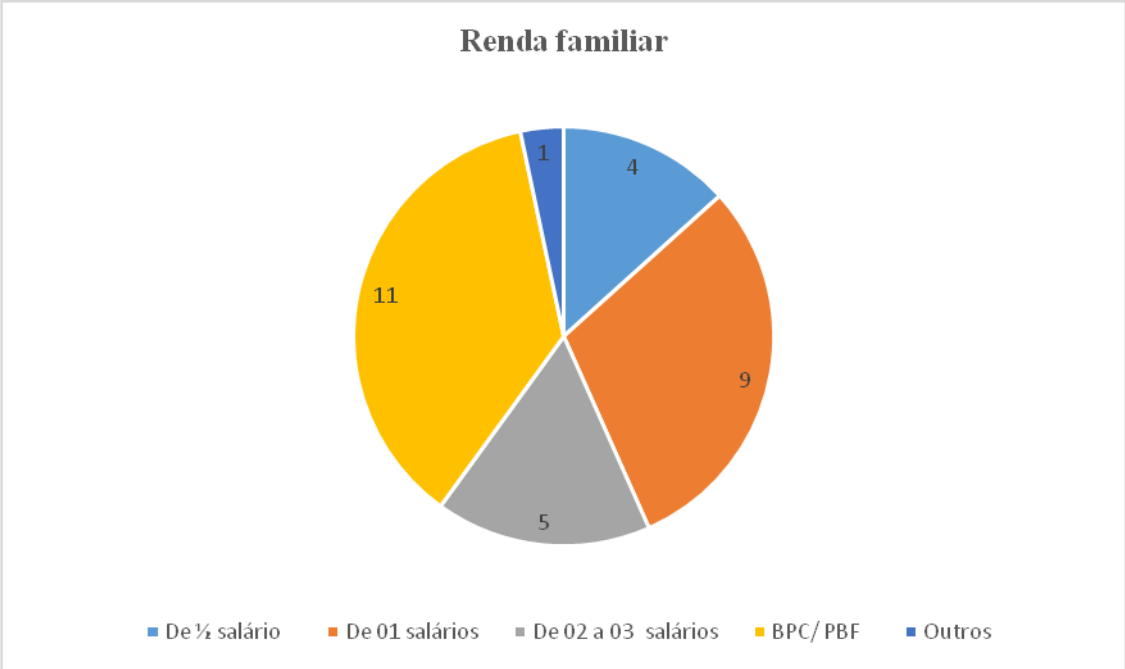
Fonte: Questionário 2016

No gráfico acima, verificou-se com os dados obtidos junto ao público da pesquisa que entre as potencialidades dos beneficiários destaca-se: 10 exercem as profissões de costureira, cabeleireira e manicure; 07 a de pedreiro e servente; 06 artesão e croché; 05 pintor e 02 digitador e vendedor. Das pessoas entrevistadas identificaram-se diversas potencialidades entre as habilidades que podem ser aproveitadas com o desenvolvimento de cursos de capacitação para contribuir com a melhoria de renda das famílias.

Neste próximo gráfico trata-se da distribuição da renda, tendo em vista que nele se pode identificar qual é o perfil da renda familiar da população que reside na área

de intervenção do projeto, sendo este um indicador imprescindível para mostrar como sobrevivem essas famílias.

Gráfico 13
Distribuição da renda



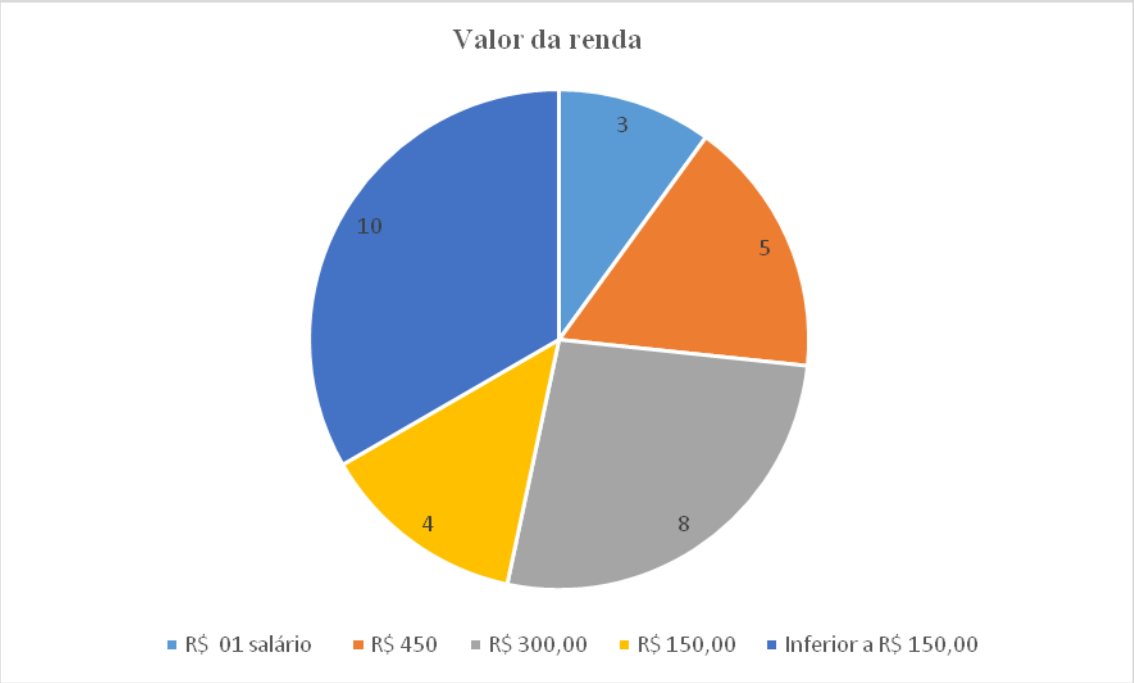
Fonte: Questionário 2016

O gráfico acima mostra através dos dados obtidos na pesquisa que das pessoas entrevistadas, chegou-se a um resultado revelador quanto à renda, sendo que do universo de 30 famílias, 11 responderam que a renda familiar é proveniente do Programa “Bolsa Família” e do “Benefício Prestação Continuada” (B.F e BPC), 09 de 01salário; 05 de 02 a 03 salários; 04 de ½ salário e 01 provem de outras fontes. Verificou-se que a maioria das famílias encontra-se no patamar financeiro cuja renda provém dos benefícios eventuais, caracterizando assim, a condição de pobreza em que vive a população do “Sem Terra I”.

No gráfico abaixo procurou saber-se qual o valor da renda, no intuito podermos aquilatar da quantia média da renda da população que reside na área de intervenção do projeto, procurando, com isso, maiores conhecimentos que nos permitem trazer

propostas à tutela no sentido de que esta possa oferecer mais oportunidades a estas pessoas cujas carências generalizadas estão à vista.

Gráfico 14
Do valor da renda



Fonte: Questionário 2016

Conforme apresentado no gráfico, das famílias entrevistadas 10 relataram que sobrevivem com uma renda inferior a R$ 150,00; 08 com R$ 300,00; 05 com R$450,00; 04 com R$150,00; 03 com um salário mínimo[20]. Esse é um dado preocupante, revelador da extrema pobreza em que vive esse grupo da população de Sobral, os quais, muitas vezes, não têm sequer acesso a alimentação.

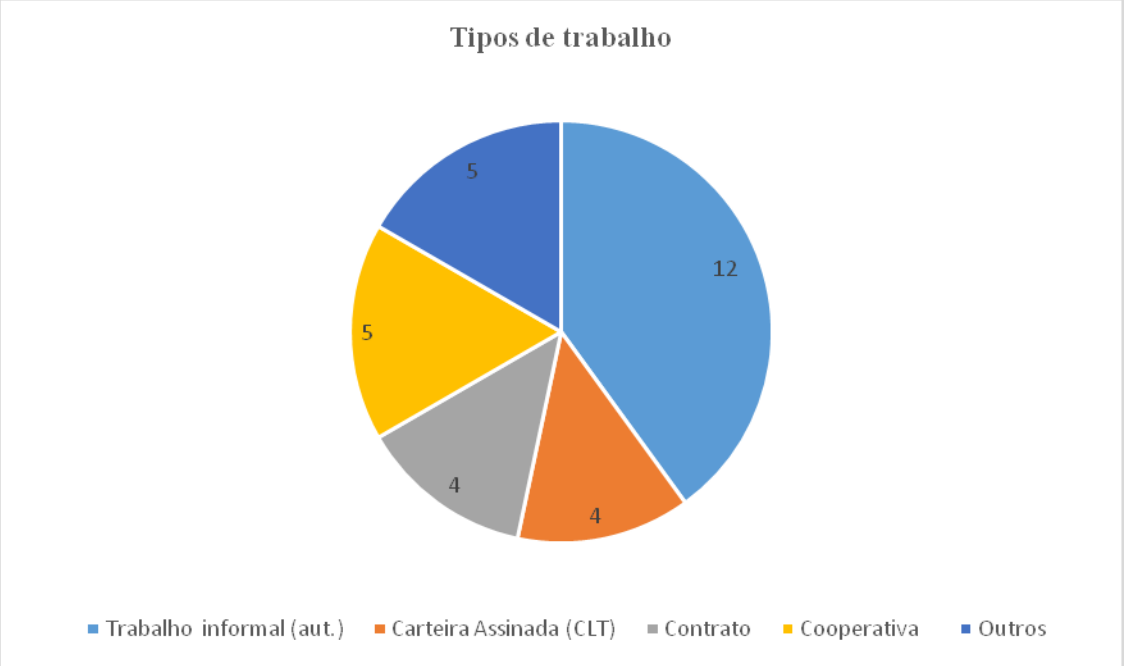
É um dado significativo no sentido de percebermos o movimento social ora empreendido pelas políticas públicas, no caso da assistência social, seu novo desenho institucional, bem como a inclusão dessa população nos programas, projetos, serviços e benefícios sócioassistenciais. Com base nestes dados é possível ao Assistente Social

[20] No ano de 2017 o salário mínimo em vigor no Brasil é de R$937, 00/mês. Normalmente este salário tem um reajusta no 1º dia de cada ano novo em cerca de 10%. Ver **Guia Trabalhista**, em http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm

propor todo um conjunto de ações tendentes a aliviar, o máximo possível, as agruras a que estas pessoas se veem sujeitas, propondo todo tipo de formação, inclusive o acesso à escola, de modo a que possam se preparar melhor para o mercado de trabalho.

O gráfico a seguir mostra quais são os tipos de trabalho, enfatizando como está distribuído o vínculo empregatício dos beneficiários do “Sem Terra I”, conforme o relato das pessoas entrevistadas.

Gráfico 15
Dos tipos de trabalho



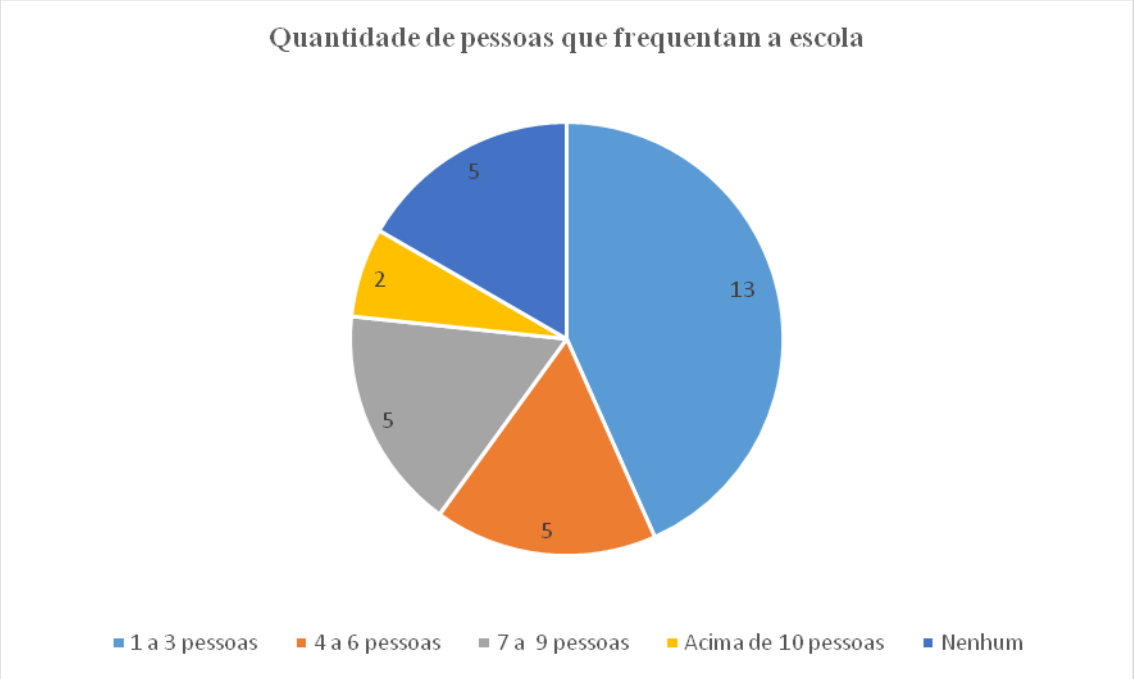
Fonte: Questionário 2016

Ao analisar o gráfico acima, verifica-se um alto índice de pessoas que trabalham na informalidade, uma vez que, de acordo com o relato dos beneficiários, num universo de 30 pessoas entrevistadas, 12 afirmam que exercem atividade informal. 05 trabalham em regime de cooperativa, 05 indicam outros tipos de trabalho, 04 carteira assinada, 04 de contrato. Percebe-se que, aqueles que trabalham estão inseridos, em sua maioria, em atividades informais e de baixa remuneração.

O próximo gráfico se refere à questão educacional. O interesse neste assunto foi o de termos dados que nos permitam identificar em meio às famílias beneficiárias

quem está estudando, tendo fator importante de ser observado que é o total de pessoas que estudam ou frequentam a escola. Especificamente no que às crianças e adolescentes diz respeito porque, pela legislação nacional, o Brasil determina que pessoas entre a faixa etária dos 4 aos 17 anos deveriam estar em sala de aula, conforme a portaria nº 5.506, de 5 de agosto de 2016[21] que determina como obrigatória a educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação Para Jovens e Adultos (EJA)).

Gráfico 16
Quantas pessoas estudam e/ou frequentam a escola



Fonte: Questionário/2016

Percebe-se com os resultados obtidos no gráfico acima que, com relação à escola, verificou-se que das 30 famílias entrevistadas 13 responderam que nenhum membro da família estuda e/ou frequenta a escola; 05 responderam que de 07 a 09 pessoas estudam e/ou frequentam a escola; 05 responderam que de 04 a 06 pessoas estudam e/ou

[21] Disponível em: http://sedin.com.br/new/index.php/portaria-no-5-5062016-diretrizes-para-matriculas-2017/

frequentam a escola; 05 responderam que de 01 a 03 pessoas estudam e/ou frequentam a escola e 02 informaram que 02 pessoas estudam e/ou frequentam a escola. Identificamos que este resultado é preocupante em se tratando da questão da educação, uma vez que observa-se que a maior parte dos beneficiários entrevistados não se encontram inseridos na escola. Portanto, a lei que obriga crianças e adolescentes que, segundo o **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Atualizado nos afirma logo em seu artigo 2 que

> **Art. 2º** Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
> *Parágrafo único.* Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade..” (2010), clara e descaradamente não é cumprida” (BRASIL, 2016).

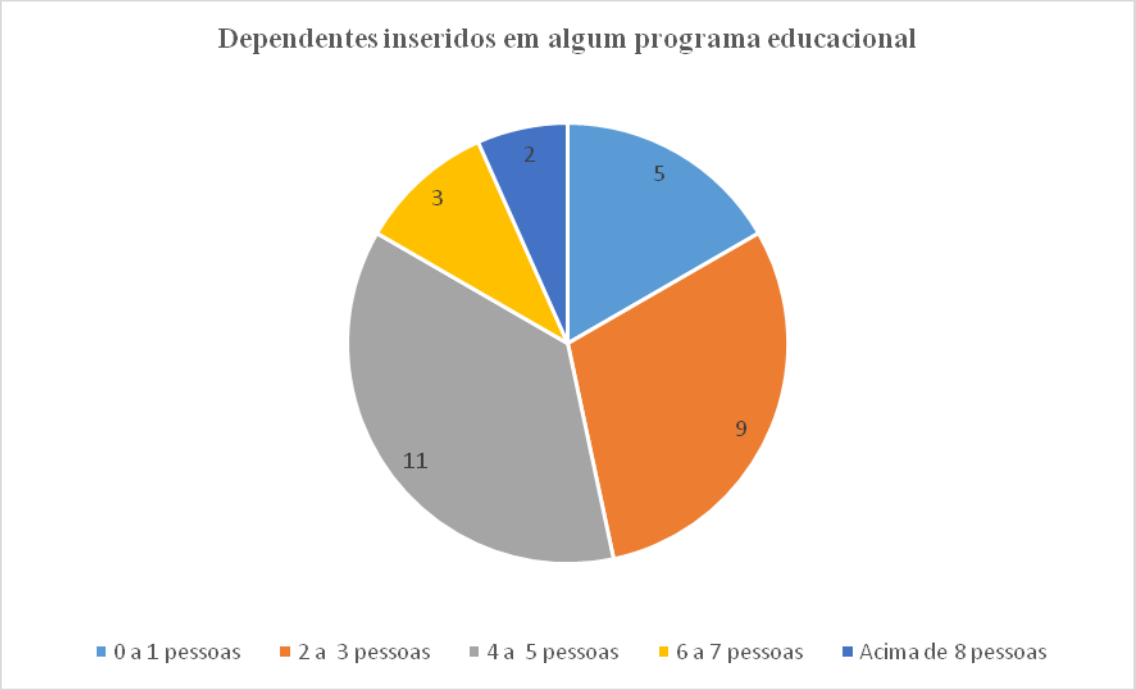
Este dado é preocupante porque os índices denunciam a ausência de uma política educacional efetiva, situação que nos leva a refletir sobre as condições de moradia, de vida e acesso ao mercado de trabalho desta população, uma vez que, estes baixos níveis de formação e qualificação vão condicioná-los a atividades profissionais de baixa remuneração e em muitos casos ao emprego informal. Além destas realidades, uma outra que é a do sistemático impedimento do exercício de uma cidadania plena, na medida em que, a sociedade que cada vez mais exige pessoas com formação, a estas dá poucas ou nenhumas oportunidades.

Pois para Freire (1996), é através da conscientização adquirida na educação que seremos capazes de romper as barreiras entre oprimido e opressor, bem como proporcionar a autonomia dos educandos.

O gráfico a seguir mostra o total de dependentes que se encontram inseridos em programas de cunho educativo como: PROJOVEM, PROUNI e EJA, com intuito de identificar quais os dados obtidos com a pesquisa.

Gráfico 17

Quantos dependentes estão inseridos em algum programa educacional como PROJOVEM, PROUNI e EJA



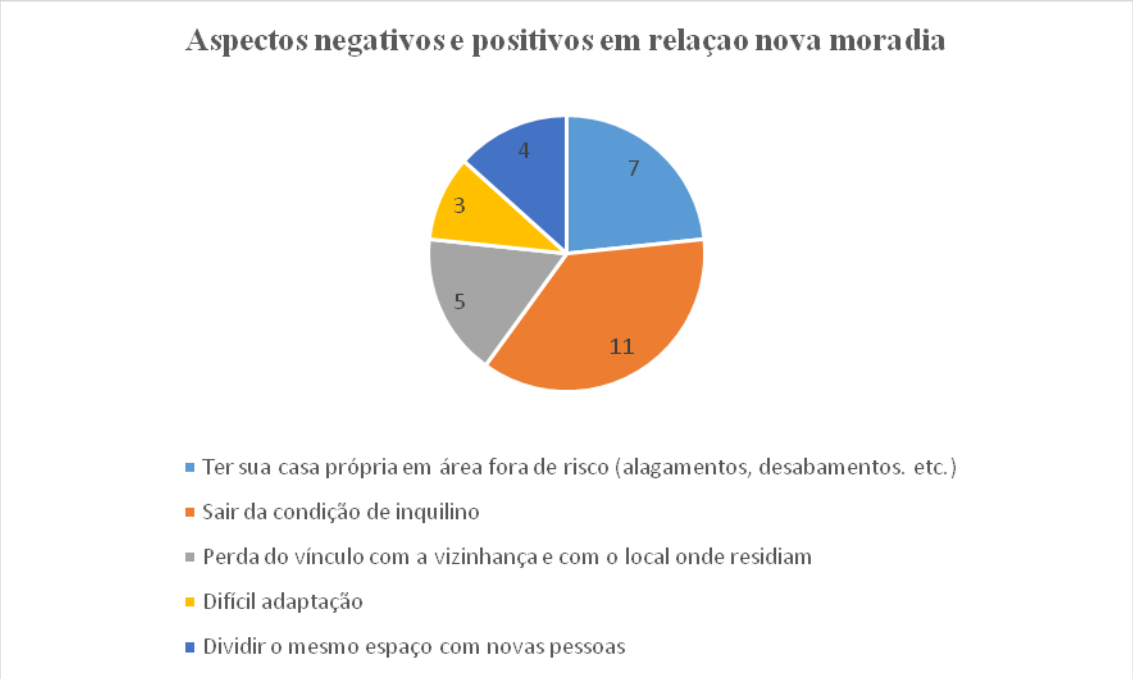
Fonte: Questionário/2016

Como verifica-se no gráfico acima, que no universo de 30 famílias entrevistadas, 11 responderam de 04 a 05 pessoas estão inseridas no PROJOVEM, PROUNI e EJA; 09 responderam que 02 a 03 pessoas estão inseridas no PROJOVEM, PROUNI e EJA; 05 responderam que acima de 08 pessoas estão inseridas no PROJOVEM, PROUNI e EJA; 03 responderam que de 06 a 07 pessoas estão inseridas no PROJOVEM, PROUNI e EJA e 02 responderam que 0 a 01 pessoas estão inseridas no PROJOVEM, PROUNI e EJA

Pelas respostas acima, embora haja um número, na melhor das hipóteses, de 24 pessoas que têm acesso a estes programas, isto é, PROJOVEM, PROUNI e EJA, este deveria ser exponencialmente aumentado, para que estas pessoas já tão sem condições pudessem tirar melhor proveito dos programas ofertados, para melhorarem sua formação com eles e, com isso, melhorar suas chances de acederem a melhores postos de trabalho com todos os resultados positivos que normalmente advém de tal situação.

O próximo gráfico mostra os resultados da opinião dos moradores no que se refere ao novo tipo de moradia, enfatizando os aspectos positivos e negativos.

Gráfico 18
Aspectos positivos e negativos citados pelos os moradores quanto ao novo tipo de moradia



Fonte: Questionário2016

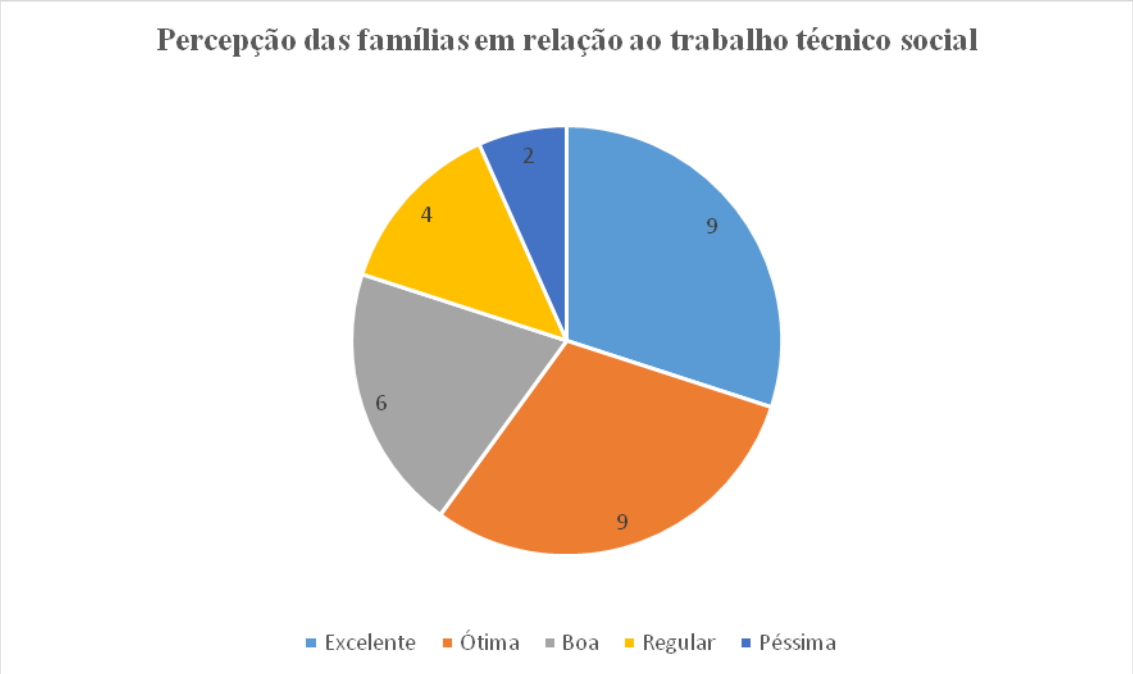
Relacionando com o gráfico acima, sobre a questão do novo tipo de moradia, chegou-se ao seguinte resultado: 11 responderam que se sentem agradecidos por terem sido atendidos com uma unidade habitacional e por sair da condição de inquilino (aspecto positivo); 07 responderam que se sentem felizes por terem conseguido adquirir sua casa própria em outro local e por terem a oportunidade de sair da área de risco (aspecto positivo); 05 responderam que consideram ruim a perda do vínculo com a vizinhança e com e com o local onde residiam (aspecto negativo); 03 responderam que acharam ruim terem que se adaptar a um novo tipo de moradia, ou seja, antes eles moravam em casas convencionais e passaram a residir em moradias verticalizadas (aspecto negativo) e 04 responderam que pontuam com algo ruim o fato de ter que dividir o mesmo espaço com novas pessoas.

A análise das atuais condições de moradia das famílias beneficiadas com o Projeto de Urbanização e Melhorias das Condições de Habitabilidade dos Assentamentos Precários “Sem Terra I”, no que se refere aos aspectos positivos e negativos, é fundamental para que se possa avaliar a opinião dos moradores com relação ao Projeto e o que se adéque às necessidades e sua comodidade, resguardo à individualidade e à privacidade, à satisfação com o lugar de morar e à autoestima.

Conforme resultado dos dados, observa-se que, nas sua maioria as famílias têm demonstrado seu contentamento em residir nesta nova forma de moradia, que é a Moradia Verticalizada, sendo esta a primeira experiência implantada no município de Sobral, que apesar de ser um modelo diferente das demais, vem apresentando um bom nível de aceitação entre os moradores que estão convivendo bem, ou seja, tem surtido efeitos positivos no que se refere às regras de convivência.

O gráfico abaixo tem como intuito mostrar como os beneficiários percebem a relação deles com o trabalho técnico social.

Gráfico 19
Percepção das famílias beneficiárias do projeto em relação ao trabalho técnico social



Fonte: Questionário 2016

Percebe-se no gráfico acima, que com relação ao trabalho técnico social, os beneficiários do projeto “Sem Terra I” responderam do seguinte modo: 09 afirmaram que na percepção deles o trabalho técnico social é classificado como uma atividade excelente; 09 responderam que é visto com um ótimo trabalho; 06 responderam que consideram o trabalho técnico social como bom; 04 responderam que pontuam o trabalho técnico social com uma atividade regular e 02 responderam que veem o trabalho técnico social como ruim.

Observa-se que, conforme o gráfico, chegou-se ao seguinte resultado: a maioria das famílias percebem a importância do trabalho técnico social, uma vez que, têm possiblidades reais de contribuir para a melhoria da qualidade de vida e de habitabilidade da população residente no projeto “Sem Terra I”.

No próximo gráfico mostra o resultado da opinião dos moradores sobre o que mudou na convivência comunitária com a atuação profissional do Serviço Social.

Gráfico 20
O que mudou na convivência comunitária com a atuação do profissional do Serviço Social no desenvolvimento das ações na área de intervenção?

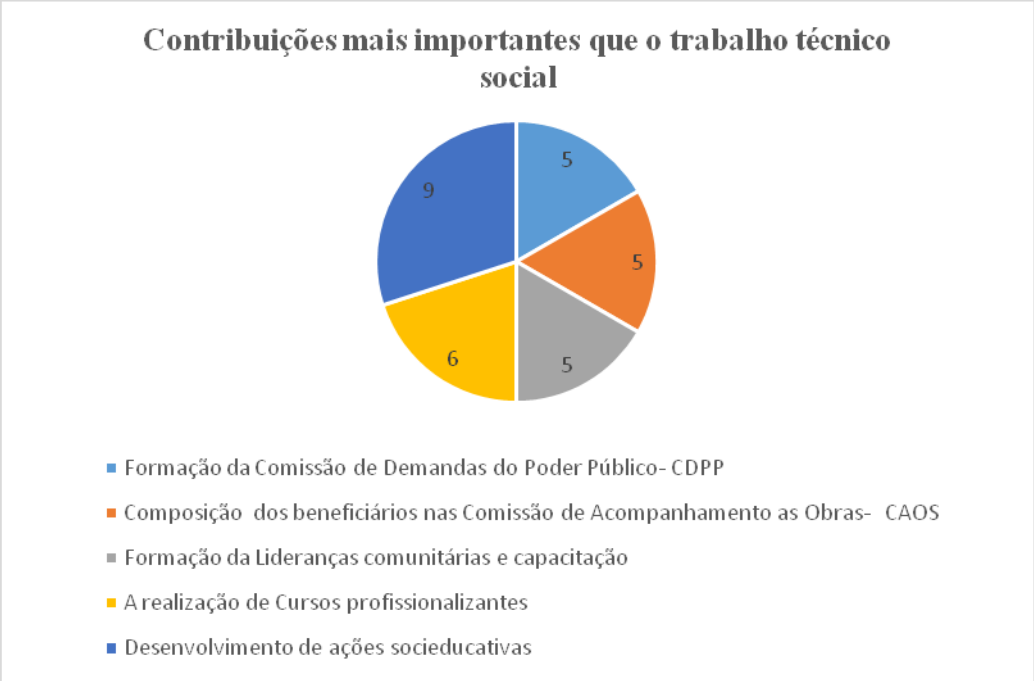
Fonte: Questionário 2016

Com relação ao que mudou na convivência comunitária com a atuação do profissional do Serviço Social no desenvolvimento das ações na área de intervenção do projeto, percebe-se que no universo de 30 famílias obtiveram-se as seguintes opiniões: 09 responderam que possibilitou a organização comunitária; 09 responderam que melhorou a qualidade de vida dos moradores; 06 responderam que despertou nos moradores o interesse em participar das atividades do projeto e 06 responderam que contribuiu para fortalecer o processo de mobilização comunitária.

É notório identificar que, de acordo com a opinião dos moradores, a atuação dos profissionais do Serviço Social, ou seja, dos técnicos sociais no desenvolvimento das ações na área de intervenção do projeto teve impacto direto, regra geral positivo, na vida dos beneficiários, pois possibilitou a organização dos moradores na comunidade, estimulou a participação deles nas atividades do projeto, melhorar a qualidade de vida deles, além de possibilitar sua autonomia e emancipação.

No gráfico a seguir estão registrados os resultados da opinião dos beneficiários, com relação às contribuições que trouxe o trabalho dos técnicos sociais.

Gráfico 21
Contribuições mais importantes que o trabalho técnico social no trouxe para o "Sem Terra I".



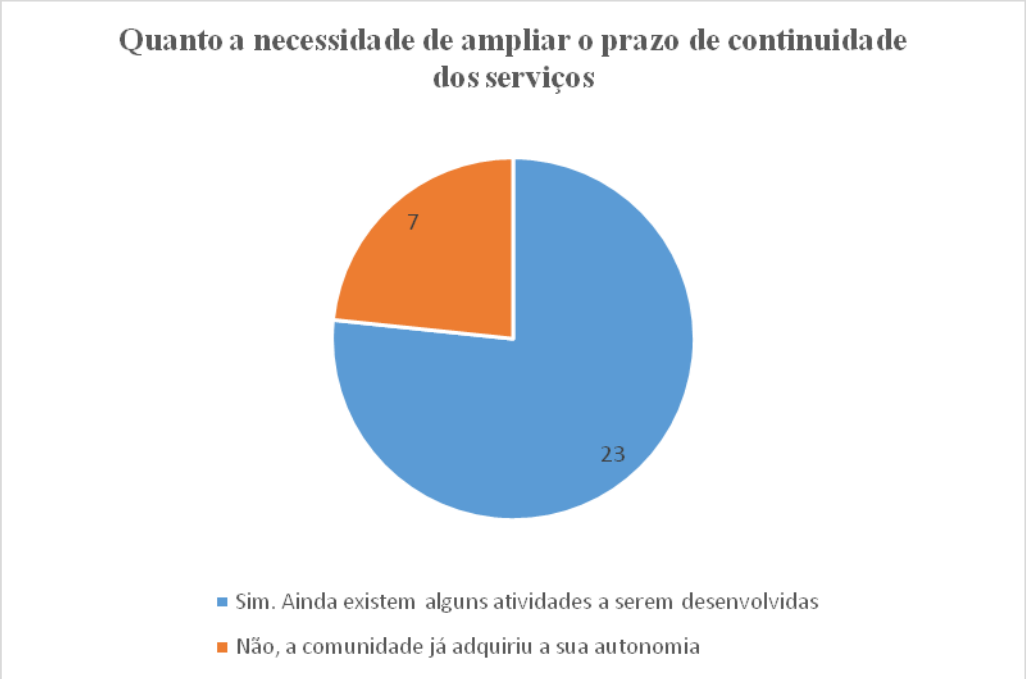
Fonte: questionário 2016

Verificou-se no gráfico acima que as contribuições prestadas pelos trabalhos técnico sociais obtiveram resultados satisfatórios, porque trouxeram diversas contribuições, sendo que 09 pessoas responderam que uma das principais contribuições foi o Desenvolvimento de ações socioeducativas, pois através das referidas ações conseguiu-se modificar a vida das famílias atendidas no projeto, inclusive conscientizando sobre a necessidade da frequência à escola; 06 responderam que foi a realização de Cursos profissionalizantes; 05 a formação da Comissão de Demandas ao Poder Público – CDPP, sendo que a referida comissão tem como finalidade formar os representantes dos benefiários para trabalhar juntamente com o poder público para reivindicar melhorias para a comunidade, como também visa a formação (educativa) de grupos; 05 responderam que foi a composição dos benefiários na Comissão de Acompanhamento as Obras – CAOS, cujo objetivo é inserir os moradores nesta comissão para acompanharem a obra do início até sua finalização e 05 responderam que foi a Formação de Lideranças comunitárias e capacitação.

Com base nos índices obtidos, foram consideradas importantes todas as contribuições acima mencionadas, mas duas tiveram destaque entre as demais, sendo que o Desenvolvimento das ações socioeducativas propiciou a mudança na realidade de vida dos moradores do “Sem Terra I”, ação a manter o máximo possível viva, porque, sempre que se possa proporcionar formação às pessoas, entenda-se a mesma como passos diretos, concretos para a aquisição de mais conhecimentos e estes, assim se entende, os capacitando, possibilitando que as pessoas tenham acesso a trabalhos mais qualificados e melhor remunerados, levando-os a serem mais ativa e criticamente participantes das comunidades em que se inserem. Enquanto que a realização de Cursos profissionalizantes, além de colaborar para melhorar o grau de instrução das famílias, também contribuiu para a qualificação profissional e a inclusão dessas famílias no mercado de trabalho.

O gráfico abaixo revela a opinião das famílias se há a necessidade de ampliar prazo de ampliar prazo de continuidade dos serviços?

Gráfico 22
A necessidade ampliar prazo de continuidade dos serviços



Fonte: Questionário 2016

Com relação aos resultados alcançados com o questionário, o gráfico acima revela, que o maior índice encontrado entre as 30 famílias é que das entrevistadas, 23 responderam que há a necessidade da continuidade das ações e/ou serviços, enquanto que 07 responderam que não há necessidade, levando em conta o fato da comunidade já ter adquirido sua autonomia.

Este capítulo apresenta os resultados da atuação do profissional de Serviço Social frente ao projeto, dando ênfase aos aspectos tidos como importantes por parte da população atendida, com uma unidade habitacional, como estado civil, ocupação, faixa etária, renda, composição familiar, escolaridade, condições de moradia, entre outros. Todo cenário acima apresentado afirma que o objeto de pesquisa em questão está inserido no diagnostico situacional da política habitacional brasileira no contexto das ações desenvolvidas nos projetos de habitação, bem como na investigação sobre **O Trabalho do Assistente Social como Agente Transformador no contexto Educacional no Âmbito do Projeto "Sem Terra I": Analisar a atuação do profissional frente ao projeto em Sobral-CE**.

Para melhor compreensão do tema abordado, ainda buscou-se viabilizar esta investigação, tendo em vista conhecer as etapas do trabalho técnico social no "Sem Terra I", identificar quais são as ações socioeducativas desenvolvidas pelo profissional do Serviço Social no projeto e averiguar como as atividades desenvolvidas pelo Assistente Social podem contribuir para a organização comunitária, além de possibilitar sua autonomia e emancipação, sendo essa a grande relevância para análise dos dados obtidos junto ao público alvo. Sendo que o interesse em realizar esse estudo foi fruto de várias inquietações que surgiram a partir da nossa trajetória profissional enquanto Técnica Responsável pelo Trabalho Técnico Social no projeto "Sem Terra I", em Sobral - Ceará.

Em um brevíssimo recapitular, o estudo primeiramente seguiu um percurso iniciando em 2015, com a pesquisa bibliográfica, seguindo um roteiro de livros, artigos, documentos que retratassem especificamente o conteúdo que foi abordado na dissertação, em seguida ainda buscou-se aprofundar o entendimento sobre o objeto de pesquisa. Em relação a alguns assuntos admitimos a dificuldade tanto no acesso como

na aquisição de material que pudesse eventualmente fornecer-nos mais dados para este estudo. De qualquer modo, ficou patente que esta atividade é útil, deve ser continuada e, especificamente no que se refere à formação das pessoas, muito implementado.

Já a pesquisa de campo ocorreu no período compreendido entre os meses de março a Junho de 2016, em Sobral-CE. Este estudo se fundamentou em estudos bibliográficos sobre aquelas que são as categorias centrais, definidas como habitação, educação e serviço social. Além disso, utilizou-se da pesquisa de campo e aplicação de questionário semiestruturado a 30 (trinta) pessoas do projeto “Sem terra I”, cuja faixa etária está entre os 25 e os 45 anos de idade, priorizando os moradores que residem na área de intervenção do referido projeto há mais de 05 (cinco) anos.

Diante do diagnóstico das reais condições de vida do público alvo da pesquisa, permitimo-nos analisar os dados que são bastante significativos no que se refere aos resultados alcançados destacando alguns pontos identidades antes da intervenção do trabalho técnico social, de que as condições de moradia têm uma estreita relação com os direitos fundamentais dos indivíduos, principalmente quando se fala de garantir o princípio da dignidade humana, nesse sentido percebeu-se que a maioria das famílias atendidas pelo projeto não tem casa própria e residem na situação de inquilino.

Com relação ao responsável familiar, é possível perceber a mudança de gênero no cumprimento desse papel quando foi verificado que grande parcela da população tem como responsável familiar a mulher. Este dado sinaliza que vem crescendo o número de famílias, chefiadas por mulheres, sendo que essa também é prioridade de atendimento nos programas e projetos do governo federal, nomeadamente em programas como o do Cohab, especialmente se habitam em áreas de risco; o *Minha Casa, Minha Vida*, só para mencionar estes dois, além, claro de uma série de leis que as protegem contra todo tipo de agressão a que estão sujeitas, designadamente a *Lei Maria da Penha* (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006; a *Lei do Feminicídio* (Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, que torna o feminicídio em crime hediondo), entre outros. Outro ponto foi a questão da renda auferida, que neste contexto identificou-se como sendo alarmante, porque os beneficiários do “Sem Terra l”, conforme se identificou, em sua maioria sobrevivem apenas com a renda dos benefícios eventuais Bolsa Família e Benefício de Prestação

continuada. Vale ressaltar que, de acordo com os valores informados no questionário, estes variam de 01 salario (que, no ano de 2017, no Brasil, está em R$ 937,00 – novecentos e trinta e sete reais) a R$150,00, caracterizando assim, a condição de pobreza em que vive essa população. Este dado aponta de modo evidente para a grande dificuldade da população ter acesso a uma condição de vida melhor.

No que se refere aos tipos de trabalho a que têm acesso, é notório perceber com os dados obtidos nas respostas dos participantes da pesquisa, que grande parte das famílias informaram que exercem atividades como eventual[22]. Verifica-se que, conforme esse resultado indica e com a lógica das transformações no mundo do trabalho, cresce o número de pessoas trabalha na informalidade, portanto, cresce o número de pessoas que têm trabalho precário, a que Leão se refere como "trabalho escravo contemporâneo (TE)" (2016, p. 3928), seja, a mudança do grilhão que acorrentava a pessoa à propriedade e, portanto, era posse de um Senhor para nos dias atuais ser "... o controle da pessoa com fins de exploração econômica e o uso da violência" (LEÃO, 2016, p. 3931). Leão tipifica TE como sendo algo que

> ... abrange também a negação de direitos trabalhistas e previdenciários, exposição a más condições de trabalho, alimentação e moradia, aprisionamentos por dívida, ameaças físicas e psíquicas. Envolve humilhação, vergonha de voltar para casa com menos recursos, remuneração insuficiente para a manutenção do trabalhador, falta de higiene, exposição a riscos ocupacionais e de contágio de doenças infectocontagiosas e até assassinatos21. Trata-se de uma relação social caracterizada pela negação do outro em um regime de "desumanização" no qual pessoas são tratadas como "menos humanos" (2016, p. 3931).

Muito verdade em relação às pessoas que estão no "Sem Terra I" e, mantendo-nos ainda com este estudioso, as pessoas alvo deste tipo de exploração são jovens, pobres, vulneráveis e de cor preta, muitos deles analfabetos funcionais[23] e originários do

[22] Para Ost, "Trabalhador Autônomo é todo aquele que exerce sua atividade profissional sem vínculo empregatício, por conta própria e com assunção de seus próprios riscos. A prestação de serviços é de forma eventual e não habitual" (2017).

[23] Segundo a UNESCO, é aquela pessoa que sabe assinar seu próprio nome, é capaz de fazer cálculos, mas não consegue entender, ou seja, interpretar o sentido do texto, não usa a leitura para desenvolvimento pessoal, nem para as suas necessidades sociais, portanto, "não têm as competências necessárias para atuar nos ambientes cotidianos atuais, como a capacidade de preencher formulários, seguir instruções, ler

norte, nordeste e centro-oeste do Brasil, iniciam suas vidas laborais por volta dos dezesseis anos de idade e estão habituadas a serem socialmente excluídas. (LEÃO, 2016). Portanto, o dado é preocupante, porque rompe com a lógica do trabalho com responsabilidades e respeito mútuo entre empregador e empregado e, também porque este tipo de trabalho impõe à população uma vida de incertezas sobre a sua sobrevivência.

Sobre a quantidade de dependentes que trabalham na família para ajudar na manutenção do agregado familiar, dando uma melhorada na renda da família, os dados revelaram que na maioria das famílias, apenas 01 pessoa trabalha. Esse é também outro dado revelador preocupante, pois deixa claro que o número de pessoas desempregadas vem crescendo entre os moradores, sendo que essa questão do desemprego também é uma problemática da atual conjuntura do Brasil que, segundo o IBGE, no primeiro trimestre de 2017 atingiu 13,7% da população, flagelo que atinge 14,2 milhões de pessoas (EBC AGÊNCIA BRASIL).

Com relação à quantidade de dependentes que residem no mesmo imóvel, os dados apontam que a quantidade de pessoas residindo no mesmo espaço é considerável, pois ao falarmos em dependentes, vem à mente a palavra "família", para perceber a conta da realidade local, sendo que, entre os beneficiários, cada família tem, em média, vivendo no mesmo imóvel, 11 (onze) pessoas.

Quanto ao número de cômodos por habitação e conforme os dados nos revelam, a maioria dos beneficiários respondeu que cada imóvel do "Sem Terra I" tem em média 04 cômodos. Levando em consideração que a moradia adequada deve apresentar boas condições de proteção e comodidade e ainda que o tamanho da moradia e quantidade de cômodos deve ser condizente com o número de moradores (MARICATO, 2004), se fizermos um paralelo entre os dados obtidos com estes ideais, percebe-se que as condições de moradia desta população são bastante precárias.

Conforme o resultado da pesquisa, com relação ao tempo de permanência no local, as famílias responderam que são residentes na área de intervenção do projeto.

---

mapas, ou ajudar os filhos com o dever de casa." (http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/about-this-office/single-view/news/literacy_for_all_remains_an_elusive_goal_new_unesco_data_sh/)

Verificou-se que a maioria da população reside no "Sem Terra I" em média há mais de 05 anos. Este era um dos critérios da pesquisa, de público alvo, porque se considera este um prazo razoável para o estabelecimento de laços com o local.

Com relação aos tipos de ocupação dos beneficiários, verificou-se através das respostas da maioria das famílias entrevistadas, que dentre as ocupações exercidas, as que mais se destacaram entre os moradores foram: empregada doméstica, diarista e comerciante. Nesse sentido, percebe-se que a população local ainda não conseguiu, de certa forma, construir estratégias de sobrevivência mais seguras. Para que isso se venha tornar possível, cabe ao poder público intervir, propondo a realização de cursos que facultem aos moradores os conhecimentos e o devido preparo, para que possam exercer as várias profissões com mais conhecimentos o que, em princípio, lhes proporcionará melhores condições de vida, porque verão suas rendas aumentadas.

De acordo com o resultado obtido com relação às potencialidades dos beneficiários, identificou-se que dentre as diversas habilidades, as que mais se destacaram foram as seguintes: costureira, cabelereira, manicure, pedreiro e servente. Ao considerar essas profissões, que ainda têm mercado no Brasil, os dados sinalizam que essa população merece atenção e cuidados especiais por parte da Tutela, na medida em que, se lhes forem dadas capacitações hoje, o futuro se lhes será apresentado como mais positivo, esperançoso porque, sendo o Brasil uma nação de fácil surgimento de pequenos comércios, estas profissões, havendo comprometimento por parte da gestão pública, surtirão efeitos realmente positivos para estas pessoas.

Em se tratando da questão da educação, os dados revelaram que (deve sublinhar-se, ainda que possa parecer redundante, que é importante registrar que a educação se coloca como um desafio permanente de inclusão social, porque proporciona conhecimentos às pessoas), pelo fato identificado no resultado das respostas obtidas, que a maioria dos beneficiários do projeto não consegue alcançar o término do ensino Básico, que é o ciclo que compreende o Fundamental I, do 1º ao 3º anos, para crianças de entre 06 a 10 anos; o Fundamental 2, do 6º ao 9º anos, para crianças de entre os 11 aos 14 anos de idade e, o Ensino Médio, que vai do 1º ao 3º anos, para adolescentes dos 15 aos 17 anos de idade.

Não deixa de ser triste perceber que este é um dado revelador de que essa realidade não foge à média nacional. Aliás, sobre esta realidade, o Brasil vem-se mostrando incapaz de fazer cumprir as metas traçadas pelo Governo Federal e que cerca de metade dos jovens brasileiros não concluem esta etapa de sua formação. Segundo Silva,

> O abandono escolar é uma realidade no ensino no Brasil em todos os níveis e modalidades, entretanto, chega a ser alarmante o número de evadidos no ensino médio; entre os anos de 2007-2010, dados estatísticos indicavam uma evasão de aproximadamente 25% dos alunos. Percentagem de evasão que continuava em semelhante patamar ainda no ano de 2015. Outra evasão de grande proporção é a de alunos brasileiros que, ao concluírem o ensino fundamental, abandonam os estudos e nem iniciam o ensino médio. Em 2010, havia cerca de 31 milhões de alunos estudando no ensino fundamental, enquanto os que estudavam no ensino médio representavam somente 8 milhões de jovens. Em números absolutos, apenas 30% dos jovens que deveriam fazer o ensino médio o fazem (2016, p.14-15).

Faz-se necessário pontuar, portanto e para a construção de uma nova história da comunidade “Sem Terra I”, principalmente com a intervenção do trabalho do técnico social, que a finalidade de trabalhar em prol de tratar a consciência social dos direitos que cada indivíduo possui para incutir nestas pessoas como é muito importante usarem-se deles, entre esses de como é uma mais valia enorme terem acesso à escola, de realmente quererem se sentar nos bancos das salas de aula, pois educação é um direito de todos e o poder público tem o dever de assegurá-lo a todas as pessoas, conforme determina o artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, já indicado em momento anterior deste estudo. É através da educação que se adquirem conhecimentos que proporcionarão as condições para condições de vida melhores.

Com relação à importância do trabalho do Assistente Social no projeto, levando em conta os aspectos positivos e negativos de sua atuação junto a uma grande parcela dos beneficiários, este se pontuou como positivo, pois os beneficiários do “Sem Terra 1” conseguem perceber no agir do técnico social o compromisso ético com os direitos da pessoa humana. Quanto às contribuições do trabalho do profissional do Serviço Social e/ou Técnico do Trabalho Técnico Social, os dados mostram que os moradores perceberam as contribuições prestadas pelo profissional do âmbito do

projeto, sendo que ao compreender a sua importância no desenvolvimento das ações deste profissional, os moradores tiveram a oportunidade de destacar as principais que foram: possibilitou a organização comunitária; melhorou a qualidade de vida dos moradores; despertou nos moradores o interesse em participar das atividades do projeto e contribuiu para fortalecer o processo de mobilização comunitária.

A considerar a questão da moradia, que é a necessidade que a pessoa tem de ter um espaço no qual se possa abrigar, juntamente com sua família, dos elementos e se sentir protegido, dizem-nos Gonçalves, *et al*., que esta

> Constitui-se nas sociedades capitalistas um problema estrutural mediado pela política habitacional, responsável pela articulação do Estado com sociedade civil. É bom lembrar que historicamente, as diferentes formas de expressão da questão da moradia tais como, o déficit de construções subnormais, a segregação espacial, o alto valor dos alugueis, estão relacionadas ao contexto social e refletem as determinações econômicas, sociais e políticas inerentes a cada época. (2007, p. 177)

Mas efetuemos conceituação em cima destas afirmações de Gonçalves, recorrendo aos estudos de Santos, tanto para definirmos políticas públicas sociais, que são "ações governamentais desenvolvidas em conjunto por meio de programas que proporcionam a garantia de direitos e condições dignas de vida ao cidadão de forma equânime e justa" (2015, p.55) e, nessas se inclui o direito à moradia, que é, segundo a mesma autora, será aquele espaço, com características próprias, maior ou menor em termos de dimensão, mas no qual a pessoa se recolhe, nele tem condição de abrigo, proteção, privacidade para si e sua família, espaço ao qual sente pertencer (SANTOS, 2015).

Ressalta-se que e no que concerne à questão da moradia no município de Sobral apesar da grande demanda por habitação, parte significativa da população habita em casa alugada, na situação de inquilinos em uma cidade em que os preços dos alugueis são bastante elevados, ocasionando, assim, o grande índice de especulação imobiliária. Segundo os dados da Prefeitura Municipal de Sobral, essa problemática da falta de moradia começou a ser sanada através do Programa *Minha Casa, Minha Vida*, que, por meio de projetos apresentados ao Ministério das Cidades sobre a necessidade urgente da construção de habitação social, em 2016 Sobral conseguiu ser contemplada

com as primeiras unidades habitacionais para pessoas de baixa renda que, segundo Júnior, em notícia em **Diário do Nordeste**, foram, ao todo, "976 unidades habitacionais" entregues ao município. Posteriormente no ano de 2015 conseguiu ser contemplado com a construção de mais unidades habitacionais totalizando 3.800 moradias, esse total incluiu as famílias de baixa, como também incluiu famílias cujo perfil de renda é até um total R$ 1.800.

Esse fato se justifica devido à especulação imobiliária, porque a cidade de Sobral-CE possui imóveis com preços elevadíssimos, o que dificulta a aquisição da casa própria. Somente após o ano de 2011 foram disponibilizadas as primeiras unidades habitacionais do município, para pessoas de baixa renda. Pouco tempo depois, em 2015, foram oferecidas um número bem maior de moradia pessoas de baixa renda 3.800 unidades habitacionais. O que ainda não inclui toda população, pois as unidades oferecidas são somente para pessoas de baixa renda, ou seja, pessoas cuja renda familiar não ultrapasse R$1.800, ficando assim uma grande parte da população impedida de concorrer a uma unidade habitacional, não deixando outra opção a não ser a coabitação ou aluguel.

Em função da análise feita a partir das respostas dadas pelos participantes da pesquisa sobre os objetivos propostos deste estudo, evidencia-se que os sujeitos da pesquisa foram unânimes em responder que a atuação do trabalho do Assistente Social teve influência positiva na vida das famílias do Projeto "Sem Terra I''. Assim sendo, as dúvidas se esta situação seria alcançada, a resposta é positiva, pelo que podemos afirmar que vale a pena o Assistente Social se manter ativo no apoio a este grupo social de baixa renda.

No caminho percorrido da pesquisa, o maior desafio foi o de levar a população local a sair da situação de "invisibilidade" para assumir a de protagonista da sua realidade. É nesse momento, ou seja, nessa transformação que o social se projeta, com uma missão de construir uma nova história, de fazer florescer os sonhos em algo concreto, a partir do seu modo de vida. Sabemos que ainda há coisas a serem feitas por essa população, pois o impulso nasce da vontade de fazer parte da vida humana e do que pode ser feito para reinventar a sua realidade. Com a obtenção dos resultados,

esperamos compartilhar este estudo com o público, principalmente para pesquisadores, estudantes da área das ciências sociais humanas e demais áreas, Instituições públicas e/ou privadas, na firme esperança de que ele possa contribuir para ampliar as ações em prol de pessoas que necessitam de nossa ajuda e conscientizar as entidades públicas responsáveis para a absoluta necessidade de sua intervenção, seu comprometimento na ajuda desta população tão desprotegida.

CONCLUSÕES

Esta dissertação foi marcada pelas inquietações da autora enquanto Técnica de Assistência Social, referência do projeto “Sem Terra I”, levando em conta o fato de que, da importância das pessoas conseguirem obter sua habitação e também de poderem ter chances de estudar, se formar vem desde a época em que era graduanda, quando teve a sua primeira experiência enquanto estagiária nesse setor. A finalidade de trabalhar essa área foi, além de se tornar realmente útil, no processo poder aprofundar seus conhecimentos sobre o objeto da pesquisa, de que resultou este estudo.

Para isso foi necessário procurar entender a realidade cotidiana das pessoas beneficiárias do “Sem Terra 1” e, também, das ações que evidenciam o trabalho do profissional do Serviço Social que trabalha com projetos habitacionais. Neste processo e como elementos nucleares do mesmo estavam (na realidade, sempre vão estar), além da habitação, por óbvio, a educação e o serviço social.

Para finalizar as conclusões da dissertação sobre a temnática do Trabalho do Assistente Social como Agente Transformador no contexto Educacional no Âmbito do Projeto “Sem Terra I”: analisar a atuação do profissional frente ao projeto em Sobral-CE, entende-se que, também se faz com projetos, e que o cuidado com o outro, o cidadão do presente é algo que não pode fugir de nossas vidas nem enquanto profissionais, nem enquanto pessoas.

Dessa forma, nos países em desenvolvimento como o Brasil, o processo de urbanização se apresenta de modo perverso, frequentemente gerando exclusão, principalmente no que se refere à população de baixa renda e com o menor poder aquisitivo, sendo que estes não correspondem às expectativas do capital imobiliário, tendo como consequência a ocupação de terras irregulares, em espaços cujas habitações, porque para contemplar o abrigo de pessoas de baixa renda, são, esses imóveis, também, de baixo padrão construtivo, frequentemente desprovidos das condições mínimas de habitabilidade.

Mas a moradia digna se constitui como um direito social garantido pela Constituição Federal de 1988, sendo dever do Estado garantir políticas públicas que

possam erradicar a pobreza e a marginalização, reduzindo, assim, as desigualdades sociais e regionais. A habitação está entre as necessidades fundamentais do ser humano, tornando-se indispensável para a sociabilidade do indivíduo. O fato é que uma habitação satisfatória consiste em pressuposto para a dignidade da pessoa humana e, além da saúde, da educação, à igualdade, liberdade, honra, privacidade, a moradia faz parte desse rol de direitos sociais que cabe ao estado democrático de direito garantir aos seus cidadãos e, o respeito que o Estado Democrático de Direito deve claramente demonstrar que cumpre é, como afirma Moraes, “... pilastra-mestra na construção de um Estado Democrático de Direito” (2011, p. 3) e, se dúvidas houvesse, diz-nos Sampaio que “Os direitos sociais fazem parte da segunda geração ou dimensão dos direitos humanos e surgiram primeiramente como deveres impostos ao Estado” (2010, p. 243) e, muito embora os direitos sejam entes vivos, porque requerem ajustes de tempos em tempos, tal como acontece com as nossas vidas, o constitucionalista português, Jorge Miranda (2000) chama a atenção para que as normas que garantem os direitos sociais podem até ser suprimidas, desde que haja uma substituta em seu lugar, ou seja, “As normas concretizadoras de direitos sociais continuam modificáveis como quaisquer outras normas ordinárias, de maneira que o que não se admite é que essas normas sejam suprimidas pura e simplesmente, sem que haja uma regulamentação alternativa” MIRANDA, 2000, p.398-399.

Cabe então enfatizar que o Município de Sobral vem sofrendo, sobretudo, com os efeitos do crescimento desordenado e do crescimento econômico acelerado e da rápida urbanização do seu território. Que, apesar do desenvolvimento e do progresso vivenciados pela cidade, tem contribuído para o aumento das desigualdades e o crescimento da população de baixa renda que ocupam, no geral, as regiões periféricas da cidade, áreas que não possuem qualquer infraestrutura urbana, como é o caso do Bairro Dom José “Sem Terra I”.

Tendo como ponto de partida para mudar essa realidade, o Poder Público Municipal vem desenvolvendo diversos programas e projetos de saneamento e habitação, contando com apoio de parceiros importantes, com o intuito de reduzir os

problemas urbanos e proporcionar melhoria na qualidade de vida das famílias sobralenses.

Nesse sentido, o Poder Público Municipal se propõe, em parceria com o Governo Federal / Ministério das Cidades, através da Caixa Econômica Federal, a desenvolver no bairro Dom José, através do Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, o reassentamento das populações residentes no assentamento “Sem Terra 1”, para uma área dotada de completa infraestrutura básica, localizada no Dom José, proporcionando melhores condições de vida e de habitação da população a ser atendida.

Nota-se que as intervenções já iniciaram, contudo entende-se que o lugar de morar exerce uma influência direta na formação da identidade dos indivíduos, portanto, para uma intervenção exitosa, faz-se necessário compreender a moradia como espaço de convivência em suas múltiplas manifestações, quer sejam econômicas, culturais, sociais, políticas e religiosas.

Cabe deixar aqui claramente registrado da absoluta necessidade da presença do poder público, para que se envolva na procura de soluções que contribuam para sanar o máximo possível dos problemas que afetam a comunidade “Sem Terra 1”, grupo social tão cheio de problemas e próximo a riscos sociais. Esta, como tantas da mesma sorte, votada a uma quase invisibilidade pelo poder público, que teima em demorar agir para trazer cidadania, para que deixem de ser simples, frios, números de dados estatísticos de pobreza. Saúde e educação, dois direitos que deveriam ser entendidos como obrigações absolutas pela Tutela. O Assistente Social tem papel muito ativo neste percurso e deve manter-se “sócio” comprometido deste grupo social.

Para finalizar, podemos afirmar que encontramos respostas positivas sobre a atuação do Assistente Social junto a estas famílias. Seu agir para conscientizá-los de que são cidadãos, com direitos, mas também obrigações. A conscientização de que devem se querer educar, olhar a escola como espaço a partir do qual adquirem conhecimentos que lhes irão dar mais possibilidades de serem membros proativos, críticos, úteis para a comunidade em que se integram. O Assistente Social pode, como foi o caso conosco, ajudar a comunidade a se organizar, a sociedade deve querer se entender como útil e

que, se organizando, se compondo em grupo socialmente ativo, seus índices de vida melhoram. Estamos certas de que não teremos dado todas as respostas a respeito da necessidade de olhar, ajudar, orientar, conscientizar sociedades como esta do “Sem Terra 1” e, quem sabe, possa haver, por outros pesquisadores interesse em saber, deste momento em diante, como progride e que mais pode ser feito por esta comunidade, uma entre tantas iguais, neste imenso país que é o Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABC. HABITAÇÃO. **Histórico**. Disponível em: http://abc.habitacao.org.br/conheca-a-abc/historico/ Acesso em: /02/ 2016, às 14h)5m.

___. **NOTA OFICIAL – PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA**. Disponível em: http://abc.habitacao.org.br/nota-oficial-programa-minha-casa-minha-vida/ Acesso em 20/02/2017, às 07h05m

ABIKO, A.K. (1995). **Introdução à gestão habitacional**. São Paulo: EPUSP.

ANGHER, Anne Joyce. (2011). **Vade Mecum Universitário de Direito**. 9 ed. São Paulo: Rideel.

ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. (2011). **A Pedagogia do Movimento Sem Terra e Relações de Gênero**: Incidências, Contradições e Perspectivas em Movimento. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Faculdade de Educação. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8946/1/Djacira%20Maria%20de%20Oliveira%20Ara%C3%BAjo.pdf Acesso em: 14/04/2017, às 08h:06m. (Dissertação de Mestrado. 154 fls).

AZEVEDO, Dermi. (2004). "A Igreja Católica e o Seu Papel Político no Brasil". *In*: **Estud. Av**. Vol. 18, nº 52. São Paulo. Sept./Dec. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300009 Acesso em: 14/04/2017, às 08h:25m.

AZEVEDO, Sérgio. (1995). "O desempenho do poder público na área habitacional: um breve retrospecto". *In*: **Déficit habitacional no Brasil**. Belo Horizonte: Fundação João Pi9nheiro.

BARROS, Aidin de Jesus Paes e LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. (2003). **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes.

BELO HORIZONTE. (2005). "Código de ética profissional dos assistentes sociais". *In*: **Coletânea de Leis**. Belo Horizonte: Conselho Regional de Serviço Social 6a Região. CRESS.

BELTRÃO, Ricardo Ernesto Vasquez e NOGUEIRA, Fernando do Amaral. (2011). "A Pesquisa Documental nos Estudos Recentes em Administração Pública e Gestão Social no Brasil". *In*: **XXXV Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro, 4 a 7 de setembro. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EPQ2700.pdf Acesso em: 19/02/2017, às 07h:05m.

BENEVIDES, Maria Victória. **A Questão Social no Brasil**: os direitos econômicos e sociais como direitos fundamentais. Disponível em: www.hottopos.com/vdletras3/vitoria.htm Acesso em: 06/01/2015, às 17h:00m.

BONDUKI, Nabil. (2004). **Origens da Habitação Social no Brasil**: Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade.

BRASIL. (1985). **Lei nº. 4.380, de 21 de agosto de 1964**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4380.htm Acesso em: 06/07/2016, às 14h:30m.

_____. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF.: Presidência da República/Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 05/09/2017, às 10h:32m

_____. (1993). Lei nº 8.662, de junho de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm Acesso em: 06/07/2016, às 14h:45m.

_____. (1996). **LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: 06/07/2016, às 15h:15m

_____. (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 20/05/2016, às 13h:05m

_____. (2005). **Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm Acesso em: 20/05/2016, às 13h:15m

_____. (2010). **Avanços e Desafios**: Política Nacional de Habitação. Brasília, DF.: Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação. Disponível em: http://antigo.sst.sc.gov.br/arquivos/id_submenu/230/avancos.pdf Acesso em: 20/10/ 2015, às 20h:59m.

_____. (2016). **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 14 ed. Atualizado até 15/4/2016. Lei nº. 8.069, de 9 de julho de 1990, e legislação correlata. Disponível em:

http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18403/estatuto_crianca_adolescente_14ed.pdf?sequence=40 Acesso em: 20/05/2016, às 13h:40m.

BURGOS, Marcelo Baumann. (2006). "Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: As Políticas Públicas nas Favelas do Rio de Janeiro". *In*: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos. (Orgs.). (2012). **Um Século de Favela**. 5ª ed., 3ª reimp. Rio de Janeiro: Editora FGV.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. (2011) **Minha Casa Minha Vida.** Brasília, DF.: Governo Federal.

CARTILHA DO FGTS. Disponível em: http://guiadofgts.com.br/?category_name=habitacao_social Acesso em: 25/08/2016, às 07h:15m

CEARÁ. (2017). **A Cidade de Sobral. Sobral**. Disponível em: http://www.sobral.ce.gov.br/cidade/sobral.htm Acesso em: 20/02/2017, às 22h:00m

CENTRO DA VONTADE. (2010). **Serviço Social**: Surgimento e bases norteadoras. Disponível em: https://centrodavontade.wordpress.com/2010/06/25/servio-social-surgimento-e-bases-norteadoras/ Acesso em: 26/08/2016, às 20h:00m.

COHEN, Simone Cynamon; BODSTEIN, Regina; KLIGERMAN, Débora Cynamon e MARCONDES, Willer Baumgarten. (2007). "Habitação saudável e ambientes favoráveis À saúde como estratégia de promoção da saúde". *In*: **Ciência e Saúde Coletiva**. Nº 12, v.1. Disponível em: http://www.redalyc.org/html/630/63012118/ Acesso em: 20/02/2017, às 21h:10m. (p.191-198).

CRESS. 18ª Região, Sergipe. (2017). **O Assistente Social**. Disponível em: http://site.cress-se.org.br/?page_id=139 Acesso em: 26/08/2016, às 20h:25m.

CRESWELL, J. (2003). **Research design**: Qualitative, quantitative and mixed methods approaches. 2nd. ed. Thousand Oaks, CA.: SAGE Publications.

CUNHA, Liziane Giacomelli Henriques da; LERSCH, Cíntia Saldanha e OLIVEIRA, Simone Barros de. (2010). **A diversidade de atuação do serviço social**: desvelando o processo de trabalho. Porto Alegre: Faith.

DELFINO, César Augusto. (s/d.). **Programa Minha Casa, Minha Vida**: Motivações, resultados e limitações. Campinas: Instituto de Economia. Disponível em: https://www.prp.unicamp.br/pibic/congressos/xxcongresso/paineis/095646.pdf Acesso em: 05/09/2017, às 10h:30m.

DUMONT, Tiago Vieira Rodrigues. (2014). "Uma Análise da Política Urbana e Habitacional no Brasil – A Construção de Uma Ilusão". *In*: **Askésis**. Vol. 3, nº 1. Jan./Jun. Disponível em: https://revistaaskesis.files.wordpress.com/2014/07/03_dossie_askesis2014_tiagodumont.pdf Acesso em: 20/02/2017, às 20h:45m.

EBC AGÊNCIA BRASIL. (2017). **IBGE**: Total de desempregados cresce e atinge 14,2 milhões. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-04/ibge-total-de-desempregados-cresce-e-atinge-142-milhoes Acesso em: 29/04/2017, às 06h:05m

ENGELS, Friedrich. (1979). **A Questão da Habitação**. Belo Horizonte: Aldeia Global.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. (2006). "**O que é serviço social**. São Paulo: Brasiliense.

ESTUDOS TÉCNICOS CNM. Vol. III. (2010). **Política Nacional de Habitação**: O atual cenário das políticas do setor habitacional e suas implicações para os Municípios brasileiros. Disponível em: http://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga/ET%20Vol%203%20-%2013.%20Política%20Nacional%20de%20Habitação.pdf Acesso em: 23/01/2016, às 08h:00m.

FALEIROS, Vicente de Paula. (1999). **Estratégia em serviço social**. São Paulo: Cortez.

FERNANDES, Marlene. (2003). **Agenda Habitat para Municípios**. Rio de Janeiro: IBAM.

FONSECA, J. J. S. (2002). **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC.

FOSCARINI, Marissane Damasceno. (2009). **O serviço social na área empresarial no segmento industrial Gaúcho**. Novo Hamburgo. Centro Universitário Feevale.

FREIRE, Paulo. (1987). **Pedagogia do Oprimido**: saberes necessários à prática educativa. 17 ed. São Paulo: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo e FREIRE, Ana Maria Araújo. (Org.). (2001). **Pedagogia dos Sonhos possíveis**. São Paulo. Editora UNESP.

GIL, Antônio Carlos. (1999). **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas.

_____. (2007). **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas.

_____. (2008). **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas.

GODOY, Arilda Schmidt. (1995). "Introdução à Pesquisa Qualitativa e Suas Possibilidades". *In*: **Revista de Administração de Empresas**. V.35, nº 2. Mar./Abr. São Paulo. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf Acesso em: 19/02/2017, às 07h:45m. (p. 57-63).

GOHN, Maria da Gloria. (2010). **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. (2005). "Política Urbana e Serviço Social". *In*: **Revista Praia Vermelha**: estudos de política e teoria social. Rio de Janeiro, nº 13, jul./dez. (p.176-227).

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos; RIBEIRO, Thainara Guimarães; VASCONCELOS, Silvia Catarina Dourado e MOREIRA, Taíra Cris de Jesus. (2007). "O Trabalho Social e a Política Habitacional". *In*: **Sociedade em Debate**. Pelotas. Vol. 13, nº 2, jul./dez. (p.175-190). Disponível em: http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/407 Acesso em: 21/02/2017, às 22h:35m

GRAMSCI, Antonio. (1991). **Os intelectuais e a organização da cultura**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GUERRA, Yolanda. (2000). "Instrumentalidade do processo de trabalho e serviço social". *In*: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 62. São Paulo: Cortez.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. (2008**). O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 14. ed. São Paulo: Cortez.

IAMAMOTO, Marilda V. e CARVALHO, Raul de. (2008). **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 25. ed. São Paulo: Cortez, CELATS.

IBGE. (2016). **Síntese de Indicadores Sociais. Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento E Gestão. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf Acesso em: 21/02/2017, às 22h:05m.

JÚNIOR, Marcelino. (2016) "976 famílias recebem casa". *In*: **Diário do Nordeste**. Disponível em: http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/976-familias-recebem-casas-1.1506194 Acesso em: 21/02/2017, às 07h:35m.

LEÃO, Luís Henrique da Costa. (2016). "Trabalho escravo contemporâneo como um problema de saúde pública". *In*: **Ciências da Saúde Coletiva**. Vol. 21, nº 12. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n12/1413-8123-csc-21-12-3927.pdf Acesso em: 21/02/2017, às 21h:40m. (p. 3927- 3936).

LIMA, Telma Cristiane Sasso de e MIOTO, Regina Célia Tamaso. (2007). "Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica". *In*: **Revista Kátal**. V. 10, nº especial. Florianópolis. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe Acesso em: 19/02/2017, às 16h:00m. (p.37-45).

MACEDO, E.S.; CANIL, K e GRAMANI, M.F. (2011). "Instrumentos para a gestão de áreas de risco em assentamentos urbanos precários". *In*: MALAQUIAS, M.A.V. (Org.). **Temas de direito urbanístico 6 – áreas de risco**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Ministério Público do Estado de São Paulo. (p.121-137).

MAPEAMENTO DE ÁREAS DE RISCO. (2017). Disponível em: http://www.unicamp.br/fea/ortega/temas530/ricardo.htm Acesso em: 22/02/2017, às 08h:00m.

MARICATO, Ermínia. (1997). **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual.

_____. (2004). **A Política Brasileira de Desenvolvimento Urbano e seu enfoque na habitação, saneamento e programas urbanos**. Apresentação na FEHAB, Feira Internacional da Indústria da Construção. 21 set. São Paulo: Disponível em: http://www.fehab.com.br/apresentacoes.asp Acesso em: 20/09/206, às 23h:05m

_____. (2008). **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. 3 ed. Petrópolis, RJ.: Vozes.

MARTINELLI, Maria Lúcia e KOUMROUYAN, Elza. (1994). "Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social". *In*: **Revista Serviço Social & Sociedade**. v. 14, n. 45, ago. São Paulo: Cortez. (p. 137-141).

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. (2012). **Educação e serviço social**: elo para a construção da cidadania. São Paulo: Editora UNESP.

MENDONÇA, Djanyse Barros de Arruda. (2007). **Projeto Ético-Político e Exercício Profissional**: O Que Se Tem A Dizer da Atualidade Dessa Relação? Recife: Universidade Federal de Pernambuco. (Dissertação de Mestrado. 110 fls).

MENDONÇA, G.M. (2009). **Manual de normalização para apresentação de trabalhos acadêmicos**. Salvador: UNIFACS.

MINAYO, Maria C.S. (Org.). (2001). **Pesquisa social**: método e criatividade. 18 ed. Petrópolis, RJ.: Vozes.

MIRANDA, Jorge. (2000). **Manual de direito constitucional**: direitos fundamentais. 3. ed. Coimbra: Coimbra Ed.

MORAES, Alexandre de. (2011). **Direitos Humanos Fundamentais**. Teoria Geral. 9 ed. São Paulo, Editora Atlas.

MOTA, Ana Elizabete. (2010). **A nova fábrica de consensos**. 5 ed. São Paulo: Cortez.

MOTTA, Luana Dias. **A questão da habitação no Brasil**: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade. Disponível em: http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf Acesso em: 20/09/2016, às 16h:45m.

OST, Stelamaris. (2017). "Trabalho Autônomo". *In*: **AmbitoJurídico.com.br** Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4755 Acesso em: 17/09/ 2017, às 09h:30m.

PEREIRA, Mariana Figueiredo de Castro. (2016). "80 Anos de Serviço Social no Brasil: a influência norte-americana na construção da identidade profissional e seus rebatimentos na atualidade". *In*: **II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro**. 11 a 13 de maio. Disponível em: http://www.cressrj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/067.pdf Acesso em: 16/05/2016, às 18h:20m.

PIANA, Maria Cristina. (2009). **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP/Cultura Acadêmica. Disponível em: http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-02.pdf Acesso em: 25/02/016, às 21h:20m.

PIMENTEL, Juliana Rosa. (2012). "O trabalho social no contexto da atual política nacional de habitação: A difusão de um modelo e as implicações para o exercício profissional do Assistente Social". *In*: **NEPETS. Revista Convergência Crítica**. V.1, n.1. Abr. (p.1-34).

REDAÇÃO CENTRAL. (2017). **Minha Casa, Minha Vida**: novas contratações da faixa 1 começam março. Disponível em: https://oregionalsul.com.br/geral/minha-casa-minha-vida-novas-contratacoes-da-faixa-1-comecam-em-marco/54072 Acesso em: 20/05/2016, às 12h:35m.

REVITA. (2016). **Habitações de Interesse Social no Brasil**. Disponível em: https://revitap4.wordpress.com/2016/04/25/habitacoes-de-interesse-social-no-brasil/ Acesso em: 25/04/2016, às 22h:00m.

RIO DE JANEIRO. (2016). **Conselho Regional de Serviço Social, RJ, 7ª Região**. Disponível em: http://www.cressrj.org.br/site/servico-social/php. Acesso em: 13/09/2016, às 21h:05m

ROLIM, Adriana; AMARAL, Ângela; FIX, Adriana; BONDUKI, Nabil; ROSSETTO, Rossella; ALVES, José Carlos Gomes; BRANDÃO, Juliana e NAKANO, Kazuo. (2003). **São Paulo. Plano Diretor Estratégico**. Cartilha de Formação. 2ª. ed., rev. São Paulo: Caixa Econômica Federal. Disponível em: http://www.fau.usp.br/arquivos/disciplinas/au/aup0278/2014/2014.1%20Legisla%C3%A7%C3%A3o/S%C3%A3o%20Paulo%20Plano%20Diretor%20Estrat%C3%A9gico_Cartilha%20de%20Forma%C3%A7%C3%A3o.pdf Acesso em: 05/09/2017, às 11h:13m.

ROMAGNOLI, Alexandre J. (s/d.). **O programa "minha casa, minha vida"**: continuidades, inovações e retrocessos. Disponível em: http://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/AdministracaoPublica/RevistaTemasdeAdministracaoPublica/artigoalexandreromagnoli.pdf Acesso em: 05/09/2017, às 10h:20m.

SAMPAIO, José Adércio Leite. (2010). **Direitos Fundamentais**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora Del Rey.

SANTOS, Kátia Cristina Cruz. (2015). Políticas públicas sociais aplicadas ao direito à moradia digna." *In*: **Revista Espaço Acadêmico**. Nº 172. Setembro. Manaus. Disponível em: http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/24710/15129 Acesso em: 14/09/2016, às 20h:05m. (p.53-64).

SANTOS, Sandra Nascimento dos; TELES, Sílvia Batista e BEZERRA, Clara Angélica de Almeida Santos. (2013). "A Origem do Serviço Social No Mundo e No Brasil". *In*: **Cadernos de Graduação – Ciências Humanas e Sociais**. V. 1, nº 17, Out. Aracajú. (p.151-157).

SANTOS, Vera Núbia (2000). "Terceiro setor no serviço social brasileiro: aproximações ao debate. Serviço Social e Sociedade". *In*: **Revista Trimestral de Serviço Social**, Ano XXVIII, n. 91, set.de 2007. (p.23-142).

SERVIÇO SOCIAL. **Conselho Regional de Serviço Social** – CRESS, RJ. Disponível em: www.cressrj.org.br/servico_social.php Acesso em: 15/09/2016, às 08h:20m.

SILVA, Anália Barbosa da; SILVA, Diego Tabosa da e JÚNIOR, Luiz Carlos de Souza. (s/d.). "O Serviço Social no Brasil: Das Origens À Renovação ou o "Fim" do "Início"".

In: **4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais**. Disponível em: http://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/ec/ecd5a070-a4a6-4ba1-8e4a-81b016479890.pdf Acesso em: 15/09/2016, às 08h:00m.

SILVA, Priscila Soares. (2012). **A Intervenção do Assistente Social na Saúde Mental**: a experiência dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS de Juiz de Fora, MG. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: http://www.ufjf.br/ppgservicosocial/files/2012/05/priscila.pdf Acesso em: 14/09/2016, às 20h:20m. (Dissertação de Mestrado. 135 fls.)

_____. (2016). **Histórico**. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/ceara/sobral.pdf Acesso em: 15/04/2016, às 17h:30m.

SILVA, Wander Augusto. (2016). "Evasão escolar no ensino médio no Brasil". *In*: **Educação em Foco**. Ano 19, nº 29. Set/dez. Disponível em: http://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/viewFile/1910/1044 Acesso em: 21/02/2017, às 12h:30m. (p.13-34).

SOBRAL, CE. (2011). **Sobral na História**: História de Sobral. Disponível em: http://sobralnahistoria.blogspot.com.br/2011/05/historia-de-sobral.html Acesso em: 15/04/2016, às 17h:30m.

SOUZA, Dilmara Veríssimo de e ZIONI, Fabiola. (2003). "Novas perspectivas de análise em investigações sobre meio ambiente: a teoria das representações sociais e a técnica qualitativa da triangulação de dados". *In*: **Saúde e Sociedade**. V.12, nº 2, jul./dez. Disponível em: http://www.scielosp.org/pdf/sausoc/v12n2/08.pdf Acesso em: 19/02/2017, às 15h:30m. (p.76-85).

SSBRASIL. **O Serviço Social na Habitação**. Disponível em: http://www.amoservicosocial.blogspot.com/2012/11/o-servico-social-na-habitacao.html Acesso em: 21/03/2016, às 13h42m.

TRIVIÑOS, A.N.S. (1987). **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas.

VERGARA, Sylvia Constant. (2006). **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 7 ed. São Paulo: Atlas.

ZAGO, Luís Henrique. (2013). "O método dialético e a análise do real". *In*: **Kriterion**. V. 54, nº 127. Jun. Belo Horizonte. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2013000100006 Acesso em: 19/02/2017, às 15h:05m.

Izone dos Santos da Mata - O Trabalho do Assistente Social como Agente Transformador no contexto Educacional no Âmbito do Projeto “SEM TERRA I”, Analisar atuação do profissional frente ao projeto no município de Sobral- CE.

APÊNDICES

Apêndice I

Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Urbano
e Meio Ambiente

PROGRAMA DE URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS PROJETO DE URBANIZAÇÃO E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITALIDADES DO ASSENTAMENTO "SEM TERRA" – PARQUE MUCAMBINHO – (PT Nº 0233489-12)

REUNIÃO Centro de Debate de Políticas Públicas – CDPP

Reunião com os Técnicos do Trabalho Social e os beneficiários do projeto para formação da CDPP.

Apêndice II

Questionário a Ser Aplicado aos
Beneficiários do Projeto

Roteiro Para o Questionário

Identificação_____

Endereço:_____

Contato telefônico:_____

01 Estado civil: Casado(a) ( ) Solteiro(a) ( ) Divorciado(a) ( )
Separado(a) ( ) Outro ( ).

Tem filho(a)s? Sim ( ) Não ( )

Se respondeu sim, indique número e gênero_____.

02 Sexo: Masculino ( ) Feminino ( )

03 Por favor responda às questões que seguem, colocando um "X" no espaço que se adéque à sua situação.

Faixa etária. De 18 a 26 ( ) 27 a 35 ( ) 36 a 44 ( )
45 a 53 ( ) Acima de 53 ( )

04 Escolaridade: Analfabeto ( ) Ensino Fundamental ( ) Ensino Médio ( )
Ensino Superior ( ) Outro ( ). Qual? _____

05 Tipo de imóvel: A casa em que vive é:
Própria ( ) Alugada ( ) Coabitada ( )
Cedida ( ) Outro ( ) Informe qual? _____

06 Número de cômodos do imóvel: 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( )
5 ( ) Mais de 5 ( )

07 Anos em que mora na área de intervenção do projeto:
1 a 3 anos ( ) 4 a 7 anos ( ) 8 a 16 anos ( )

15 a 19 anos ( ) Mais de 20 anos ( )

08 Quantidade de dependentes que residem no imóvel:

1 a 3 ( ) 4 a 6 ( ) 6 a 9 ( )

10 a 12 ( ) Acima de 12 ( ) Quantos? _____

09 Quantos desses dependentes estão empregados?

1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( )

Mais de 4 ( ) Quantos? _____

10 Quem é o chefe da família? Homem ( ) Mulher ( ) Ambos ( )

Filho(a) ( ) Outros ( ) Quem? _____.

11 Ocupação profissional dos componentes da família (Pode assinalar mais de uma opção)

Dona de casa (do lar) ( ) Pedreiro, servente e/ou pintor ( )

Diarista e/ou cozinheira ( ) Manicure e/ou cabeleireiro(a) ( )

Comerciante ( ) Outro ( ) Qual? _____

12 Potencialidades profissionais:

Artesão e crochê ( ) Costureira, cabeleireiro(a), manicure ( )

Pedreiro e servente ( ) Pintor e soldador ( )

Digitador e vendedor ( ) Outro ( ) Qual? _____.

13 Renda familiar: ½ salário ( ) 1 salário ( ) 2 a 3 salários ( )

BPC/BPF ( ) Outro ( ) Valor? _____

14 Tipos de trabalho

Trabalho informal ( ) Carteira Assinada ( )

Contrato ( ) Cooperativa ( )

Outro ( ) Qual_____

15 Quantos pessoas estudam e/ou frequentam a escola?:

1 a 3 ( ) 4 a 6 ( )

7 a 9 ( ) Acima de 10 ( )

Nenhum ( ) Outro ( ) Qual? _____

16 Quantos dependentes estão inseridos em algum programa educacional como PROJOVEM, PROUNI e EJA

0 a 1 ( ) 2 a 3 ( )

4 a 5 ( ) 6 a 7 ( )

Acima de 8 ( ) Qual? _____

17 Quais os aspectos positivos e negativos citados pelos os moradores quanto ao novo tipo de moradia?

Ter sua casa própria em área fora de risco (alagamentos, desabamentos. etc.) ( )

Sair da condição de inquilino ( )

Perda do vínculo com a vizinhança e com o local onde residiam ( )

Difícil adaptação ( ) Dividir o mesmo espaço com novas pessoas ( )

18 Qual percepção que você tem do trabalho do Assistente Social no projeto?

Excelente ( ) Ótima ( )

Boa ( ) Regular ( )

Péssima ( )

19 Do seu ponto de vista enquanto beneficiário do projeto Sem Terra I, o que mudou na convivência comunitária com a atuação do profissional do Serviço Social no desenvolvimento das ações na área de intervenção?

Possibilitou a organização da comunidade ( )

Melhorou a qualidade de vida dos moradores ( )

Despertou nos moradores o interesse em participar das atividades do projeto ( )

Contribuiu para fortalecer o processo mobilização comunitária ( )

20 Qual percepção que você tem do trabalho do Assistente Social no projeto?

Excelente ( ) Ótima ( )

Boa ( ) Regular ( )

Péssima ( )

21 Na opinião das famílias atendidas quais foram as contribuições mais importantes que o trabalhão técnico social no trouxe para o ‘’ Sem Terra I’’.

Formação da Comissão de Demandas do Poder Público- CDPP ( ) dos beneficiários nas Comissão de Acompanhamento as Obras- CAOS ( )

Formação de Lideranças comunitárias e capacitação ( )

A realização de Cursos profissionalizantes ( )

Desenvolvimento de ações socioeducativas ( )

21 Após os dois anos de acompanhamento do trabalho técnico social, Há a necessidade de ampliar o prazo de continuidade dos serviços?

Sim, Ainda existem algumas atividades a serem desenvolvidas ( ) Não, a comunidade já adquiriu a sua autonomia ( )

Izone dos Santos da Mata - O Trabalho do Assistente Social como Agente Transformador no contexto Educacional no Âmbito do Projeto “SEM TERRA I”, Analisar atuação do profissional frente ao projeto no município de Sobral- CE.

ANEXOS

ANEXO I.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O Trabalho do Assistente Social como Agente Transformador no contexto Educacional no Âmbito do Projeto do "Sem Terra I": Analisar a atuação do profissional frente ao projeto em Sobral-CE.

Eu,_____ abaixo assinado, concordo em participar da presente pesquisa.

O(a) pesquisador(a), manterá sigilo absoluto sobre as informações aqui prestadas, assegurará o meu anonimato quando da publicação dos resultados da pesquisa, **além de me dar permissão de desistir**, em qualquer momento, sem que isto me ocasione qualquer prejuízo para a qualidade do atendimento que me é prestado, caso sinta qualquer constrangimento por alguma pergunta ou simplesmente me queira retirar dela.

A pesquisa será realizada pelo(a) mestrando(a) ***Izone dos Santos da Mata***, aluno(a) do mestrado da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, da sua Escola de Educação, Administração e Ciências Sociais e orientada pelo(a) Professor(a) Doutor(a) Fulano(a) de Tal.

Fui informado(a) que posso indagar o(a) pesquisador(a) se desejar fazer alguma pergunta sobre a pesquisa, pelo telefone: ( ) _____, endereço: _____

e que, se por tal me interessar, posso receber os resultados da pesquisa quando esses forem publicados. Esta pesquisa corresponde e atende às exigências éticas e cientificas próprias do que é determinado pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, que consentimento prévio dado pelo(a) colaborador(a) cujo nome e informações serão guardados pelo(a) pesquisador(a) e, em nenhuma circunstância, eles serão dados a conhecer a outras pessoas alheias ao estudo, a não ser que o(a) colaborador(a) o consinta, por escrito.

Assinatura do (a) participante: _____

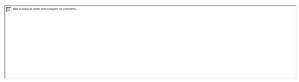
Local e data da assinatura deste Termo:

Pesquisador(a) Mestrando(a)a

Orientador Científico
Professor(a) Doutor(a)

Izone dos Santos da Mata - O Trabalho do Assistente Social como Agente Transformador no contexto Educacional no Âmbito do Projeto “SEM TERRA I”, Analisar atuação do profissional frente ao projeto no município de Sobral- CE.

ANEXO II. Formulário.



SECRETARIA DA HABITAÇÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL

PROGRAMA DE URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS PROJETO DE URBANIZAÇÃO E MELHORIAS DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DO ASSENTAMENTO “SEM TERRA ” BAIRRO DOM JOSÉ

ATENDIMENTO INDIVIDUAL – MÊS:_____ DE 20___

DATA___/_____/___

NOME:
_____
_____

OBSERVAÇÕES INSERIDAS NO CADASTRO.

_____ _____
TÉCNICA RESPONSÁVEL **USUÁRIO**

DATA___/_____/___

NOME:
_____
_____

OBSERVAÇÕES INSERIDAS NO CADASTRO.

_____ _____
TÉCNICA RESPONSÁVEL **USUÁRIO**

DATA___/_____/___

NOME:
_____
_____

OBSERVAÇÕES INSERIDAS NO CADASTRO.

_____ _____
TÉCNICA RESPONSÁVEL **USUÁRIO**

DATA___/_____/___

NOME:
_____
_____

OBSERVAÇÕES INSERIDAS NO CADASTRO.

_____ _____
TÉCNICA RESPONSÁVEL **USUÁRIO**

Izone dos Santos da Mata - O Trabalho do Assistente Social como Agente Transformador no contexto Educacional no Âmbito do Projeto "SEM TERRA I", Analisar atuação do profissional frente ao projeto no município de Sobral- CE.

ANEXO III. Cadastro Residencial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL
SECRETARIA DA HABITAÇÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL
Projeto de Urbanização e Melhoria das Condições de Habitabilidade do Assentamento "Sem Terra"
Parque Mucambinho - Sobral/Ce - PT Nº 0233489-12

NOME DO PESQUISADOR/A: _____ DATA ____/_____/_____

CADASTRO RESIDENCIAL

MORADOR/INSTITUIÇÃO	
CÔNJUGUE	

ENDEREÇO		Nº

SITUAÇÃO	( )RESIDÊNCIA	( ) RESIDÊNCIA + COMÉRCIO	( ) COMÉRCIO	( ) INSTITUIÇÃO

CONDIÇÃO	( ) PRÓPRIA	( ) CEDIDA	( ) HERANÇA	( ) COHABITADA	( ) ALUGADA (Prop. _____)

TIPOLOGIA	( ) ALVENARIA	( ) TAIPA	( ) MISTA	( ) OUTROS

PISO	( ) CIMENTO LISO	( ) CERÂMICA	( ) CIMENTO RÚSTICO	( ) CHÃO BATIDO	( ) OUTROS

BANHEIRO	( ) SIM	( ) NÃO

RENDA FAMILIAR - R$	**RENDA PER CAPITA - R$**

OBSERVAÇÃO (ÕES) _____
_____

CADASTRO RESIDENCIAL

MORADOR/INSTITUIÇÃO	
CÔNJUGUE	

ENDEREÇO		Nº

SITUAÇÃO	( )RESIDÊNCIA	( ) RESIDÊNCIA + COMÉRCIO	( ) COMÉRCIO	( ) INSTITUIÇÃO

CONDIÇÃO	( ) PRÓPRIA	( ) CEDIDA	( ) HERANÇA	( ) COHABITADA	( ) ALUGADA (Prop. _____)

TIPOLOGIA	( ) ALVENARIA	( ) TAIPA	( ) MISTA	( ) OUTROS

PISO	( ) CIMENTO LISO	( ) CERÂMICA	( ) CIMENTO RÚSTICO	( ) CHÃO BATIDO	( ) OUTROS

Izone dos Santos da Mata - O Trabalho do Assistente Social como Agente Transformador no contexto Educacional no Âmbito do Projeto “SEM TERRA I”, Analisar atuação do profissional frente ao projeto no município de Sobral- CE.

BANHEIRO	( ) SIM	( ) NÃO

RENDA FAMILIAR - R$	**RENDA PER CAPITA - R$**

OBSERVAÇÃO (ÕES) _____
_____

CADASTRO RESIDENCIAL

MORADOR/INSTITUIÇÃO	
CÔNJUGUE	

ENDEREÇO		Nº

SITUAÇÃO	( )RESIDÊNCIA	( ) RESIDÊNCIA + COMÉRCIO	( ) COMÉRCIO	( ) INSTITUIÇÃO

CONDIÇÃO	( ) PRÓPRIA	( ) CEDIDA	( ) HERANÇA	( ) COHABITADA	( ) ALUGADA (Prop. _____)

ANEXO IV. Formulário Visita Domiciliar

Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

PROGRAMA DE URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: PROJETO DE URBANIZAÇÃO E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITALIDADES DO ASSENTAMENTO “SEM TERRA” - PARQUE MUCAMBINHO – (PT Nº 0233489-12)

VISITA DOMICILIAR _____/_____/_____

MOTIVO:_____

_____

NOME:

_____

ENDEREÇO:

_____

OBSERVAÇÕES:

_____
_____
_____
_____
_____

_____ VISITADO

_____ VISITANTE